

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

31 de maio de 2024
2692 • • Semanário

Diretor: João Vieira Pereira
Diretores-Adjuntos: David Dinis, Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

www.expresso.pt

24h

Grupo Bilderberg reunido em Madrid
A 70ª reunião do Clube de Bilderberg, que se realiza na capital espanhola, começou quinta-feira e dura até domingo. Entre dezenas de participantes estão os portugueses Durão Barroso, ex-primeiro-ministro e ex-presidente da Comissão Europeia, Isabel Capeloa Gil, reitora da Universidade Católica, e Duarte Moreira, CEO da financeira Zeno Partners.

Ministro quer eleições em Israel
Um dos ministros do Gabinete de Guerra de Israel, Benny Gantz, que é também líder do partido centrista Azul e Branco, propôs um voto no sentido de dissolver o Parlamento israelita, o que levaria a eleições antecipadas.

Governo contrata
O Governo anunciou o recrutamento imediato de 108 novos oficiais de justiça, para fazer face às necessidades do sistema judiciário e responder às reivindicações do sector.

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: **ECONOMIA, REVISTA E** e ainda GUIA DO ESTUDANTE e GUIA ESTAÇÕES NÁUTICAS

100 funcionários pedem para sair da Agência para as Migrações

➔ Uma centena de funcionários da AIMA pediu para mudar de serviço ➔ **Processos de legalização já ascendem a meio milhão** ➔ Governo apresenta para a semana novas medidas para a imigração P23



Costa não foi interrogado sobre escutas em que foi apanhado P6

Agenda do ex-PM cada vez mais virada para a Europa P7

Governo dá mais dinheiro a médicos por horas extra

Plano de Emergência vai contar com os privados e o sector social nos cuidados de saúde primários

Na próxima semana serão conhecidos os incentivos para os médicos que já ultrapassaram o limite anual das horas extra. Mais uma vez, a solução passa por aumentar o valor a pagar à hora. No final de abril já eram 1300 os médicos do SNS que tinham atingido o limite. P22



Investimentos turísticos de mais de €4 mil milhões não apagam dúvidas ambientais E7

COMPORTA A GRANDE INVASÃO

FOTO JAIME FIGUEIREDO

Marcelo e a fé
Reza a nadar e vai a Fátima de 15 em 15 dias. Os amigos estão preocupados com a sua solidão R16

Desconto no IRS chega a 15 deputados — saiba quem são

Treze jovens deputados da AR e dois cabeças de lista às europeias vão beneficiar da redução do imposto E6



"Nunca pensei conhecer o Presidente na vida real"

FOTO PAVLO YURKIN/PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA

VISITA Volodymyr Zelensky veio a Lisboa, e a comunidade ucraniana na capital pôde ver ao vivo o seu herói. O Presidente da Ucrânia esteve com Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Montenegro, com quem assinou um acordo que garante apoio ao seu país durante 10 anos. P8

Primeiro mês do Governo desiludiu eleitores da AD

Estudo pós-legislativas revela que os indecisos deram vitória no último dia a Montenegro P18

BUGALHO: "NÃO CONFUNDO A MINHA FÉ COM A FUNÇÃO DE LEGISLADOR" P12

MARTA TEMIDO: "PENSEI EM ABANDONAR A POLÍTICA" P14

O POLÉMICO NAMORO DE VON DER LEYEN COM A EXTREMA-DIREITA P7

Martim Silva

O ESTILHAÇAR DO SISTEMA PARTIDÁRIO

A pouco e pouco, a cada ano que passa, a cada eleição que se sucede, o sistema partidário, tal como o conhecíamos, e que durante longo tempo demos como relativamente estático e até 'cristalizado', vai sendo estilhaçado.

Em cada momento, as peças do *puzzle* isoladas não nos dão a visão de conjunto. Mas ela está lá e parece apontar, com os dados que temos hoje, para um caminho verdadeiramente inexorável.

Olhe-se para o caso recente da Madeira. Os eleitores voltaram a ser chamados às urnas, apenas meses depois de eleições regionais, devido a um escândalo de corrupção que deitou abaixo o Executivo PSD de Miguel Albuquerque. Agora, os sociais-democratas venceram nas urnas, mas com a votação mais baixa de sempre. O PS, que seria a alternativa expectável, fica exatamente na mesma (!). As restantes forças caem, com a exceção do Juntos pelo Povo (JPP), de cariz local.

Olhe-se também para o que nos diz o estudo de opinião das europeias, cuja nova eleição decorre já dentro de pouco mais de uma semana (ou no próximo domingo, se se inscreveu para votar em antecipação). Aqui, PS e AD lideram destacados, mas é real e relevante a possibilidade de ficarem fora do Parlamento Europeu forças como a CDU e o Bloco de Esquerda. Os comunistas, por exemplo, elegeram sempre mais do que um deputado em Bruxelas desde que Portugal aderiu à CEE.

Olhe-se ainda para o caso autárquico. As candidaturas de movimentos independentes, muitos saídos de dissidentes dos partidos tradicionais, são uma novidade deste século nas Câmaras Municipais, mas atualmente já somam quase duas dezenas de autarquias pelo país e são das forças mais significativas no poder local.

Olhe-se igualmente para o que tem sucedido nas sucessivas eleições legislativas. Este ano, PS e PSD, as duas maiores forças do regime democrático, ficaram juntos abaixo dos 60% dos votos dos eleitores. Há mais de três décadas que tinham sempre valores bem acima dos 60% e várias vezes acima mesmo dos 70% dos votos contados nas urnas.

Olhe-se finalmente para o que está a acontecer na generalidade do mundo ocidental. Seja aqui ao lado, em Espanha, seja em Itália, em França, na Alemanha ou noutras paragens. Os populismos crescem eleitoralmente e, além disso, marcam cada vez mais a agenda política (o exemplo recente da política de migrações da União Europeia é bem ilustrativo).

O resultado é sempre o mesmo, de uma forma ou de outra. Os partidos tradicionais sentem dificuldade crescente em chegar aos eleitores. Sentem dificuldade crescente em dar resposta aos desafios trazidos pela globalização. Sentem dificuldade crescente em justificar como é que perante as (justas) expectativas criadas se acantonam as jovens gerações a um horizonte de falta de perspetivas válidas de futuro.

Se a dificuldade dos partidos vigentes, chamados do sistema, em dar resposta aos problemas se agudiza, é normal que outras forças surjam em seu lugar. Isto, por si só, não seria um problema (tirando para os próprios partidos). Ou seja, se nada na vida é estático, porque teriam de ser os partidos sempre os mesmos? Novas forças, novos campos de batalha e novas formas de luta podem surgir.

A cada eleição, o sistema partidário, tal como o conhecíamos, e que durante longo tempo demos como relativamente estático e até 'cristalizado', vai sendo estilhaçado

O problema é que, por cá como lá fora, de eleição para eleição, se nota que o que está a substituir os partidos tradicionais são políticos e formações partidárias e movimentos de cariz claramente populista. Em que a resposta aos problemas da *polis* é dada por soluções fáceis, que ficam bem no ouvido. Por um crescente acentuar do fosso entre nós, o povo, ou seus verdadeiros representantes, e eles, as elites, corrompidas e sujas.

A armadilha não vem pelo estilhaçar do sistema partidário tal como o conhecíamos. O que é verdadeiramente traiçoeiro é que as novas peças do *puzzle* que se monta a pouco e pouco nos vão deixar mais longe de democracias liberais, plenas, plurais, inclusivas e motoras de um desenvolvimento ao qual legitimamente aspiramos.

P.S. — Depois de dois adiamentos, o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, esteve esta semana em Lisboa. A presença não foi uma festa, mas um momento simbólico muito relevante. Numa altura em que se debate o futuro da Europa, é impossível não perceber que ele passa também pela forma como formos capazes de continuar a ajudar os ucranianos a resistir.

mgsilva@expresso.impresa.pt

Duelo

Nestas eleições europeias, as televisões articularam-se e organizaram um esquema de debates inovador: quadrangulares

Eunice Lourenço



Editora de política



Paulo Baldaia

Jornalista, comentador Expresso/SIC

OS DEBATES A QUATRO FORAM ESCLARECEDORES?

SIM Já estávamos habituados, há várias eleições, aos debates a dois, com os líderes dos partidos com assento parlamentar a sentarem-se frente a frente para esgrimir argumentos sobre política nacional. Com as europeias, os debates, infelizmente, não eram uma regularidade e não foi possível chegar a um acordo entre as televisões e os partidos para confrontos em dupla, que teriam de ser perto de 30.

Os debates para as legislativas foram um sucesso de audiências que duvido que se repetisse nas europeias: porque os portugueses são muito europeístas, mas pouco interessados no debate europeu, e porque há um notório cansaço eleitoral. Por tudo isso e por mais algumas razões, penso que os debates a quatro foram a melhor solução. Muito melhor do que fazer mais debates a oito, que esses, sim, me parecem muito mais difíceis de seguir e mais confusos.

Para além de o formato quadrangular (que nasceu de uma proposta de Cotrim de Figueiredo) ter sido a solução possível para termos debates na pré-campanha, gostei francamente do modelo, porque acho que permitiu ter algum foco nos temas e entendimentos europeus e discutir as pertenças dos partidos portugueses às famílias políticas europeias, coisa que pouco se discute e que acabou por entrar nos debates, sobretudo com Bugalho (que é AD, mas nem sempre é PPE) e com Tânger Corrêa (que levou para a discussão a hipótese de o Chega mudar de família ou até de reconfiguração da direita radical europeia).

Modelo permitiu ter algum foco nos temas europeus e discutir as famílias políticas da UE

As audiências estiveram longe do que tinham sido em fevereiro, ainda assim quase todos foram vistos por cerca de meio milhão de portugueses, tendo o primeiro ultrapassado os 800 mil. O primeiro, entre IL, AD, PS e Livre, foi, aliás, um bom indicador: muita Europa e pouca política nacional. O segundo reconheço que foi um pouco interessante, mas o terceiro teve uma discussão viva sobre o euro e no quarto, para além do choque de frente entre Cotrim e Oliveira, foi importante ouvir os candidatos sobre desinformação.

Claro que os debates que tiveram os cabeças de lista dos dois maiores partidos tiveram interesse acrescido. No penúltimo aumentou a tensão entre Marta Temido e Sebastião Bugalho, mas ainda assim sobre questões europeias (com a candidata do PS a confrontar o cabeça de lista da AD com posições do PPE) e um despique sobre habitação, tema que ambos querem colocar em discussão na Europa. E o último já foi mais tomado por temas nacionais, a começar pela audição de António Costa que tinha acontecido nesse dia.

Faço um balanço francamente positivo. Podemos ouvir o que os candidatos pensam sobre os principais temas europeus — a começar por defesa e migrações, os assuntos mais constantes — e perceber alinhamentos que nem sempre são óbvios: esquerda e direita não são blocos em matéria europeia e europeístas e eurocéticos conseguem cruzar posições em temas diferentes. E, sobretudo, houve debate e diversidade, o que, só por si, é sempre positivo.

NÃO O primeiro debate na SIC, bem conduzido pela Clara de Sousa e com opção exclusiva por temas europeus, até prometia um conjunto de debates e uma campanha esclarecedores, mas a promessa não foi cumprida. Basta pensar no último debate, a oito, na RTP, em que o tema em destaque foi a (i)maturidade de Sebastião Bugalho. Ou no último debate a quatro, na TVI, que começou com uma pergunta sobre o processo Influencer no dia em que António Costa foi finalmente ouvido.

Estávamos nós a definir estas prioridades nos debates televisivos e o "Financial Times" a publicar um artigo de opinião de Emmanuel Macron e Olaf Scholz. Ora, se o eixo Paris-Berlim dá publicidade ao seu programa de governo para a Europa e são eles que (co)mandam, o mínimo que deveríamos esperar é que os candidatos portugueses ao lugar de deputados europeus nos dissessem o que pensam sobre as propostas do Presidente francês e do chanceler alemão. Na semana passada, os dois governantes já tinham publicado no diário "Frankfurter Allgemeine Zeitung" outro artigo e, como sempre, deixaram mais dúvidas do que certezas. Os dois encontraram-se esta semana, numa visita histórica do Presidente francês à Alemanha (já não acontecia há 24 anos), e tanto Macron como Scholz, ao contrário de Biden, sabendo que há o risco de uma escalada na guerra, admitiram que as armas fornecidas à Ucrânia podem ser utilizadas para atacar alvos militares na Rússia. Por essa altura estava Von der Leyen a defender a necessidade de a Europa ter um escudo de defesa aérea. E os candidatos portugueses pensam alguma coisa sobre isto?

Foi pouco, muito pouco, para um momento tão importante como aquele que vive a União Europeia

Por cá discutia-se a que família política europeia deve pertencer o Chega — a uma extrema-direita mais fofinha ou a uma extrema-direita que não considera criminosos todos os que pertenceram às SS? Sobre os migrantes (de que não gostam os que gostam das SS) e o mais recente pacto europeu ficamos a saber que PS e PSD votaram a favor, mas estão contra e até gostavam de mudar algumas coisas. Como e quando? Não souberam esclarecer-nos.

Os debates são sempre úteis e alguma coisa ajudam a esclarecer, mais que não seja o grau de preparação que os políticos têm para assumir o lugar a que se candidatam. É pouco, muito pouco, para um momento tão importante como aquele que vive a União Europeia. Agora que os candidatos estão na estrada a discutir as eleições regionais na Madeira ou o plano de emergência para a saúde, mais o IRS Jovem, tinha dado jeito que os debates tivessem sido verdadeiramente esclarecedores sobre o que se discute em Bruxelas e Estrasburgo que implica diretamente com a nossa vida. Não foram!

A Semana

Por **PEDRO CANDEIAS**
pmcandeias@expresso.impresa.pt

MADEIRA
O PSD venceu as eleições (36,1%) apesar do caso de Justiça que Miguel Albuquerque tem à perna e o PS de Paulo Cafôfo acabou a corrida em segundo (21,3%) mesmo contra um adversário a manquejar. Cafôfo ainda ensaiou uma espetada madeirense com o JPP, mas a ideia acabou engolida pela sua impraticabilidade.

EUROPEIAS
Acabaram-se os debates e os debatentes saíram para a estrada para calcorrear o país até às eleições de 9 de junho. Dos oito protagonistas, há quatro que se destacam, pelos argumentos que apresentam e pelas picardias que alimentam: por ordem alfabética, Catarina Martins (BE), João Cotrim de Figueiredo (IL), Marta Temido (PS) e Sebastião Bugalho (AD).

DONALD TRUMP
O julgamento de Donald Trump precipita-se para o fim, que pode ou não ser o abismo para o ex-presidente dos EUA. O processo está nas mãos de um júri de 12 nova-iorquinos que decidirá se Trump é culpado de falsificar documentos contabilísticos para mascarar pagamentos para silenciarem a ex-atriz pornográfica Stormy Daniels.

VOLODYMYR ZELENSKY
O Presidente Zelensky chegou de Espanha e saiu de Portugal como um relâmpago, com a garantia de que o Governo irá apoiar com dinheiro e acordos bilaterais a causa justa do povo ucraniano na luta para resistir ao invasor. Para trás, Zelensky também deixou o país político a fazer contas: afinal, o que cabe dentro dos 126 milhões de euros?

MIGUEL GOMES
O português foi distinguido como melhor realizador no emblemático e reputadíssimo Festival de Cinema de Cannes pelo seu filme "Grand Tour", um filme de época passado no início do século XX, em Rangun, na Birmânia.

SAÚDE
O Governo apresentou um documento com cinco vetores, composto cada um deles por medidas urgentes e medidas prioritárias, e chamou-lhe plano de emergência para a Saúde. Os enfermeiros e os médicos criticaram o facto de os incentivos serem baseados em mais horas extra, e chamaram-lhe "plano de boas intenções".

TAÇA
O FC Porto venceu o Sporting (2-1) e conquistou a Taça de Portugal num jogo simbólico que marcou o corte definitivo de Pinto da Costa com o clube nortenho e a provável despedida de Sérgio Conceição do Dragão. A época acaba com os títulos distribuídos pelos quatro grandes: Liga (Sporting), Taça (FC Porto), Taça da Liga (Braga) e Supertaça (Benfica).



TUTTI-FRUTTI
O vereador da Câmara Municipal de Lisboa Ângelo Correia foi constituído arguido no âmbito da Operação Tutti-Frutti, um caso que investiga suspeitas de alegado favorecimento entre dirigentes e militantes do PS e PSD nas eleições autárquicas de 2017.

GUERRA
No meio de uma guerra Israel-Hamas, que colhe vidas diariamente e provoca caos e desespero e fome, Espanha, Noruega e Irlanda reconheceram oficialmente o Estado da Palestina, juntando-se aos outros 142 países (em 193) da ONU que já tinham tomado essa decisão.

Miguel Sousa Tavares

A traição de Israel

Estes não são as vítimas da *shoah*, os sobreviventes dos campos de extermínio nazis que, desprovidos de casas, de pátria e de esperança, se dirigiram no pós-guerra para o território da Palestina em busca de um lar para o povo judaico a que pudessem chamar pátria, numa epopeia relatada, entre outros, no romance “Exodus”, de Leon Uris. Estes não são os judeus que puseram de pé o sonho sionista de Theodor Herzl, depois concretizado por David Ben-Gurion. Estes não são os judeus vindos da Europa, África, Rússia, América, para então construírem de raiz um país novo sobre as areias do deserto, irrigando-o de água e de agricultura, povoando-o de kibutzes que eram um modelo de socialismo original e replicado em toda a organização de um Estado solidário e democrático, desde a Saúde ou o Ensino até às Forças Armadas, que logo garantiram a sobrevivência e independência do novo país. Estes não são os que fundaram o Estado de Israel que, não obstante as divergências políticas cedo ligadas à sua fundação, o mundo se habituou a admirar ou a invejar. Não: estes são os seus filhos, netos ou bisnetos. E o que eles fizeram e fazem com a herança recebida foi traí-la. Estes israelitas de hoje são os traidores da memória do Holocausto e do projecto sionista no que ele tinha de legítimo e de louvável.

Muito antes de Gaza, já Israel tinha perdido toda a legitimidade política para poder ser aceite como um Estado respeitador do direito internacional e caucionar os fundamentos da sua própria criação. Setenta anos de desobediência arrogante a resoluções do Conselho de Segurança da ONU, de ocupação sistemática e planeada, de terras roubadas aos palestinianos na Cisjordânia (onde hoje vivem em colonatos ilegais 800 mil judeus), de abusos de toda a ordem sobre os palestinianos, de paulatina expulsão dos palestinianos de Jerusalém, de transformação de Gaza no maior campo de concentração do mundo, do impulso dado à criação do Hamas, como forma de minar o poder dos moderados da Autoridade Palestiniana, conduziram àquilo que Guterres disse, com toda a razão, serem os antecedentes do 7 de Outubro. E, depois disso, os 36 mil mortos de Gaza, uma Força Aérea que bombardeia tendas de refugiados, um Exército que ataca dentro de enfermarias de hospitais e despeja mísseis sobre carrinhas de ajuda alimentar, valas comuns onde as outrora gloriosas FDI enterram centenas de civis, mulheres e crianças, ou o embargo deliberado de água e alimentos para também matar pela fome, pela sede e pelas doenças, tudo isso faz hoje de Israel um Estado criminoso que nenhum critério de decência pode absolver. Acabou-se a factura do Holocausto: os judeus de hoje acabaram com ela, cobrindo de vergonha o nome de Israel.

Olhamos para as imagens dos prédios de Gaza arrasados pelas bombas de uma tonelada e vemos as imagens do gueto de Varsóvia destruído pelos nazis: são iguais ou piores. E não vale a pena virem com o argumento de que o Hamas é o culpado porque usa a população civil como escudo: claro que sim, como o faziam os resistentes judaicos no gueto de Varsóvia, os russos em Estalinegrado ou qualquer força militar acossada dentro de uma cidade — ou esperavam que o Hamas saísse dos túneis e das casas e enfrentasse os tanques e a aviação israelita em campo aberto? Mas também olhamos para os rostos das crianças esfomeadas em Gaza e vemos os mesmos rostos de Treblinka ou Auschwitz e então perguntamo-nos: como é que os descendentes dos que passaram pelo Holocausto são capazes disto? Como é que falam com os seus antepassados, como é que não estremecem de vergonha? Porque a pior vergonha não é ver Netanyahu e o ministro da Defesa Gallant alvo de um pedido de captura do Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra e crimes contra a Humanidade ou ver Israel alvo de sentenças, que não cumpre, do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). A pior vergonha é perceber que todo o povo de Israel, ou quase todo, está solidário com eles, solidário com um Governo de criminosos. As manifestações que vemos em Jerusalém ou Telavive não são contra o massacre em Gaza, não são a pedir uma solução de paz definitiva ou, muito menos, a pedir a solução de dois Estados. São a pedir uma trégua provisória que permita a libertação de todos os reféns e depois a continuação da operação em Gaza — se possível, com a expulsão de todos os 2,3 milhões de palestinianos que lá estão para o Sinai egípcio, para a Jordânia ou para Marte, o sonho e a “solução final” a que Israel aspira. Se em Gaza as Forças Armadas conduzem uma estratégia de genocídio controlado, na Cisjordânia ocupada os colonos civis não estão parados: 700 palestinianos foram já mortos às suas mãos desde 7 de Outubro e também eles atacam carrinhas que vão levar comida a Gaza cercada. Não há inocentes ali, não há vozes em Israel hoje, como sempre houve no passado, a demarcar-se desta bebedeira colectiva de ódio, de cegueira e de arrogância.

Se o TIJ — que é um órgão das Nações Unidas cujas sentenças são de cumprimento obrigatório pelos membros da ONU — ordena que cessem imediatamente as operações em Gaza, Israel responde dois dias depois com o massacre de 50 civis a que chama “incidente trágico”. Se o procurador do TPI pede mandados de captura contra membros da direcção do Hamas e do Governo israelita, Israel escandaliza-se por porem um país “democrático”(?) ao nível de uma organização terrorista, como se os mortos pelo terror distinguissem a origem política da bomba que os matou. Se três países europeus decidem, ao fim de 74 anos de uma resolução da ONU, reconhecer o Estado da Palestina, o incendiário ministro dos Estrangeiros de Israel declara-os aliados do Hamas. E se alguém, em algum lado do mundo, seja numa universidade americana ou num jornal português, no uso do mais elementar exercício de decência e de indignação, se manifesta com o que vê em Gaza, logo saltam os muitos defensores de Israel com a estafada chantagem intelectual de confundir indignação moral com anti-semitismo e deterem-se só um passo antes de os acusarem de nazismo. Até já vi com os meus olhos o que não acharia possível: o deputado europeu do CDS, e parece que professor de direito internacional, afirmar na televisão que era discutível que o ataque da Força Aérea israelita ao consulado do Irão em Damasco, em que morreram oito pessoas, fosse ilegal.



ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO

Acabou-se a factura do Holocausto: os judeus de hoje acabaram com ela, cobrindo de vergonha o nome de Israel

Na televisão também vi há dias o ministro Paulo Rangel explicar a posição portuguesa no conflito e por que razão este não é o momento para reconhecer o Estado palestiniano. Não consegui enxergar uma só razão válida, tirando o facto de nunca ser o momento certo, desde que em 29 de Novembro de 1947 as Nações Unidas partilharam o território da Palestina, sob mandato britânico, entre um Estado palestiniano e um Estado de Israel. O Estado de Israel existe desde que Ben-Gurion o proclamou em 14 de Maio de 48 e logo foi reconhecido por inúmeros países. O da Palestina continua à espera do “momento oportuno”. Valha-nos que pelo menos — ao contrário dos americanos e de vários parceiros europeus, campeões dos direitos humanos e da indústria do armamento — não fornecemos armas para a matança de Gaza.

2 O 32º país na escala de apoios à Ucrânia, Portugal foi também o 32º país visitado por Volodymyr Zelensky na sua incansável demanda por armas para a guerra. Em contraste com o nosso sempre exuberante Presidente, gostei de ver a pose comedida de Zelensky, um misto de cansaço e humildade de quem precisa de ajuda, própria de um Presidente de um país invadido e em guerra. A sua aura nasceu de um suposto diálogo com Biden de que não há testemunhas, quando o Presidente americano se terá oferecido para o tirar da Ucrânia no início da guerra e ele terá dito que não precisava de boleia mas de armas. Não creio que a história seja verdadeira, mas serviu para a propaganda criar a imagem adequada para a opinião pública ocidental e à qual Zelensky ficou preso para sempre. Talvez demasiadamente preso, em prejuízo de uma alternativa à continuação de uma guerra de que a Ucrânia e a Europa serão sempre, seja qual for o desfecho, as vítimas certas. Agora Zelensky aposta muito numa “cimeira de paz” na Suíça, onde estarão todos os apoiantes da Ucrânia. Menos o outro lado. Faz-me lembrar, com os intervenientes trocados, os Conselhos Mundiais para a Paz e Cooperação, que a URSS então promovia enquanto espalhava mísseis pelos países do Pacto de Varsóvia.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

ALTOS



Volodymyr Zelensky
Presidente da Ucrânia

O Presidente da Ucrânia procurou esta semana recolocar a causa ucraniana no mapa internacional e assegurar novos apoios militares e políticos para a Conferência de Paz agendada para junho na Suíça. O roteiro, que incluiu uma passagem por Portugal, teve o retorno que esperava: Zelensky recebeu garantias de reforço da ajuda financeira e de meios para combater a mais recente investida russa. E relançou a aliança europeia em torno da resiliência e combatividade ucranianas, essencial para uma guerra que se arrasta há mais de dois anos.



Miguel Gomes
Realizador

Conquistar o prémio para Melhor Realizador no Festival de Cannes não está ao alcance de todos e era, até agora, inédito na escala portuguesa. Miguel Gomes foi distinguido esta semana pelo trabalho no filme "Grand Tour", na principal competição de longas-metragens do Festival. Um dos mais importantes troféus atribuídos até agora ao cinema português, junta-se a vários prémios que o cineasta já conquistou em festivais internacionais.



Sérgio Conceição
Treinador de futebol

Conquistou pela quarta vez a Taça de Portugal ao serviço do FC Porto. O troféu acaba por compensar uma época em que a equipa esteve longe de alcançar os seus objetivos, com um terceiro lugar na Liga, a 18 pontos do líder, Sporting. Para Conceição, cujo destino em relação à próxima época é ainda incerto, a conquista talvez possa vir a representar um prémio de fim de um ciclo de sete anos à frente da equipa azul e branca.

E BAIXOS




Mariana Mortágua
Paulo Raimundo
Coordenadora do BE e secretário-geral do PCP

O Bloco e o PCP perderam a representação parlamentar nas eleições regionais da Madeira. E se a eleição de um deputado do BE nem sempre foi uma realidade, no caso do PCP trata-se da primeira vez em 32 anos que o partido fica fora da assembleia regional. Um sinal de fracasso das estratégias de campanha dos dois partidos.



Paulo Cafôfo
Presidente do PS Madeira

Nas eleições em que o PSD teve o pior resultado eleitoral de sempre na Madeira, o PS não conseguiu apresentar-se aos olhos dos eleitores como uma alternativa à governação de Albuquerque. Em oito meses e depois de uma investigação que atingiu diretamente Miguel Albuquerque e fez cair o governo regional, os socialistas conquistaram os mesmos votos obtidos em eleições anteriores. Cafôfo é o rosto de uma derrota, que não conseguiu atenuar, nem com uma hipotética aliança com o JPP.

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt

EM DESTAQUE

Influencer Costa não foi confrontado com teor das escutas

MP não perguntou nada sobre os telefonemas em que o ex-primeiro-ministro foi apanhado a falar com suspeitos

Durante os 90 minutos que a audição de António Costa durou num gabinete do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), na sexta-feira passada, 24 de maio, houve um tema quente que ficou de fora da conversa com a procuradora Rita Madeira: as escutas em que o antigo primeiro-ministro foi apanhado acidentalmente quando falava com alvos do Ministério Público (MP) na Operação Influencer, como o ex-ministro do Ambiente, Matos Fernandes, que é considerado suspeito pelos procuradores, apesar de nunca ter sido constituído arguido.

No total, terão sido validadas 20 conversas telefónicas entre Costa e alguns arguidos da Operação Influencer: João Galamba, também ex-ministro, Diogo Lacerda Machado, que foi conselheiro e amigo de Costa, e Vítor Escária, chefe de gabinete do ex-primeiro-ministro, que tinha escondidos no Palácio de São Bento €75 mil em dinheiro vivo.

Segundo o Observador, as conversas consideradas relevantes para o processo estão relacionadas com os negócios do lítio e do hidrogénio verde. Costa, no entanto, terá sido questionado apenas sobre o caso da construção do centro de dados em Sines. Essa poderá ter sido uma das razões pelas quais o antigo governante não foi confrontado com escutas em que interveio.

Em dezembro de 2023, o Expresso noticiou que o coordenador do MP no Supremo Tribunal de Justiça pedira ao DCIAP todas as escutas da Operação Influencer que pudessem estar relacionadas com António Costa para poder juntá-las ao processo autónomo que foi aberto só para investigar as suspeitas de eventuais crimes que o ex-primeiro-ministro poderá ter cometido enquanto chefe do Executivo.

> **Costa disse que a única intervenção que teve no projeto do centro de dados foi ter estado na apresentação**

Numa das conversas citadas pelo Observador, António Costa terá bradado para Matos Fernandes: "Já te disse, falaremos disso mais tarde." "Isso" era, alegadamente, os negócios do lítio e do hidrogénio. Para já, a estratégia da procuradora Rita Madeira parece ser de guardar para mais tarde o que eventualmente tiver para mostrar, independentemente da relevância criminal que esses elementos poderão ter. A magistrada assumiu a titularidade do processo autónomo sobre António Costa desde que foi transferido do Supremo para o DCIAP, em abril, assim que ele deixou de ser primeiro-ministro.

O inquérito sobre Costa corre em paralelo com o processo principal, batizado de Operação Influencer e conduzido por três outros procuradores daquele departamento. A Influencer está, ela própria, partida em três processos: um para o centro de dados, que está mais adiantado, e outros dois para o lítio e o hidrogénio, ainda sem arguidos.

Entusiasmado com o quê?

Numa conversa citada pelo MP e considerada indiciadora da intervenção de Costa no processo, embora tida entre terceiros, o então secretário de Estado Tiago Silveira diz ao então CEO da Start Campus, Rui Oliveira Neves, que esteve "quatro horas" com o ex-primeiro-ministro, afirmando: "O gajo está completamente entusiasmado com isto." O "isto" era uma alínea do Simplex Industrial, a "lei malandra" que beneficiaria a empresa promotora do centro de dados.

Segundo o que o Expresso apurou, Costa foi confrontado com esta conversa em que não interveio e terá admitido que estava "entusiasmado, sim", com o Simplex Industrial, que era um dos projetos-bandeira do Governo que dirigia. E disse ao MP que, de resto, a única intervenção que teve relacionada com o projeto do centro de dados foi ter estado presente na cerimónia de apresentação, negando ter feito pressão sobre a secretária de Estado Ana Fontoura, considerada suspeita de ter cedido às pretensões de Lacerda e Escária de beneficiar os interesses da Start Campus.

Das duas vezes em que as suspeitas sobre Costa — de que teria cometido um crime de prevaricação com a aprovação da "lei malandra" do Simplex Industrial — foram sufragadas por juízes, não resistiram à avaliação. O juiz de instrução Nuno Dias Costa considerou-as "vagas" e até "contraditórias". E o Tribunal da Relação de Lisboa, num acórdão escrito pela juíza Cristina Almeida e Sousa, classificou o alegado "plano criminoso" como "um conjunto de meras proclamações assentes em deduções e especulações".

MICAEL PEREIRA e RUI GUSTAVO
mrpereira@expresso.impresa.pt

O Cartoon de António O eterno retorno do milagre



Arte Fundação Oriente compra aquamanil raro

Pássaro fantástico, com cabeça de dragão, citado por Fernão Mendes Pinto na "Peregrinação", será exposto no Museu do Oriente

O aquamanil "Caquesseitão", leiloado esta semana em Lisboa, foi comprado pela Fundação Oriente por 85 mil euros e até ao verão será exposto no Museu do Oriente.

Este é o primeiro objeto deste tipo — criado para a lavagem ritual das mãos — a ficar acessível à visitação num museu em Portugal. Dois estarão no Porto, em coleções particulares, há peças semelhantes em França e um foi adquirido por um *sheik* da família real do Catar, mas não se conhecem mais de 10 obras deste tipo em todo o mundo. A última vez que um aquamanil foi visto pelo público em Portugal foi justamente no Museu do Oriente, quando esta instituição recebeu a coleção Távora Sequeira Pinto, na exposição "Histórias de Um Império", em 2021.

"Tive conhecimento da existência da peça pela notícia do Expresso e pensei que fazia todo o sentido que ficasse no Museu do Oriente. Além disso, fiquei com receio de que pudesse sair do país e é obrigação de todos fazer um esforço pela permanência do património em Portugal." A declaração de Carlos Monjardino, presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, sintetiza como, numa semana, a instituição passou a ser proprietária de uma peça rara no panorama internacional.



Consideradas obras de arte complexas pelos especialistas em história da arte, os aquamanis são muito semelhantes entre si. Influenciadas pelo imaginário fantástico das grandes navegações ibéricas, estas peças remetem para Portugal, onde viviam as famílias aristocráticas que as encomendavam, e, tendo sido feitas na Índia, no Sul da China ou Sudeste Asiático, é difícil terem a autenticidade confirmada.

Esta terá sido mesmo uma das razões para que o Museu Nacional de Arte Antiga não se tivesse apresentado ao leilão da Veritas, na passada segunda-feira. Como Joaquim Caetano, diretor do museu, explicou ao Expresso há uma semana, há relatos de que peças semelhantes terão sido feitas no século XIX ou até no século XX. A dúvida não foi, contudo, razão suficiente para afastar a Fundação Oriente. "Pedimos um parecer a um especialista, Nuno Vassalo e Silva [diretor da delegação da Fundação Calouste Gulbenkian em França], que recomendou a compra, com uma avaliação muito positiva", explica Monjardino. "Baseei-me na opinião de um especialista, mas correr riscos faz parte do jogo." E conclui de forma clara: "Estou muito satisfeito."

A peça vendida esta segunda-feira chegou a ser aprovada pela extinta Direção-Geral do Património Cultural em 2019, altura em que os proprietários tentaram vendê-la para fora do país, como merecendo ser classificada como bem de interesse nacional. No entanto, a decisão acabaria por ficar perdida nos corredores da Administração Pública até 2023, quando foi pedido um estudo ao Laboratório Hércules, em Évora, para verificar a autenticidade da data em que teria sido produzida. Análise que nunca foi realizada, porque, como o Expresso confirmou, o *e-mail* que a solicitava não foi aberto pelo laboratório.

CHRISTIANA MARTINS
camartins@expresso.impresa.pt

Conselho A audição de Costa, sem sair arguido do processo Influencer, deu nova esperança ao PSE sobre uma candidatura ao Conselho. O ex-primeiro-ministro tem a agenda cheia de Europa

Candidatura mais perto, mas caminho é sinuoso

LILIANA VALENTE e SUSANA FREXES

Há poucos segredos mais mal guardados do que uma possível candidatura de António Costa a um alto cargo europeu, em especial o Conselho Europeu. E esse caminho ficou mais aberto depois de o ex-primeiro-ministro ter sido ouvido pelo Ministério Público na semana passada (ver texto pág. 6) — saindo como "declarante" e não como "arguido" —, e de o Tribunal da Relação ter firmado em papel no mês passado que as suspeitas sobre António Costa na Operação Influencer não passam de "meras especulações". Não havendo uma declaração de inocência oficial, as duas situações juntas têm dado alento às aspirações do socialista.

Quanto ao próprio António Costa, depois de ter declarado em novembro passado (após a demissão da chefia do Governo), que "enquanto não estiver esclarecido esse assunto, acho que não devo exercer cargos públicos", parece agora não excluir um regresso pela porta europeia, mantendo exposição pública — e usando essa imagem para vincar a sua posição sobre os principais temas europeus.

Nas últimas semanas, Costa tem participado em seminários e conferências sobre assuntos relacionados com a União Europeia (foi, por exemplo, apresentar um livro sobre a Europa de Bernardo Pires de Lima, assessor de Marcelo para Assuntos Internacionais). Na sua conta na rede social X, os seus comentários são quase na totalidade sobre o que tem a ver com a Europa. E os dois textos que escreveu no "Correio da Manhã" foram ambos sobre os desafios que se colocam à Europa: o primeiro sobre a importância do Parlamento Europeu e o segundo sobre o que está em jogo a seguir às eleições europeias.

Mais: para os dias decisivos das negociações em Bruxelas, já confirmou presença numa conferência sobre "Europa e o futuro: a nova legislatura", precisamente ao lado do antigo presidente do Conselho Europeu Herman van Rompuy.



FOTO NICOLAS ECONOMOU/NURPHOTO/GETTY IMAGES

O último Conselho Europeu de Costa como primeiro-ministro foi em março. Haverá outros próximos?

Em Bruxelas há também movimentações para a parte diplomática de uma campanha para um cargo de topo na Europa. Junto do Partido Socialista Europeu (PES), Costa continua a ser considerado como "um dos elementos mais bem colocados" para ser o candidato da família de centro-esquerda à presidência do Conselho Europeu. Mas o caminho é ainda sinuoso e exige também negociações, apoios e muita sorte, desde logo que o puzzle partidário saído das eleições seja à medida.

Frenesim em Bruxelas

Fonte socialista europeia adianta que a decisão do Tribunal da Relação "foi muito valorizada no PES", precisamente por ter afastado (pelo menos nesta fase) indícios de crime. Assim, sem nada contra Costa, fica menos difícil de começar negociações com os parceiros europeus. Entre os socialistas europeus, é claro que se Costa fosse declarado arguido, isso poderia complicar uma possível candidatura — ainda que esse estatuto não exista noutros países, poderia ser confundido com o de acusado.

O caminho de Costa não é no entanto fácil. Ainda não há posições fechadas e há quem considere que a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen continua a ser uma opção forte em cima da mesa. Segundo fontes diplomáticas ouvidas pelo Expresso, só no dia 17 de junho é que as peças devem começar a mexer, quando os líderes europeus se reunirem em Bruxelas no rescaldo das eleições europeias e depois de conhecerem os resultados. O processo pode ser rápido: a escolha do novo presidente do Conselho Europeu deve ficar fechada na reunião de 27 e 28 de junho, juntamente com a escolha dos nomes que ficarão à frente da Comissão Europeia e do alto-representante da UE para a Política Externa.

COSTA FALA DE EUROPA NO X, NO "CORREIO DA MANHÃ" E EM CONFERÊNCIAS, TENDO JÁ UMA MARCADA PARA OS DIAS DECISIVOS

O tema tem marcado também a campanha por cá. Apesar de só o PS, pela voz de Marta Temido, defender produtivamente uma candidatura do português à presidência do Conselho, só a IL e o Chega o afastam. O candidato da AD, Sebastião Bugalho, arranjou uma formulação em que diz que não faz campanha por Costa, mas também não lhe recusa apoio. Até porque o trabalho diplomático, caso Costa decida avançar, poderá ter de passar pelo Governo.

Quem apoia esta iniciativa de forma aberta é o Presidente da República que vai repetindo, a cada ocasião, que António Costa "é um nome consensual nas várias famílias europeias". E que essa candidatura ganhou força depois da sua conversa de 90 minutos no DCIAP.

lvalente@expresso.impresa.pt

Polémica O namoro de Von der Leyen com a direita radical

A alemã não fecha portas à família de Meloni, o que pode custar-lhe votos à esquerda e comprometer a reeleição

O *flirt* político da presidente da Comissão Europeia com a primeira-ministra italiana e a porta aberta a entendimentos com partidos da direita radical faz parte de uma estratégia para conseguir a reeleição no Parlamento Europeu (PE), mas a ambiguidade está a valer-lhe críticas. A colagem à direita mais conservadora pode custar-lhe votos de que precisa à esquerda e entre os liberais, pondo em causa o segundo mandato.

"Se, como tem sido noticiado, Ursula von der Leyen se virar para a direita e não para a esquerda, é um grande erro e um mau sinal para o futuro da Europa." A análise é de Dharmendra Kanani. O analista do grupo Friends of Europe diz ao Expresso que os Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), a família política de Meloni, "são a extrema-direita disfarçada", que joga o "jogo da aceitabilidade" e se mostra aberta a compromissos. "Quando se abre a porta à negociação com a extrema-direita, o que vem a seguir?"

O Partido Popular Europeu (PPE), maior família política de centro-direita, não rejeita acordos com o ECR, argumentando que lá há partidos moderados. O PPE e Von der Leyen, que vai estar em Portugal no dia 6 de junho para se juntar à campanha da Aliança Democrática (AD), admitem entendimentos com eurodeputados deste grupo, desde que sejam "pró-Ucrânia", "pró-UE" e respeitem o Estado de direito. A presidente da Comissão já defendeu em público que Meloni cumpre os critérios, as chefias dos Socialistas Europeus (S&D), Liberais (Renovar a Europa, RE) e Verdes discordam. Incluem o ECR numa cerca sanitária onde está já o grupo de extrema-direita Identidade e Democracia, a família política de Le Pen, Salvini e André Ventura.

PE mais fragmentado

As projeções apontam para maior fragmentação do PE. Mesmo que a coligação entre PPE, S&D e RE continue possível, corre o risco de a sua maioria ser mais magra. Com a eleição do presidente da Comissão por voto secreto, é difícil garantir todos os votos necessários à primeira. Há cinco anos, Von der Leyen ganhou por apenas nove. O resultado das europeias será decisivo para definir o programa e as prioridades para os próximos anos e negociá-los com as forças parlamentares antes da votação. O equilíbrio é difícil. Eric Maurice, do European Policy Centre, dá um exemplo: "Se se cola ao Pacto Verde, arrisca-se a perder votos à direita" e "se se afasta do que fez no Pacto Verde, perde votos à esquerda".

Maurice considera que a Comissão Von der Leyen agiu "de forma eficaz em tempo de crise", num mandato marcado pela pandemia e o regresso da guerra à Europa. No entanto, vê nuances no balanço pessoal da alemã. "Há grande personalização na sua forma de assumir o poder, muita falta de transparência e uma comunicação tão controlada que é artificial", diz ao Expresso.

Se houve momentos em que marcou pontos — na compra conjunta de vacinas ou no apoio à Ucrânia —, o mandato fica marcado pela má relação com o Presidente do Conselho, Charles Michel, e pelas críticas à viagem que fez a Israel após o ataque de 7 de outubro. Ou seja, pelos momentos em que foi além das suas competências e sem se coordenar com os dirigentes europeus. O apoio dos chefes de Estado e de Governo será fundamental. Serão eles a nomeá-la para ser votada no PE. S.F.

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO SOS
"Parece que estamos num deserto à espera da água que nunca chega, e isso é muito doloroso. A ajuda nunca mais vem, mas os mísseis vêm todos os dias"
Volodymyr Zelensky
Presidente da Ucrânia, em Lisboa

PRÉMIO SEM DESFECHO
"O fundamental é no futuro haver paz na Ucrânia. Trabalhar pelos direitos humanos, porque estão pessoas a morrer, a sofrer, e são milhões nessa situação"
Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República e chefe da delegação portuguesa na Cimeira da Paz na Suíça

PRÉMIO CALMA JOVEM
"É um dia de festa para a democracia portuguesa"
Sebastião Bugalho
Candidato da AD às eleições europeias, sobre a visita de Zelensky

PRÉMIO A REPREENSÃO
"É uma demonstração de imaturidade brutal dizer que é dia de festa"
Marta Temido
Candidata do PS às eleições europeias

PRÉMIO APOSTAR TODAS AS FICHAS
"Estamos perante a oportunidade de vermos governar outra solução para a Madeira"
Paulo Cafôfo
Presidente do PS-Madeira, a propor solução alternativa de Governo com o JPP, depois da vitória sem maioria de Miguel Albuquerque

PRÉMIO VAI CADA UM PARA SUA CASA
"Se esta solução não vingar, vai cada um para sua casa"
Élvio Sousa
Secretário-geral do Juntos Pelo Povo (JPP), sobre acordo com o PS

PRÉMIO EXCLUSÃO DE PARTES
"A solução apresentada pelo partido mais votado, o PSD [...] terá todas as condições de ver o seu programa aprovado"
Ireneu Barreto
Representante da República para a Madeira, a anunciar indigitação de Miguel Albuquerque

PRÉMIO ARITMÉTICA POLÍTICA
"Nós, vencedores das eleições, estamos concentrados em governar, os derrotados estão concentrados em 'geringonçar'"
Luís Montenegro
Primeiro-ministro e presidente do PSD, sobre as regionais na Madeira

PRÉMIO VOLTAR À CARGA
"Se o OE não for votado, ou há uma crise política eleitoral ou uma crise política não eleitoral, que é o Governo governar por duodécimos"
Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

PRÉMIO EU É QUE SEI
"Não é cá com mais ou menos pressões que o PS define o seu voto"
Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS, para Marcelo Rebelo de Sousa

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt

Périplo Na falta de um horizonte tangível para entrar na NATO, o Presidente ucraniano anda em digressão para tentar obter mais armas

Ucrânia não quer só boas intenções







FOTO ANA BAIÃO

ANA FRANÇA

A facilidade com que Volodymyr Zelensky circula por todo o mundo — enquanto o seu homólogo russo, Vladimir Putin, tem à volta dos tornozelos os grilhões de um mandado do Tribunal Penal Internacional —, os abraços com presidentes e primeiros-ministros e os sorrisos da comunidade ucraniana que o esperam à porta de cada ponto da sua agenda são as marcas exteriores de um consenso político. Agora é preciso apurar o domínio de outra arte: a de transpor tanta solidariedade para o plano da ajuda concreta.

No fim de um périplo-relâmpago que o levou a três países em dois dias, o Presidente da Ucrânia veio a Lisboa ouvir o primeiro-ministro português, Luís Montenegro, reforçar o que já tinham feito os seus colegas espanhol, Pedro Sánchez, e belga, Alexander De Croo. O apoio à Ucrânia é "inabalável".

Nas três capitais, Zelensky assinou três acordos de segurança e cooperação que visam vincular os aliados a fornecerem apoio militar e logístico à Ucrânia por um período de pelo menos dez anos. O envio de material bélico "puro e duro" é o fator mais importante, mas os pactos passam pela cooperação bilateral em muitas outras áreas: no sector dos serviços de informação, no combate ao crime organizado e à propaganda, na luta contra os riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e na ajuda política à adesão de Kiev à UE e à NATO. 12 países já assinaram parcerias deste tipo, que Zelensky quer brandir vigorosamente para Moscovo ver.

"Melhor do que nada"

Não sendo os acordos juridicamente vinculativos, alguns analistas têm frisado que esta proteção não substitui a que seria conferida pela entrada na NATO. É o caso de Ian Bond, diretor do Departamento de Política Internacional no Centro para a Reforma da Europa e ex-conselheiro principal para a União Soviética da embaixada britânica em Washington. "Estes acordos de segurança são politicamente um símbolo do apoio continuado à Ucrânia; oferecem alguma segurança de que o fornecimento de equipamento militar e munições continuará; mas não constituem qualquer tipo de garantia de defesa que se possa comparar ao artigo 5º", diz ao Expresso. Refere-se à disposição dos regulamentos da NATO que diz que um ataque a um dos membros é um ataque a todos e desencadeia auxílio militar ao afetado.

Confrontados pelos jornalistas com o cariz não vinculativo destes acordos, tanto Zelensky quanto Montenegro afastaram qualquer ideia de fragilidade. "Do nosso lado e do lado da Ucrânia há 100% de compromisso no cumprimento deste acordo e até em poder, futuramente, desenvolvê-lo", disse o chefe do Governo português. "Acho que este documento vai funcionar, todos os países que assinaram estes acordos bilaterais fizeram-no no seguimento de um pedido do G7. Não tenho dúvidas sobre os acordos. Alguns já estão a começar a entrar em vigor, por exemplo, com França e Dinamarca. Quando os líderes assinam um acordo bilateral, estão a servir de espelho à vontade desse país", reforçou Zelensky.

"Nenhum destes acordos serve para dissuadir Putin de continuar a atacar a Ucrânia, mas para Zelensky são melhores do que nada. E caso se confirme que serão enviados formadores franceses para a Ucrânia, por exemplo, isso é um pequeno passo em direção ao tipo de assistência ocidental que pode fazer a diferença", acrescenta Bond. A notícia foi avançada por "Le Monde", na terça-feira.

Cimeira: manual de instruções

A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Maria Zakharova, já avisou que a cimeira para a paz, marcada para daqui a duas semanas na Suíça, está destinada ao fracasso, por ser baseada nos dez pontos para a paz que Zelensky defende. Alguns, como a retirada total das tropas ou a criação de um tribunal para julgar os crimes de guerra russos, são vistos por Moscovo como capitulação. A Suíça já negou que sejam a espinha dorsal do encontro, e o próprio Zelensky explicou em Lisboa que quer começar por garantir acordos de âmbito humanitário, como exportação de alimentos ucranianos para países em desenvolvimento ou a segurança de uma central nuclear ocupada pela Rússia no sul da Ucrânia. Não respondeu a questões sobre a possibilidade de trazer a Rússia para uma futura mesa de negociações, apesar de o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros suíço crer que "mais cedo ou mais tarde" isso terá de acontecer.

Para o historiador militar Walter Dorn, os dez pontos são o objetivo principal, ainda que o caminho não possa ser feito em linha reta. "Zelensky quer obter apoio internacional para os dez pontos, mas vai começar pela segurança nuclear e segurança alimentar em África, porque a Europa quer isto resolvido. Ele deseja ficar livre para lidar com os aspetos controversos, os de território, sem pressão internacional", diz ao Expresso o especialista em Defesa.

afranca@expresso.impresa.pt

Apoios geram confusão. Governo evita AR

Só €22,4 milhões dos €126 milhões do acordo entre Montenegro e Zelensky foram decisão do atual Governo

O acordo assinado entre Luís Montenegro e Volodymyr Zelensky, que prevê €126 milhões de ajuda militar à Ucrânia, não irá ao Parlamento, ficando apenas como um entendimento entre os dois Estados, sem a validade de um documento formal. O acordo, válido por um período de dez anos, inclui mais de €100 milhões decididos por António Costa, com aval do então líder da oposição, e só €22,4 milhões foram decididos pelo atual Governo. O primeiro-ministro falou ainda de €250 milhões de ajuda no total, mas esse valor inclui €92 milhões de apoio a ucranianos que vivem em Portugal.

Em 2024, o acordo prevê um valor de ajuda militar de €126 milhões. Contudo, houve uma confusão nos números e, afinal, como noticiou o "Diário de Notícias" e o Expresso confirmou, mais de €100 milhões já tinham sido comprometidos pelo anterior Governo. Contas feitas, apenas €22,4 milhões para o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) se somaram ao já conhecido e são decisão da equipa de Montenegro. Contudo, a fatura de apoio à Ucrânia pode disparar nos próximos meses quando for decidido o apoio no âmbito da NATO e ficar fechado, na UE, o valor final do mecanismo permanente, que se deve fixar, para Portugal, num contributo de €75 milhões até 2027, cerca de €25 milhões ao ano.

Por agora, no acordado entram €100 milhões para a iniciativa checa de compra de munições decidida por Costa em fevereiro, com o aval de Montenegro, então na oposição. Esta contribuição portuguesa foi uma das verbas de que o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, se queixou por serem extraordinárias e aprovadas depois das eleições. O pagamento foi feito pelo atual Governo, apesar de fonte do anterior Executivo garantir ao Expresso que todas as autorizações de despesa e a devida cabimentação estavam já tratadas.

Conta-se ainda €1 milhão de "contribuição para o programa de aquisições conjuntas" da Agência Europeia de Defesa e €411 mil de material ainda do primeiro trimestre de 2024, portanto também referentes a compromissos do anterior Executivo. E, por fim, €22,4 milhões para o MEAP. Este último valor já decidido pela equipa de Montenegro.

Até agora, a ajuda militar à Ucrânia desde o início da guerra foi de cerca de "€160 milhões", assegura o gabinete de Luís Montenegro, a grande parte já comprometida e paga e que se divide assim: €34 milhões até 2023; 100 milhões para a iniciativa checa; €22,4 milhões para o MEAP e as restantes parcelas inferiores para compra de equipamento pelas instituições europeias.

Montenegro revelou que a ajuda total à Ucrânia ultrapassa os €250 milhões. Valor inclui apoios a imigrantes ucranianos em Portugal

"Ele disse-me que ia ganhar a guerra pelas crianças como eu"

FOTO TIAGO MIRANDA

Zelensky encontrou-se com membros da comunidade ucraniana, mas o tempo foi curto para um seu compatriota

Pouco depois de o avião de Volodymyr Zelensky ter aterrado no aeroporto militar de Figo Maduro, em Lisboa, a bandeira da Ucrânia era hasteada na residência oficial do primeiro-ministro, ao lado das de Portugal e da União Europeia. As sirenes que se ouviam ao longe começaram a aproximar-se, anunciando a chegada do Presidente ucraniano. O helicóptero da Força Aérea, com atiradores de elite a bordo, sobrevoou a zona de São Bento em voo baixo e só desmobilizou quando Zelensky saiu do carro. Ficaram os *snipers* nas janelas e nos terraços.

Numa sala contígua àquela onde o chefe de Estado ucraniano ia explicando o acordo que acabava de assinar com o chefe do Governo português, Luís Montenegro, duas dezenas de cidadãos ucranianos e alguns portugueses esperam para conhecer Zelensky. "Eu estava mesmo nervoso antes de o Presidente entrar na sala, mas depois ele entrou e pensei: 'Ah, nem é assim tão alto', e fiquei mais calmo".

Quem o diz ao Expresso é Akim Kononets, que aos 11 anos já é um conhecido patriota dentro da comunidade (está de azul, ao lado do primeiro-ministro, na foto desta página). Todos os sábados, na manifestação que alguns ucranianos realizam quase ininterruptamente desde o início da guerra, no Rossio lisboeta, lê poemas sobre a Ucrânia. Por vezes os seus, a maioria das vezes palavras de outras pessoas que também tiveram de fugir. Parte da mesada deposita-a na caixa que está aberta a contribuições, depois enviadas para o exército.

Gratos por não ter fugido

Os vídeos divulgados dessa reunião mostram meninas de traje tradicional ucraniano e uma senhora com uma camisola bordada da forma típica, que não resiste a abraçar o Presidente, apesar de pedir permissão antes de pôr a cabeça no seu ombro. Antes, Zelensky já se reunira com membros das forças de segurança portuguesas que de deslocaram à Ucrânia em missões da UE.

"Nunca pensei conhecer o Presidente na vida real, tipo, fora dos vídeos. Fiquei muito entusiasmado e até pude falar com ele, agradecer-lhe por não ter fugido do nosso país, por ter ficado com as pessoas, é muito importante", conta Akim ao Expresso depois do encontro com Zelensky. "Só não gostei muito que não tivesse sido mais longo, foram talvez dez minutos." A visita a Portugal foi curta, não chegou a durar cinco horas, e as primeiras informações sobre a sua agenda não contemplavam um encontro com a comunidade. Acabou por acontecer, e o Presidente até fez uma promessa a Akim: "Ele disse-me que ia ganhar a guerra pelas crianças como eu."



Zelensky encontrou-se com ucranianos emigrados em Lisboa

FOTO PAVLO YURKIN/PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA

> Akim Kononets, de 11 anos, deixa parte da mesada, todos os sábados, na caixa de contribuições para o exército ucraniano

Akim chegou a Portugal a 16 de abril, com a mãe, Natalia. O pai ficou em Druzhkivka, na região de Donetsk, que está perto da frente, mas não tem sido alvo de ataques. "Sabes que só se fores um homem velho, tiveres menos de 18 anos ou tiveres três filhos é que podes sair da Ucrânia", informa Akim. O pai, garante, não tem medo de ser chamado para a guerra. As consequências da invasão, as mais duras, estiveram frente a frente com Zelensky no dia da visita a Portugal. Entre as pessoas que conheceu estava uma mulher que perdeu o marido e pelo menos outra com o filho na frente. "Pediram ao Presidente para alargar o tempo de licença dos seus filhos e maridos, para que possam vir passar mais tempo a casa."

A sensação Zelensky têm-se repetido um pouco por todos os países que visita. O ucraniano é o político mais popular na Europa, com uma taxa de 47% de aprovação, segundo sondagem da Ipsis para a Euronews, publicada este mês. Porém, essa aprovação diverge muito de região para região. No norte da Europa e na Península Ibérica há maiorias expressivas de apoio: 81% na Finlândia, 74% na Suécia, 72% na Dinamarca e Portugal e 64% em Espanha. Em contrapartida, mais de metade dos inquiridos na Hungria (60%), Grécia (57%) e Bulgária (56%) têm opinião "negativa" sobre o ucraniano.

"Portugal também já é casa"

Um dos objetivos de Akim é continuar a falar da Ucrânia a toda a gente que encontra. Sente que "alguns já se esqueceram da guerra ou nem sabem que ela ainda decorre". Ali ao lado, durante a reunião com Montenegro, Zelensky pedira a todos que não se cansassem da guerra. Os ucranianos "sentem-se, por vezes, num deserto à espera de água", metáfora para a demora da chegada de material.

Akim quer, um dia, voltar à Ucrânia, mas "Portugal também já é casa". Fala português, foi nessa língua que se dirigiu a Montenegro, estuda no 6º ano numa escola de Lisboa e vai assistindo pela Internet ao 6º ano ucraniano. "Adoro Portugal, quero agradecer a gentileza do povo com toda a gente e também a ajuda que têm enviado à Ucrânia." A.F.



FOTO TIAGO MIRANDA

HONRAS DE ESTADO Volodymyr Zelensky foi acolhido em Lisboa com o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, em Belém, onde alguns ucranianos foram receber o seu líder com bandeiras e cartazes de apoio. Na residência oficial do primeiro-ministro, Luís Montenegro, o Presidente da Ucrânia reuniu-se com membros da comunidade ucraniana.

Há ainda outros números a ter em conta. Na conferência de imprensa ao lado de Volodymyr Zelensky, em São Bento, Luís Montenegro disse que a "ajuda multifacetada" de Portugal à Ucrânia "do ponto de vista quantitativo", ainda que tenha ressalvado que esse não é o mais importante, "ascende hoje a mais de €250 milhões". Mas afinal do que estava a falar, se a parte militar se cifra nos tais €160 milhões?

Na conferência de imprensa, Montenegro referiu €3 milhões de ajuda humanitária, €5,5 milhões de ajuda financeira e a maior parcela de €92 milhões para "habitação, cuidados de saúde com apoio ao emprego à inclusão do sistema de ensino, incluindo superior e todas as políticas de integração de imigrantes", englobando no bolo o valor de apoio a ucranianos em Portugal, uma verba que não segue para a Ucrânia. Nas respostas enviadas ao Expresso pelo gabinete de Montenegro, é referido que o apoio total pode ser ainda superior a €250 milhões pois são contabilizados "€30 milhões para a agência polaca de acolhimento a refugiados", a que acresce a reconstrução da escola de Zhytomyr, e €3 milhões através do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

LILIANA VALENTE
lvalente@expresso.impresa.pt

Carros blindados vieram da Alemanha

Segurança apertada na curta visita de Zelensky: drones, helicópteros e *snipers* em ação. Grau 3 no nível de alerta

A curta visita de Volodymyr Zelensky a Portugal, na última terça-feira à tarde, teve um grau de alerta 3, considerado normal para uma receção de um chefe de Estado a Portugal. Só para dar um exemplo, a visita do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2010, teve direito a grau 1 de ameaça, o mais elevado. Agora, com o líder ucraniano, a ameaça foi considerada moderada mas com aconselhamento pelos serviços de segurança de medidas adicionais de grau 2, apurou o Expresso junto de fontes conhecedoras do processo.

E que medidas foram essas? As autoridades portuguesas requisitaram dois carros blindados de passageiros à Alemanha para proteger a comitiva de Kiev de um possível atentado. Trata-se de viaturas Audi A8, com blindagem VR9. "Não havia informações de qualquer ameaça concreta contra Zelensky mas o ataque recente contra o primeiro-ministro da Eslováquia deixou-nos sérias preocupações", refere uma outra fonte ligada às informações. Segundo a imprensa eslovaca, Juraj Cintula, o atirador, fez parte de milícias pró-russas e escreveu dois romances contra a comunidade cigana do leste europeu.

Em Portugal não há sinais de ativistas considerados suspeitos para cometer um potencial atentado à vida do homem-forte de Kiev. Mas como não foi adotada a reposição temporária do controlo de fronteiras — como tinha acontecido durante a Jornada Mundial da Juventude no ano passado — havia sempre o risco de alguém viajar para Lisboa com o intuito de tentar matar Zelensky.

As medidas de segurança foram coordenadas pelo Sistema de Segurança Interna (SSI), em contrarrelógio. "Foi exigente em questões horárias mas acabou por correr tudo bem", resume um alto responsável. No passado recente, Zelensky abortou duas viagens a Lisboa em cima da hora e havia sempre o risco de acontecer o mesmo desta vez.

Receio de ciberataques

Desde que aterrou no aeródromo de Figo Maduro, em Lisboa, o líder ucraniano foi acompanhado por caças F-16, helicópteros da Força Aérea com *snipers* do Grupo de Operações Especiais (GOE) da PSP a bordo. O cordão de segurança tinha cerca de 250 elementos da PSP, mais um conjunto de operacionais na reserva, juntamente com militares da GNR. Um desses helicópteros chegou a sobrevoar, em voo baixo, a residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, e só desmobilizou quando Zelensky saiu do carro. Ficaram os *snipers* nas janelas e nos terraços.

> Em Portugal, não há sinais de ativistas considerados suspeitos para cometer um potencial atentado à vida de Zelensky

O líder ucraniano esteve acompanhado pela sua segurança pessoal, que estava sintonizada com o Corpo de Segurança Pessoal da PSP, o grupo de elite especializado em acompanhar altas entidades nas visitas ao território nacional.

As ameaças contra Zelensky não vinham só por via terrestre e pelo ar. Havia também a suspeita de que os denominados *hacktivistas* pró-Putin pudessem retaliar contra a visita à Península Ibérica. Em Espanha, na segunda-feira, três grupos — os NoName 057(16), os People's Cyber Army e os Hunt3r Kill3rs — reivindicaram ciberataques aos *sites* do parlamento regional, do Metro e da rede de transportes públicos de Madrid, bem como do *tram* de Barcelona ou do porto de Valência. Estes cibercriminosos — que têm atacado sistemas informáticos na Ucrânia desde o início da invasão — acederam também a sistemas de câmaras de videovigilância (CCTV) em vários pontos do país vizinho, bloqueando as imagens em tempo real. Havia o receio que acedessem a sistemas informáticos do Governo ou de autarquias também em Portugal. Mas tal não veio a acontecer.

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.impresa.pt

EUROPEIAS Leia mais sobre as eleições europeias no caderno de Economia e na Revista E16eR22





FOTO TIAGO MIRANDA



FOTO RUI DUARTE SILVA

Pedro Nuno Santos divide a campanha com Temido: um fala do país, outro da Europa. Montenegro dá ajuda a Bugalho dentro e fora — com anúncios de medidas

Campanha Os partidos estão a fazer muito para que haja leitura nacional dia 9 de junho e até o PR ajuda a desviar o foco

Europeias, Orçamento e a antecâmara de uma crise

JOÃO DIOGO CORREIA, JOÃO PEDRO HENRIQUES e LILIANA VALENTE

AS ELEIÇÕES EUROPEIAS SERVEM DE BARÓMETRO À SAÚDE DO GOVERNO?

ELEIÇÃO	ANO	PARTIDO VENCEDOR	RESULTADO	
Legislativa anterior	1985	PSD	29,9%	**1987** Sim, o PSD foi o partido mais votado nos dois atos eleitorais realizados no mesmo dia.
Parlamento Europeu	1987 (julho)	PSD	37,5%	
Legislativa seguinte	1987 (julho)	PSD	50,2%	
Legislativa anterior	1987	PSD	50,2%	**1989** Sim, o PSD, foi o partido mais votado nas europeias e também nas legislativas seguintes.
Parlamento Europeu	1989	PSD	32,8%	
Legislativa seguinte	1991	PSD	50,6%	
Legislativa anterior	1991	PSD	50,6%	**1994** Sim, o PSD perdeu para o PS com uma diferença mínima nas europeias (14.642 votos). No ano seguinte, o PSD perdia novamente nas legislativas.
Parlamento Europeu	1994	PS	34,9%	
Legislativa seguinte	1995	PS	43,8%	
Legislativa anterior	1995	PS	43,8%	**1999** Sim, o PS foi o partido mais votado nas europeias e foi o mais votado nas legislativas seguintes.
Parlamento Europeu	1999 (junho)	PS	43,1%	
Legislativa seguinte	1999 (outubro)	PS	44%	
Legislativa anterior	2002	PSD	40,2%	**2004** Sim, o PSD perdeu nas europeias e voltou a perder nas legislativas seguintes.
Parlamento Europeu	2004	PS	44,5%	
Legislativa seguinte	2005	PS	45,1%	
Legislativa anterior	2005	PS	45,1%	**2009** 'Nim', o PS perdeu nas europeias. O partido manteve-se no Governo, mas perdeu a maioria absoluta nas legislativas seguintes.
Parlamento Europeu	2009 (junho)	PSD	31,7%	
Legislativa seguinte	2009 (setembro)	PS	36,6%	
Legislativa anterior	2011	PSD	38,7%	**2014** 'Nim', o PSD perdeu nas europeias. O partido manteve-se como partido mais votado nas legislativas seguintes, mas sem conseguir formar Governo.
Parlamento Europeu	2014	PS	31,5%	
Legislativa seguinte	2015	PSD	36,9%	
Legislativa anterior	2015	PS*	32,3%	**2019** Sim, o PS, no Governo, foi o partido mais votado nas europeias e foi o mais votado nas legislativas seguintes.
Parlamento Europeu	2019 (maio)	PS	33,4%	
Legislativa seguinte	2019 (outubro)	PS	36,3%	

*NÃO FOI O MAIS VOTADO, MAS FORMOU GOVERNO

FONTES: MAI E CNE

O dia 9 de junho vai marcar um antes e um depois para o Governo de Luís Montenegro, mas também para as oposições, a começar pelo PS e a acabar no Chega. Será, com muita probabilidade, o dia em que se começa a traçar o destino do Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025), o documento que pode levar a uma "crise política eleitoral" ou "não eleitoral", disse esta semana o Presidente da República, admitindo a possibilidade de não convocar eleições e poder deixar o Governo em gestão por duodécimos. A pré-campanha para as eleições até foi muito europeia, tal como os debates, mas assim que começou o período oficial e os líderes partidários começaram a aparecer pelo país ao lado dos seus cabeças de lista logo a campanha se nacionalizou.

O contexto tripartido e tenso tem feito com que AD, PS e Chega estejam numa marcação de terreno evidente, em busca de balões de oxigénio num sufrágio ainda mais imprevisível, dada a elevada abstenção esperada, mas que pode mudar o quadro político, tornando-o ainda mais frágil. Os anúncios do Governo — medidas para os jovens, a habitação ou plano para a saúde (ver pág. 22), criticado pelos partidos como "propaganda" —, o resultado na Madeira no domingo, com uma vitória do PSD e a terceira derrota socialista da liderança de Pedro Nuno, os apelos semanais do Presidente da República ao diálogo para que o OE 2025 seja aprovado, tudo concorre para essa nacionalização.

Perante mais um teste, Montenegro tem uma presença frequente na campanha e Pedro Nuno Santos e André Ventura andam quase a 100% no terreno. Aliás, Ventura até parece o candidato, ofuscando por completo Tânger Corrêa (ver texto nesta edição).

Com uma contaminação inevitável, foi Marcelo Rebelo de Sousa a pôr todos os partidos a falar da aprovação do OE de forma clara. O Presidente pressionou Governo e oposição a negociarem, para evitarem uma crise política: "Ou há uma crise política eleitoral ou uma crise política não eleitoral, que é o Governo governar por duodécimos, de uma forma precária, enfraquecido, e em que a gestão dos fundos europeus imediatamente é atingida", disse.

Do lado do Governo, silêncio sobre as palavras de Marcelo, mas não sobre a nacionalização das europeias. No primeiro dia, Luís Montenegro juntou-se à caravana para defender os primeiros dois meses de governação e deixando avisos à oposição. "Desenganem-se" os que acham que tudo acontece em dois meses a pensar nas europeias. "Vamos continuar com este impulso", prometeu. Vai chegar até à discussão do OE?

MONTENEGRO VAI SER PRESENÇA FREQUENTE NA CAMPANHA, PEDRO NUNO VAI QUASE TODOS OS DIAS E VENTURA SUBSTITUI O CANDIDATO

A oposição respondeu a Marcelo que não a pressione. "Aparentemente, o senhor Presidente da República acha que os diferentes grupos parlamentares devem viabilizar o OE mesmo que discordem dele. Nós temos um entendimento diferente", afirmou Pedro Nuno Santos no Algarve. Um pouco mais acima, em Beja, o líder do Chega assumia claramente a ligação entre a votação nas europeias e a votação no OE. "O resultado das europeias dará ao Chega um conforto maior ou menor em termos de análise política, mas não em termos de decisão." Do lado do BE e da CDU, o silêncio, já a IL, pela voz de Rui Rocha, vincou que o partido "não se deixa pressionar" e que "fará aquilo que considerar que é desejável para os portugueses". E Inês Sousa Real (PAN) admitiu que os partidos não podem estar "condicionados" e a "mando dos caprichos" do Presidente. O Livre, esse, tem mantido uma campanha sobretudo europeia.

Em busca de um balão de oxigénio

Entre os socialistas, a divisão de tarefas tem sido clara: Pedro Nuno Santos tem ficado com as questões nacionais e Marta Temido, a cabeça de lista, com os temas europeus, sendo que aqui a nota mais forte tem sido a de sublinhar que a aposta militar da UE não se pode sobrepor à aposta social, em particular num problema novo, o da habitação.

PRESIDENTE ADMITE DEIXAR GOVERNO EM DUODÉCIMOS E NÃO CONVOCAR ELEIÇÕES SE OE CHUMBAR. PARTIDOS REJEITAM PRESSÃO

Pedro Nuno procura transformar as europeias na primeira vitória eleitoral, desde que é secretário-geral do PS, que lhe permita manter em silêncio a oposição interna de José Luís Carneiro. E quer também preservar uma autoridade que o deixe decidir, sem grandes convulsões internas, o voto do PS no próximo OE. Mantém que é "praticamente impossível" o PS votar a favor do OE 2025 e na quarta-feira, irritado com as palavras de Marcelo, até acrescentou que o partido está na verdade "mais distante" do que estava.

Marta Temido, pelo seu lado, tem tentado focar-se exclusivamente na parte europeia. Do ponto de vista das propostas, a mais forte tem sido a da criação na UE de um "instrumento financeiro permanente" que financie os Estados-membros no esforço para aumentar a oferta pública de habitação.

Do outro lado, o candidato da AD, Sebastião Bugalho, apontou apenas que concorda com a estabilidade e responsabilidade. Apesar de dizer que não quer nacionalizar as eleições, a política nacional vai entrando nos seus discursos: defende o Governo e carrega contra a ex-ministra da Saúde, embalado pelo plano de emergência apresentado por Montenegro.

Mas há, no entanto, um outro entendimento diferente. "As europeias não são um bom barómetro", diz ao Expresso a cabeça de lista do BE (ver pág. 16). Tal como aconteceu na Madeira — em que o BE e a CDU saíram da Assembleia Regional —, também nestas europeias correm o risco de ficar sem lugar em Bruxelas, desvalorizando ainda mais o seu peso no Parlamento, onde têm contribuído para a aprovação de projetos socialistas. Paulo Raimundo (PCP) foi por duas vezes à campanha para disparar sobre o Governo, que foi rápido a aprender as "técnicas da propaganda" para fazer parecer que está a resolver os problemas do país quando na verdade não resolve nada, afirmou. Já para o candidato do Livre, Francisco Paupério, estas eleições são só sobre uma maior participação de jovens na UE ou na necessidade de pôr o foco na ferrovia.

Com CLÁUDIA MONARCA ALMEIDA, EUNICE LOURENÇO, LILIANA COELHO, MARGARIDA COUTINHO e VÍTOR MATOS
jdcorreia@expresso.impresa.pt

ELEIÇÕES EUROPEIAS

EXPRESSO.PT Leia no *site* a versão integral desta entrevista

Sebastião Bugalho Cabeça de lista da AD às eleições europeias

“AD tem uma posição mais humana do que a família da direita europeia”

Textos JOÃO DIOGO CORREIA
Foto RUI DUARTE SILVA



O cabeça de lista da AD na sede do PSD, onde foi entrevistado pelo Expresso

Passou de comentador a comentado e, rapidamente, Sebastião Bugalho vestiu o “nós” da campanha da AD. Mas nem sempre assume todo o fato do Partido Popular Europeu (PPS) Nesta entrevista, gravada na terça-feira, dia da presença de Volodymyr Zelensky em Portugal, Sebastião Bugalho defende a emissão de dívida para investimento na Defesa e diz que acredita em “impossíveis”.

P Portugal deveria enviar F-16, mesmo não tendo substitutos?
R Todo o equipamento militar, apoio financeiro ou político que Portugal possa dar ao Estado ucraniano é bem-vindo, julgo que isso é consensual. Agora, não podemos ignorar as limitações que, de momento, as nossas Forças Armadas têm. Há um equilíbrio difícil entre a nossa solidariedade europeia, de que não abdicamos, e o reforço estrutural das nossas Forças Armadas — um investimento que temos de ir fazendo.

P O que pode fazer?
R No nosso programa falamos de defesa, falamos do mecanismo dos *eurobonds*, da emissão de dívida conjunta virada para o investimento em defesa.

P A Alemanha é contra a mutualização de dívida. Como é que se convence?
R Também era impossível convencer a Alemanha a emitir dívida conjunta antes da pandemia e depois foi possível, porque foi necessário. Durante a crise da zona euro, toda a gente dizia que era impossível haver *eurobonds* em emissão de dívida conjunta. Depois as circunstâncias que a Europa atravessou transformaram o impossível no possível.

P O presidente do PPE defendeu um “controlo rigoroso das fronteiras” e “o orgulho do continente na influência cristã”. Há imigrantes a mais na Europa, e em Portugal, e isso tem impacto na matriz cristã?
R Sou cristão, mas disse, quando falei da minha fé, que não a confundo com a minha função enquanto legislador. A delegação portuguesa no PPE, da AD, não teve qualquer prurido em divergir do PPE sempre que necessário. No que diz respeito ao Pacto de Asilo e Migrações, foi preciso divergir do PPE, por exemplo, no que toca à política do Ruanda.

P Mas depois aprovou o manifesto do PPE, que aperta o controlo de fronteiras. Isso não é uma posição fácil, que é divergir, embora aprovando?
R É um facto que a AD está na família política do PPE. E é um facto que sempre que a AD tem discordado do PPE, tem feito viva voz disso. Isso aconteceu em mais do que uma matéria. Aconteceu nas migrações, nas taxas de juros. Acontece no que toca à unanimidade na política externa.

P Discorda da ideia de que há um impacto na matriz cristã com o aumento de migrantes?
R Isso seria olhar para os imigrantes como se eles fossem todos iguais, e se há alguma coisa que a matriz cristã nos ensinou, é a respeitar o outro na sua diversidade. Temos a prioridade de combater a imigração ilegal e as redes de tráfico humano, tanto em Portugal como na Europa. Vamos empenhar-nos no reforço do mecanismo de imigração legal conhecido como Blue Card, que só prevê o acolhimento de migrantes qualificados com salário em torno dos €3 mil, que é demasiado elevado para incentivar a imigração legal.

P O Pacto levou oito anos a ser negociado. Não é lírico achar que vai alterá-lo?
R Não sou conhecido por ser pouco ambicioso. Já dei vários exemplos de denúncia e divergência do PPE e já dei uma garantia cívica e pública de que farei tudo para melhorar o Pacto, onde acho que ele tem de ser melhorado. Eu cheguei agora.

P Mas decidiu juntar-se a uma coligação que não é uma página em branco.
R Digo que cheguei ao ‘nós’ (AD) agora. Mas tenho orgulho no património humanista da delegação portuguesa da AD, na família do PPE e no Parlamento Europeu. Quando o Governo da Dinamarca, que por acaso é socialista, quis implementar a política de deportação, a chamada ‘política Ruanda’, os eurodeputados portugueses foram contra. Quando foi a votos o aumento das taxas de juros do BCE durante a crise da inflação, também. Não estou a demarcar-me do passado. Estou só a dizer que este é um programa que quer ser implementado a partir de 9 de junho.

> “PEDRO NUNO NÃO É MENOS A FAVOR DA IVG POR NÃO A QUERER NA CONSTITUIÇÃO
>
> NUNCA FALEI [SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA] PORQUE A JUSTIÇA FALOU. E NÃO ACONTECEU”

P Há partidos do PPE que estão em Governos europeus de direita radical, caso do de Giorgia Meloni, que assinou um acordo com a Albânia, para fazer *outsourcing* dos pedidos de asilo. Meloni não ultrapassa linhas vermelhas?
R A Europa tem 450 milhões de habitantes, as famílias políticas europeias têm vários partidos nacionais com sensibilidades muito diferentes. Associar o Governo da AD e o Meloni seria a mesma coisa que fazer um paralelismo entre a Marta Temido e o Governo de Malta, onde o aborto é crime. Não vou fazer isso à Marta Temido. E lamento muito que ela tente fazer isso comigo. Como já expliquei, em política migratória, a AD tem sempre uma posição mais humana, mais defensora dos direitos humanos, do que a que é mais comum na Europa e na família da direita europeia.

P Porque é que incluir o aborto na Carta dos Direitos Fundamentais é um conflito técnico-jurídico e o da habitação não?
R O que disse foi que pretendemos abrir um horizonte legal para termos mais espaço para discutir e implementar políticas, porque se os europeus olham para a Europa com expectativa de que ela contribua para resolver a crise da habitação, nós acreditamos que a Europa também tem de dar respostas. Temos de as discutir num horizonte legal mais amplo, por isso queremos consagrar a habitação como direito fundamental. Ficamos muito satisfeitos por saber que Marta Temido vai votar ao nosso lado.

P Porque é que isso não se aplica ao direito à interrupção voluntária da gravidez (IVG)?
R Nem no Governo nacional nem na candidatura europeia há ou haverá qualquer recuo em matéria de direitos reprodutivos e direitos das mulheres, já deixei esse compromisso público. Para alterar a carta dos direitos fundamentais é necessária uma alteração dos tratados, é necessária unanimidade, e obviamente, países onde o aborto está criminalizado iriam votar contra essa alteração. Ninguém perdeu em Portugal o acesso à IVG por não constar na carta dos direitos fundamentais da UE.

P E perdeu a habitação?
R Não, não perde o direito à habitação em Portugal, mas fecha o lastro da discussão na Europa. Queremos ter uma discussão séria e construtiva sobre a habitação, e se a incluirmos como direito universal e fundamental na Carta, ganhamos margem para uma discussão que até agora não foi possível. Mas Pedro Nuno Santos, que foi candidato a primeiro-ministro há três meses, quando lhe perguntaram se era a favor de incluir o direito à IVG na Constituição da República, disse “isso não está em cima da mesa”. E tenho a certeza de que ele não é menos a favor da IVG por isso.

P Teve um inquérito por violência doméstica, arquivado há dois anos, do qual nunca falou. Está de consciência tranquila?
R A razão de eu não ter falado em público é porque falou a Justiça. Houve um inquérito que foi aberto e houve um inquérito que foi fechado. Nunca fui acusado, julgado ou condenado desse crime, nem de nenhum outro. Não houve qualquer indício, prova ou testemunho desse crime, e de nenhum outro. E por uma razão muito simples: é que ele não aconteceu.

jdcorreia@expresso.impresa.pt

O MELHOR E O PIOR

+ Candidato da rua
Sebastião Bugalho tem a mesma agilidade nas ruas que mostrava nos estúdios de televisão. Faz da simpatia uma arma, não dispensa cumprimentos, nem mesmo quando se cruza com turistas, que obviamente não lhe dão votos. Num dos mercados, ficou uns segundos à espera só para que o comerciante abrisse a banca e o pudesse abraçar. A fazer lembrar Marcelo, ouve várias vezes que “é muito simpático”. E isso, em campanha, não é dizer pouco.

− Controlo do discurso
É certo que as europeias, para mais num político que ainda agora começou, têm menos lastro para esclarecimentos políticos. Mas Bugalho e a equipa da AD têm evitado demoras nas explicações aos jornalistas — quando tem mesmo de ser, não há direito a mais do que três ou quatro perguntas. Tentando controlar a narrativa ao máximo, para não pôr o pé fora de terreno confortável, arrisca limitar a campanha aos ataques a Marta Temido.



EXPRESSO.PT Von der Leyen e Le Pen cortejam Meloni. Haverá um supergrupo de extrema-direita? >>

Estas europeias são sobre a direita radical

Ventura **não se compromete com alianças** numas eleições que podem ser ganhas pela extrema-direita

Textos **VÍTOR MATOS**
Foto **JOSÉ FERNANDES**



André Ventura e Tânger Corrêa nos matraquilhos dos bombeiros de Mourão

André Ventura tem razões para ocupar todo o palco da campanha do Chega e concentrar o discurso em temas nacionais, ofuscando o cabeça de lista, António Tânger Corrêa, obrigado a justificar a preponderância do líder. A estratégia do chefe da direita radical portuguesa concorre para dois objetivos: ganhar lastro no terreno nacional com um resultado que lhe dê "conforto", como já disse, para uma decisão sobre o Orçamento do Estado — e eventuais legislativas antecipadas —, mas também conquistar um grupo de eurodeputados que possa contribuir para uma maioria de forças populistas no Parlamento Europeu. Esse cenário é uma forte possibilidade.

Apesar de a socialista Marta Temido ter referido que o seu maior adversário é a extrema-direita — e não Sebastião Bugalho —, mesmo que o liberal João Cotrim de Figueiredo queira baixar a crista aos "galifões" do Chega e apesar de a bloquista Catarina Martins sublinhar as ligações da extrema-direita europeia à Rússia, a possibilidade de a direita radical e populista sentar a maioria dos eurodeputados em Estrasburgo não foi o tema central da primeira semana na estrada. Esta quinta-feira, porém, o jornal internacional "Politico" fazia uma súmula de sondagens para concluir que o total de eurodeputados da direita iliberal poderia suplantar os do Partido Popular Europeu (PPE), que deram a presidência da Comissão Europeia à conservadora alemã Ursula von der Leyen.

Fazendo contas às projeções, o "Politico" estima que os dois maiores grupos de direita radical europeia podem somar 144 eurodeputados, tanto quanto as sondagens dão aos socialistas europeus. Os dois maiores grupos são a Identidade e Democracia (ID) — em que está filiado o Chega, o Rassemblement National, de Marine Le Pen, ou a Lega, de Matteo Salvini — e os Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), da italiana Giorgia Meloni e do espanhol do Vox Santiago Abascal. Segundo o jornal, falta acrescentar a estes dois grupos os eurodeputados húngaros do Fidesz, do primeiro-ministro Viktor Orbán, os alemães da Alternativa para a Alemanha (AfD) — entretanto expulsos do ID —, o Reconquista francês, mais os polacos do Konfederacja e os búlgaros Revival. Nesse caso, mesmo que não haja uma aliança homogénea, o número de eurodeputados de extrema-direita subiria para 184. A projeção dá apenas 170 ao PPE, de que faz parte o PSD e o CDS. Seria um terramoto em Bruxelas.

O cheque cinzento

É neste contexto que Ventura está na estrada, a fugir de falar da turbulência que grassa nesta direita anti-UE, que, ao contrário do Chega, é em parte pró-Kremlin ou complacente com a Rússia: o português não se compromete com a expulsão da AfD, não comenta a possível fusão da ID com o ECR e quer esperar para ver. O "nim" foi assumido esta quarta-feira por Tânger Corrêa ao dizer que, "em política internacional, o preto e branco não existem. Existe o cinzento". E acrescentou: "Eu trabalho há 40 e tal anos no cinzento e nunca me dei mal. Porque é a realidade, não há bom, não há mau, antes pelo contrário. Existe toda uma zona cinzenta em que nós nos mexemos."

É nessa zona cinzenta que o Chega quer permanecer, depois de admitir a existência de negociações para juntar a ID com o ECR, das quais o Chega não faz parte: "A sra. Le Pen entende que sim", que poderá haver uma fusão, reconheceu o cabeça de lista. "Nós, e penso que aqui falo pelo presidente André Ventura", afirmou Tânger Corrêa, "estamos a assistir de bancada ao que se está a passar. Quando for altura de tomar decisões, tomaremos decisões". Além disso, ainda diria que essa questão não interessa aos eleitores portugueses: "A pertença a uma determinada família é uma *technicality*. O Chega depois fará as opções que são melhores para o seu eleitorado." E pediu confiança para as decisões futuras. Se não quer um cheque em branco, pede um cheque cinzento? "Pode ser, se quiser", respondeu o candidato.

É sob esta indefinição no plano europeu que Ventura se mantém no *spotlight* para ir marcando a campanha com temas nacionais, sobretudo com as suas bandeiras. A primeira paragem foi em Milfontes, uma das freguesias do país mais pressionadas pela imigração indostânica, onde falou de "planeamento civilizacional" e defendeu prioridade a uma imigração de "matriz cultural" portuguesa. Antes de cada ação de campanha, como em Albufeira, Olhão, Beja ou Mourão, Ventura fala às televisões para marcar a agenda e falar pouco de temas europeus. Em Mourão, aproveitou o registo de agressões de ciganos a bombeiros a semana passada para dar alento aos profissionais e não deixar que esse eleitorado esqueça o discurso que o catapultou. No fim dessa ação, foi jogar matraquilhos com Tânger Corrêa: "António, eu jogo ao ataque e tu à defesa." Uma imagem possível desta campanha.

vmatos@expresso.impresa.pt

O MELHOR E O PIOR

+ Ventura nas ruas
Ao contrário das legislativas, o Chega está a fazer mais arruadas do que jantares e comícios. À vontade na rua, Ventura passou no teste no Algarve e no Alentejo (sem rejeição) e na sua *entourage* diz-se que só é suplantado por Marcelo nas *selfies*. "É mais bonito ao vivo do que na televisão" ou "só você é que pode mudar isto!" ouviu-se nas ruas.

− As *gaffes* do embaixador
Tânger Corrêa começou por falar apenas quando interpelado, depois o partido fez um jantar sabendo que ele estaria ausente num debate e faltou a uma arruada por ter dores "terríveis" num dente. Sempre que o candidato fala, arrisca frases como esta: "Por muito burro que seja, tenho 40 anos de experiência internacional e sei o que ando a fazer."

Cotrim evita AD e aposta no ataque ao Chega e ao Bloco

Pragmático, o cabeça de lista liberal não arrisca com previsões. Mas carrega nas críticas ao BE e Chega



Numa arruada no Saldanha, Cotrim não deixou de fazer festas a cães FOTO NUNO FOX

Com as sondagens a darem entre 4% a 12% de votos à Iniciativa Liberal (IL) nas eleições europeias, João Cotrim de Figueiredo ainda não sabe muito bem com o que contar e prefere, por isso, jogar à defesa. Mantém a meta de o partido eleger um lugar no Parlamento Europeu (PE) e não arrisca sequer percentagens. As dúvidas percebem-se na estratégia traçada para a primeira semana na estrada. Se o cabeça de lista liberal começou por criticar todos os adversários, carregou nas críticas ao Bloco, partido com o qual disputa eleitorado, e apontou também ao Chega — visto que elegeu o combate à extrema-direita como uma das prioridades, em linha com o combate à abstenção.

"É um partido a que chamo 'eurossonso'", atirou Cotrim de Figueiredo logo no primeiro jantar-comício em Lisboa, sublinhando que o Bloco apoia a Ucrânia, mas acha que seria interessante haver uma solução de paz com base na "neutralidade" do país. Admitiria depois que a expressão utilizada poderia não ser a mais elegante, mas insistiu que corresponde à verdade, sendo preciso alertar os eleitores para 9 de junho: "Não gosto que haja uma espécie de impunidade de que o BE às vezes goza por parecer muito moderno, quando no fundo usa uma forma enganadora de fazer política", reforçou.

Apesar de estarem em eixos ideológicos opostos — com algumas bandeiras comuns como a legalização da canábis ou a legalização da eutanásia —, tanto a IL como o BE disputam o voto dos jovens. E embora a abstenção seja, por norma, elevada nas eleições europeias, desta vez 80% dos eleitores portugueses entre 18 e 30 anos admitiram querer votar, segundo o Eurobarómetro.

No campeonato da luta pelo eleitorado mais jovem, o BE não é o único alvo. Cotrim espera que seja possível roubar votos ao Chega no próximo dia 9 e "baixar a crista aos galifões da política portuguesa."

Pacto de não agressão com AD

Já no que diz respeito à AD, o cabeça de lista da IL ironizou apenas ao afirmar que tinha saudades do "comentador" Bugalho, recusando que exista um pacto de não agressão entre ambos. Certo é que em campanha, as críticas a este adversário não têm sido fortes, à semelhança do que aconteceu nos debates. Um bom resultado para ambos seria o cenário mais favorável para a direita.

Ainda assim, confrontado pelos jornalistas esforçou-se para assinalar diferenças entre as propostas da IL e da AD, acusando a coligação de estar "particularmente espartilhada", e "muito pouco assertiva" face às prioridades para o projeto europeu. "A forma como não insistem na liberalização plena dos mercados que ainda não estão plenamente liberalizados na Europa e que foram responsáveis pelo crescimento da economia europeia também não é consistente", acusou ainda.

A nível interno, a IL já só espera pela eleição de Cotrim de Figueiredo, após o partido falhar por três vezes as metas eleitorais a que se propôs nas legislativas e nas regionais dos Açores e da Madeira. Eleger agora mais do que um eurodeputado exigia ao partido ter perto de 8%, o que corresponderia a um aumento de mais de 50% face ao último sufrágio. Números que estão na cabeça do candidato, que se diz realista e pragmático.

LILIANA COELHO
lpcoelho@expresso.impresa.pt

O MELHOR E O PIOR

+ Popularidade e proximidade
Quando deixou a liderança da IL, Cotrim de Figueiredo admitia que o partido precisava de um perfil "mais popular". De regresso à estrada tem mostrado que faz sucesso na rua: é reconhecido, desdobra-se em beijos, abraços, *selfies* e faz questão de conversar, num registo pedagógico com vista a combater a abstenção.

− A meio gás e com farpas repetidas
Em comparação com outros partidos, o ritmo da campanha liberal fica aquém, com uma média de duas ações por dia. A nível do discurso, existem acusações que são repetidas até à exaustão como "eurossonsice" ao Bloco. **L.C.**

ELEIÇÕES EUROPEIAS

EXPRESSO.PT Leia no *site* a versão integral desta entrevista >>

Marta Temido Cabeça de lista do PS às eleições europeias

Defesa ou Habitação? "Não há forma de abdicar das escolhas sociais"

Textos **JOÃO PEDRO HENRIQUES**
Foto **TIAGO MIRANDA**



Marta Temido na sede do PS, em Lisboa, onde foi entrevistada pelo Expresso na terça-feira

Marta Temido garante que o mandato no Parlamento Europeu será para cumprir e Lisboa "é uma página virada", até pela forma como acabou o Governo de Costa, que a levou a considerar deixar a política. Acredita que é possível uma Europa mais social, sem diminuir o apoio à Ucrânia, e desaconselha Costa a negociar com Orbán ou Meloni, porque "dificilmente se podem ouvir da parte do diabo palavras que sejam confiáveis".

P Uma sondagem SIC/Expresso mostra que os portugueses são europeístas e até defendem um aprofundamento da integração política. Defende mais integração?
R Também defendo mais integração.

P E como é que deve ser feita?
R Com flexibilidade. E com respeito também face às opções de cada país e às suas especificidades. É a linha que o PS tem seguido relativamente a essa matéria. É um pouco como costumava dizer António Costa: como uma casa comum onde a relação de cada um dos Estados-membros com a União Europeia tem um corpo de facto transversal, mas que permite possibilidades de aprofundamento nesta ou naquela área. De alguma forma, é algo que já se passa, por exemplo, em matéria de defesa, onde há uma cooperação estruturada permanente que vai além daquilo que são as competências definidas e que os países sentiram a necessidade de aprofundar.

P Mas como é que se traduz, em concreto, esse maior aprofundamento?
R Não defendo nenhuma alteração aos tratados. Portanto, para aquilo que é a nossa análise, o nosso pensamento sobre este tema, é que temos que avançar para modelos mais flexíveis, mas os tratados conferem-nos essa margem de manobra. Os tempos mais recentes têm-no mostrado: a pandemia mostrou, a questão energética também.

P Tem falado muito da União Europeia da Saúde. Como é que isso se pode traduzir na prática?
R São respostas que não afastam o que é a intervenção subsidiária da União Europeia relativamente às competências dos Estados-membros, mas que aprofundam, por exemplo, matérias como as respostas de saúde em matérias exigentes e complexas do ponto de vista dos custos e da evolução científica. Por exemplo, a oncologia, onde podemos aprofundar equidade no tratamento dos doentes em todos os Estados-membros, ou a saúde mental.

P Isso passa por aprofundar o princípio da livre circulação dos doentes no espaço da UE?
R Não é tanto essa vertente. É mais na dimensão de estratégias comuns com objetivos comuns — por exemplo, redução da mortalidade do cancro, melhoria da qualidade, aumento do acesso, melhorar os indicadores de qualidade.

P Fala muito numa Europa mais social, mas ao mesmo tempo estamos a ver a progressão de um discurso a enfatizar a necessidade de uma Europa com políticas comuns de defesa reforçadas, para não depender tanto dos EUA. Como é possível conciliar as duas coisas?
R Ainda bem que fala nos Estados Unidos, porque me recorda uma das nossas propostas na área social. Nós defendemos um Plano Marshall para a habitação, no sentido de uma recuperação das dificuldades europeias em relação a um tema concreto.

P Um Plano Marshall sem os EUA não é bem um Plano Marshall...
R A União Europeia é uma potência neste momento, com competências e capacidade de alavancar gente de recursos. E vimos isso no NextGenerationEU. Agora, isso não nos pode levar a desguarnecer a resposta a essas preocupações que estava a referir: a necessidade de segurança e de responder a um diferente contexto geopolítico. Mas não aceitamos deixar cair outro tipo de preocupações.

P Conhecemos a história dos EUA: o investimento americano em defesa teve uma contrapartida, que foi a de descurar uma ideia de Estado social.

> "CUSTOU-ME MUITO A FORMA COMO O ÚLTIMO GOVERNO ACABOU – PENSEI EM DEIXAR A POLÍTICA
>
> DIFICILMENTE SE PODEM OUVIR DA PARTE DO DIABO PALAVRAS QUE SEJAM CONFIÁVEIS"

É possível que essas duas dimensões coexistam de forma equilibrada? Ou é necessário fazer uma escolha?
R É evidente que vivemos num contexto de recursos limitados e que as prioridades que a presidente da Comissão Europeia tem posto em cima da mesa nos levam a discutir os recursos próprios da UE e a sua origem. Mas levam-nos também a discutir políticas inteligentes. E a discutir escolhas. Defendemos que não há forma de abdicar das escolhas sociais. Sobretudo em matérias como essa [a da habitação], onde temos propostas concretas para responder a problemas concretos das pessoas. Porque, em última instância, estamos a deixar sem resposta os europeus que estão no projeto da UE e isso não pode acontecer.

P Mesmo que isso possa implicar não se apoiar tanto a Ucrânia?
R Não me parece que isso esteja em cima da mesa. Veja-se, por exemplo, o congelamento dos ativos financeiros russos. A sua disponibilização não representa nenhum esforço por parte dos cidadãos europeus. Há caminhos.

P O "El País" divulgou recentemente uma investigação segundo a qual os acordos feitos com alguns países africanos acabam por deixar os migrantes nas mãos de máfias. É possível continuar a ter esse tipo de acordos?
R O nosso candidato à presidência da Comissão, Nicolas Schmit, já disse que temos de revisitar esses acordos e avaliar o que estamos a fazer. Nem é preciso dizer mais.

P O que falhou em Portugal, e no Governo de que fez parte, quando houve uma tentativa de mudança na forma de lidar com os migrantes? São só dores de parto?
R Acredito que são dores de parto. Mas acredito que esta solução é uma boa solução. Os processos de transformação têm sempre dificuldades, e aqui houve, na transformação de uma resposta única para uma resposta de funções segregadas, também um contexto que foi complexo, pandemia e crises, fazendo com que esta reforma fosse mais prorrogada do que aquilo que gostaríamos. O tempo que demorámos a fazer a transição terá sido uma das dificuldades. A AIMA [Agência para a Integração, Migrações e Asilo] herdou 400 mil processos pendentes e isso é uma dificuldade. A solução é ajudar a AIMA a fazer um processo de recuperação, ter um prazo, ter um cronograma, e depois avaliar.

P A Europa é feita de negociações e equilíbrios. Repugna-lhe a ideia de negociações com Meloni [primeira-ministra de Itália] ou Orbán [primeiro-ministro húngaro], mesmo que estejam em causa interesses portugueses? Às vezes não se torna necessário falar com o diabo?
R Eu não aconselhava, pois dificilmente se podem ouvir da parte do diabo palavras que sejam confiáveis e que sejam condizentes com os princípios que queremos prosseguir. Não estou a ver muito bem em que é que isso nos poderia ajudar, francamente...

P Há tempos era potencial candidata do PS à Câmara de Lisboa. É uma página virada?
R É uma página virada.

P Porque é que tirou o pé do acelerador em relação a isso?
R Não tinha formado a minha disponibilidade para esse projeto, apesar das conversas das projeções e das hipóteses. E custou-me muito a forma como o último Governo acabou — pensei mesmo em deixar a política. Mas aquilo que temos visto como percurso mais recente da Europa preocupa-me extraordinariamente. Não dá para não dizer sim.

P Compromete-se a levar até ao fim o seu mandato como eurodeputada?
R É para ir até ao fim, inequivocamente — salvo um problema de saúde, claro.

jphenriques@expresso.impresa.pt

O MELHOR E O PIOR

+ Um discurso claro
A proposta de um Plano Marshall da UE para a habitação é forte, faz sentido e traduz com inteligência as preocupações maiores que a cabeça de lista do PS tem ouvido na rua. De facto, Marta Temido tem sido interpelada com muito mais queixas sobre a explosão dos custos das casas do que, por exemplo, com o suposto esgotamento da capacidade do SNS. E, na resposta, tem sido clara a dizer que as preocupações sociais estão à frente das preocupações com mais investimento militar.

− Hesitações no tom
Marta Temido tem hesitado no tom a assumir perante o seu principal adversário. Ora qualifica Sebastião Bugalho de "imaturo", ora lhe recusa responder quando este a chama de "irresponsável" (argumentando que só quer discutir a UE). Entre um sentido supostamente estadista de quem só se preocupa com coisas sérias e uma atitude mais truculenta, Marta Temido não descobriu ainda o tom certo.


A campanha do BE foi a uma escola onde estudam alunos de mais de 20 nacionalidades

BE sacode pressão para manter resultados

Catarina Martins defende que europeias são **"mau barómetro"** para leituras nacionais

Textos **MARGARIDA COUTINHO**
Foto **NUNO BOTELHO**

Apesar de estas eleições europeias serem apontadas pelo BE como as "mais importantes de sempre", a elevada abstenção continua a preocupar o núcleo bloquista tornando o resultado imprevisível. A somar a isso, há mais dois partidos (Chega e IL) na corrida que ameaçam a manutenção dos dois eurodeputados conquistados pelo BE em 2019. Em conversa com o Expresso, Catarina Martins reconheceu a dificuldade destas eleições e afastou qualquer transposição para o plano nacional. "São um mau barómetro porque o voto nas europeias é tradicionalmente diferente do das legislativas", disse.

A ideia de que estas europeias podem servir como 'teste do algodão' ao Governo de Luís Montenegro é também rejeitada por Catarina Martins por serem "cedo demais" — acontecem menos de três meses depois da vitória da AD — chutando uma avaliação sobre o Governo para a discussão do Orçamento do Estado (OE). "O que vai determinar o que vai acontecer, do ponto de vista nacional, vão ser as condições políticas do Governo e da oposição quando chegarmos ao OE. Essa decisão vai ser tomada bem depois e não tem a ver com o resultado das europeias", defendeu.

Ao remeter os resultados das europeias para um plano isolado, os bloquistas retiram pressão sobre o partido para manter os resultados de 2019, sobretudo por se tratar de um contexto particularmente difícil para os partidos fora do arco governativo. A última sondagem feita pelo ICS/ISCTE para o Expresso e SIC posicionou todos os partidos fora dos top três (PS, PSD e Chega) a lutar por um lugar no Parlamento Europeu.

Mesmo com a possibilidade de eleger apenas Catarina Martins para Bruxelas, o BE optou por uma campanha eleitoral "diferente" com menos ações de grande dimensão e mais foco na mensagem. Na primeira semana, os bloquistas dividiram-se entre pequenas livrarias, escolas fora da capital e companhias de teatro isoladas no território. Cada uma pensada para reforçar as mensagens-bandeiras do BE como a integração de imigrantes ou o reconhecimento do Estado da Palestina. "Acabámos de ter umas legislativas. Ter outra campanha no mesmo registo não ajuda as pessoas a perceberem que há eleições", explica Catarina Martins. Aqui, a experiência e a popularidade da candidata contribuíram para os bloquistas confiarem que podiam abdicar das grandes plateias. "Decidimos que podíamos arriscar, fazer diferente."

O MELHOR E O PIOR

+ Mostrar o "melhor que temos"
Para desconstruir o discurso da extrema-direita, o BE optou por trocar a argumentação pela apresentação de exemplos concretos do que corre bem em Portugal, nomeadamente, na integração de imigrantes. Um dos exemplos foi uma escola no Monte da Caparica onde convivem alunos com mais de 20 nacionalidades.

− Respostas repetidas na guerra com liberais
A troca de argumentos entre liberais e bloquistas decorre desde o primeiro dia de campanha. Se a IL repete a crítica de "eurossonso", também o BE repete a resposta da ligação de Cotrim de Figueiredo à venda de vistos *gold* num cargo que ocupou há quase dez anos.


BE E IL DISPUTAM ELEITORES. LEIA EM ***EXPRESSO.PT***

Direita é grande adversário

Desde o primeiro dia de campanha, Catarina Martins definiu o seu alvo: a direita que "está a trazer a extrema-direita para o centro da política europeia". De Sebastião Bugalho a João Cotrim Figueiredo, a cabeça de lista bloquista tem criticado os candidatos dos partidos à direita pela abertura à extrema-direita europeia. O candidato da AD foi o primeiro a quem fez mira com um rol de críticas que foi desde a falta de posição quanto às atuais leis do acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG), à aproximação do PPE (grupo político europeu a que pertencem o PSD e o CDS) à extrema-direita de Giorgia Meloni. "A extrema-direita que von der Leyen acha que é razoável e que decidiu colocar ativistas extremistas antiaborto nas instituições de saúde onde as mulheres se dirigem para abortar. Isto é muito concreto", atirou sobre as conversações entre o PPE e o ERC para a nomeação dos cargos da Comissão Europeia.

Também a IL foi apanhada nesta estratégia depois de Cotrim de Figueiredo ter entrado em colisão direta com o BE ao chamá-los "eurossonsos". "Decidiu construir uma ficção sobre o que têm sido as nossas posições", respondeu Catarina Martins. Apesar de terem posições ideológicas quase opostas, o BE e a IL acabam por disputar o eleitorado jovem que poderá ter uma participação elevada nestas eleições europeias. Contudo, a bloquista afasta a possibilidade desta rixa inesperada se tratar de disputa de eleitorado. "Partidos que não querem que a política se transforme no lodo que a extrema-direita quer, não devem usar os seus métodos, seja qual for a disputa. Acho estranho que a IL tenha decidido ir por esse caminho."

mcoutinho@expresso.impresa.pt

CDU faz prova de vida, mas posição sobre guerra atrapalha

O "rufar dos tambores da guerra" está "mais forte", mas comunistas insistem no cessar-fogo imediato sem medo de perder votos

Ao 824º dia de guerra na Ucrânia, Volodymyr Zelensky veio a Portugal. Se o tema nunca esteve fora da campanha eleitoral, a presença do Presidente ucraniano em solo português catapultou-o para o epicentro de todas as discussões. A CDU não hesitou em deixar claro o que defende, mesmo que isso continue a valer críticas. Os comunistas apostaram num dos seus rostos mais conhecidos para tentarem manter-se no Parlamento Europeu, sob risco de perderem relevância.

A posição da CDU tem sido uma pedra na engrenagem, ainda que João Oliveira tente ir puxando de novos argumentos. Ainda Zelensky não tinha aterrado na terça-feira e já o candidato pedia ao Governo para não perder a "oportunidade para clarificar" a sua posição e disponibilidade para promover soluções de paz.

Os argumentos dos comunistas passam por criticar aqueles que falam "com uma ligeireza e com um grau de irresponsabilidade absoluto da guerra, como se não se estivessem a falar do envolvimento de países com capacidade nuclear em confronto". Uma ligeireza que vem com a distância e com o conforto de quem está "sentado no sofá". "Há pessoas a morrer todos os dias. Falar em aviões, em bombas e em mais armas é persistir na perda de vidas humanas."

Desde o início da guerra que o PCP tem tido dificuldades em explicar a sua posição e isso tem tido reflexos nos resultados eleitorais: a perda de dois deputados nas legislativas de março; a não eleição nos Açores (apesar de uma ligeira subida de votos); a saída do parlamento madeirense (nos dois atos eleitorais). Por isso as europeias são um momento-chave para o partido. João Oliveira é, aliás, o candidato há mais tempo no terreno.

Falar de paz quando "os outros só falam de guerra"

Na leitura do PCP, nunca lhes foi perdoado que apontassem o dedo também à UE, Estados Unidos e NATO. Oliveira está convicto que o tempo deu razão à CDU e, por isso, não tem medo de ser penalizado nas urnas. "Se quem defende a paz perder votos com isso, é um retrato sombrio dos tempos que estamos a viver. Não nos calaremos a falar da paz, mesmo que todos os outros só falem de guerra."

Nas ruas, o candidato da CDU tem sido bem recebido e mostra o seu talento para encetar conversas com todos com quem se cruza. Vai ouvindo as preocupações do dia a dia. Habitação, salários e perda do poder de compra, saúde, justiça são temas que se repetem. Poucas vezes surge a guerra, mas esse continua a ser um dos temas preferidos nas paragens da caravana.

No concorrido comício de Aveiro, na noite de quarta-feira, o comunista insistiu que "o contributo que Portugal e os deputados portugueses no Parlamento Europeu devem dar é o de afirmar o caminho da paz, sobretudo quando se ouve o rufar cada vez mais forte dos tambores da guerra". Vai repetindo argumentos, nomeadamente quando fala para os mais jovens, dizendo que o futuro que quer para eles não é o mesmo dos "avós com a guerra colonial", nem dos "antepassados no século passado com os dois conflitos que tivemos no continente europeu".

Nos debates, os adversários não têm poupado o comunista. No último com todos os partidos com assento na Assembleia da República, as divergências com a CDU em contraciclo com os restantes foram incontornáveis. "Insistir em mais armas e mais guerra para a Ucrânia não é apoiar a Ucrânia. É empurrar os ucranianos para continuar a serem usados como carne para canhão", disse João Oliveira. E como se trava Putin se não houver um reforço militar do outro lado?, perguntou o jornalista. "Insiste-se num acordo de paz" que "não é nem um acordo de rendição nem um acordo de derrota. É um acordo que ambas as partes aceitem", respondeu. Mas para isso é preciso um sinal na Rússia. "Não vi até hoje a UE a fazer insistência nenhuma nesse sentido. A insistência da UE tem sido na escalada das guerras", redirecionou.

Nesse debate, o comunista até usou as palavras do Papa nas Jornadas Mundiais da Juventude, que questionou até onde iria a "loucura". "A questão é saber quem começou a loucura", interveio Sebastião Bugalho. "A questão é saber quem é que pára", retorquiu. A solução que ainda ninguém tem, nem mesmo a CDU.

CLÁUDIA MONARCA ALMEIDA
calmeida@expresso.impresa.pt

O MELHOR E O PIOR

+ "Exemplos" de luta
A CDU foi ao Museu Nacional da Resistência e Liberdade, para lembrar quem "em tempos mais difíceis do que hoje" não se "vergou". E trouxe um "exemplo" vivo para a campanha. José Pedro Soares, que foi preso político na Fortaleza de Peniche e deputado do PCP, percorreu ao lado de João Oliveira os corredores onde tantos comunistas estiveram presos. "A luta pela liberdade e democracia que nunca está acabada", lembrou o candidato.

− Uma campanha que já se tornou rotina?
Numa caravana há muitos meses na estrada, o arranque da campanha oficial pareceu rotina. Apesar das salas e arruadas bem compostas, faltaram ações de encher o olho. Mesmo em Aveiro, com a sala cheia, foi tímido o agitar de bandeiras que faz uma boa fotografia.
C.M.A.


João Oliveira tem sido elogiado na rua pelas prestações nos debates FOTO ANA BAIÃO

MADEIRA



Miguel Albuquerque com Ireneu Barreto, o representante da República na Madeira FOTO HOMEM DE GOUVEIA/LUSA

E no fim há um novo governo do PSD

Chega, com discurso duplo, tem **quatro votos que podem ser decisivos**

MARTA CAIRES

É como na bola: são 11 contra 11 e no fim ganha a Alemanha. Na Madeira, são todos contra o PSD e, no fim, ganham os de laranja. Mas precisam de reforços e as contas são incertas.

Foi um Miguel Albuquerque pronto para o diálogo, sorridente e confiante que se apresentou aos jornalistas no fim da audiência com representante da República para a Madeira e para anunciar que estava formalmente indigitado e iria começar a tratar do próximo governo regional. Ao cabo de uma aparatosa investigação judicial, de uma demissão, uma luta interna no partido e umas eleições regionais antecipadas, é o PSD com o mesmo líder que volta a estar aos comandos, agora em minoria e sem outro apoio formal além do CDS.

O presidente indigitado prometeu diálogo, mas até à aprovação do programa de governo e da moção de confiança que o acompanha são de esperar alguns recuos e reviravoltas já que os partidos dos quais depende a viabilização do governo — PAN, IL e Chega — querem manter o suspense. E, antes disso, ao nível interno, Miguel Albuquerque já teve de sacrificar pelo menos um peão. A presidência da Assembleia estava prometida a Cunha e Silva, mas a função foi negociada no acordo com José Manuel Rodrigues, líder do CDS Madeira.

Chega a duas vozes

O PSD tem apenas 21 votos garantidos e para passar o programa precisa que os não alinhados com o bloco PS e JPP (que juntos têm 20 deputados) se abstenham. Se o PAN parece inclinado a um voto a favor, o deputado da IL está irredutível e no Chega o clima não é o mais sereno. André Ventura quer mais pressão, até porque está a decorrer uma campanha para as europeias e não fica bem a proximidade a Albuquerque, arguido num inquérito de corrupção. Tem dito que não aprova o programa de Governo com Albuquerque à frente

Só que a Madeira tem as suas particularidades e Miguel Castro, o líder do Chega-Madeira, entende que, com o PS e com a esquerda nunca, e, além disso os madeirenses votaram e foram claros: quem ganhou foi o PSD e foi por muitos votos face ao segundo classificado (15 pontos percentuais). Razão pela qual entende que, pelo menos por enquanto, não há vantagem em derrubar o governo e incomodar as pessoas com novas eleições.

A suspeita de corrupção é, de facto, a grande sombra, o maior perigo à estabilidade política na Madeira, mais até do que todos os acordos e negociações no Parlamento regional. Se houver novos desenvolvimentos e se a Relação reverter as medidas de coação aplicadas aos três arguidos da megaoperação: o ex-presidente da Câmara do Funchal Pedro Calado e os empresários Avelino Farinha e Custódio Correia. É possível que, nessa altura, nem mesmo Miguel Albuquerque, com as suas muitas vidas políticas, sobreviva a um novo abanão judicial.

Cafôfo fica no Funchal

Os estragos à esquerda são maiores, embora Paulo Cafôfo tenha tentado transformar uma pesada derrota numa vitória com o argumento de que o PSD tinha tido o pior resultado de sempre numas regionais. O que é verdade, mas o pior resultado dos sociais-democratas deu para 19 deputados. Os socialistas não passaram dos 11, os mesmos que já tinham (só mais 114 do que em setembro) e a tentativa de fazer uma 'geringonça' minoritária com o JPP não resultou. Ainda assim, Cafôfo insistiu que devia ser ele o indigitado, mesmo que fosse para cair logo no Parlamento.

O líder dos socialistas vai ficar na Madeira — afinal como repete muitas vezes a Madeira é a causa da sua vida — e vai suspender o mandato em São Bento. E também já anunciou que será tudo no parlamento: líder do partido e líder do grupo parlamentar.

Quanto ao JPP, que tem 9 deputados, parece voltar a trilhar caminho sozinho depois de não ter resultado entendimento com PS. A história recente dos dois partidos não é muito favorável a entendimentos duradouros. O JPP rompeu com o PS no Funchal em 2018, na altura integrava a coligação que elegeu o atual presidente dos socialistas madeirenses.

A instalação da nova assembleia legislativa a 5 de junho não contará com o PCP. Os comunistas deixaram de ter representação política ao fim de 32 anos. Também o BE está fora do parlamento regional, depois de ter reentrado em setembro.

politica@expresso.impresa.pt

JPP, a sensação da noite

O Juntos Pelo Povo (JPP), partido nascido de um grupo de cidadãos numa freguesia de Santa Cruz e de vários dissidentes do PS e do CDS, foi a sensação da noite eleitoral e do dia a seguir às eleições quando se entendeu com os socialistas para apresentar uma minoria alternativa à minoria de Miguel Albuquerque. A declaração conjunta e em direto na televisão afastou possíveis apoios, não convenceu Ireneu Barreto e irritou a parte dos apoiantes que vê o JPP como a terceira via. São os que não querem o PSD de Miguel Albuquerque, os que se cansaram de Paulo Cafôfo e são incapazes de votar no Chega.
O partido dos irmãos Sousa não é de direita nem de esquerda e prefere comunicar com os eleitores nas redes sociais, que usa para apresentar as bandeiras políticas. Tem um portal da transparência onde expõe os contratos públicos que considera lesivos e nos quase 10 anos de existência adotou muitas das polémicas espontâneas da sociedade madeirense como as listas de espera na saúde.
A mais emblemática, no entanto, tem a ver com a ligação marítima entre o arquipélago e o continente, o *ferry* para passageiros e mercadorias, que existiu por um breve período até 2012 Élvio Sousa assegura ser possível resolver num acordo com Canárias e com isso baixar os custo do transporte, mas a opção iria beliscar o Grupo Sousa, o grupo empresarial que gere os portos, o mesmo que detém o transporte do gás e que o partido considera ser o responsável pelos preços praticados na Madeira, mais altos do que nos Açores.
Estas são as lutas do JPP que está na assembleia legislativa. Apesar de ter sido criado em 2015, o partido tem uma outra grande corrente: a do JPP autárquico que há mais de 10 anos domina as juntas e a câmara de Santa Cruz. Filipe Sousa, irmão mais velho de Élvio Sousa, que começou como dirigente sindical e chegou a ser deputado do PS, é o presidente. Mais moderado, com imagem de bom rapaz, conseguiu endireitar as contas, mudar a face do concelho e provar que o partido pode ser poder num concelho grande e urbano.
A questão é que estas duas correntes nem sempre estão de acordo. No verão passado desentenderam-se, fizeram as pazes para as eleições nacionais e parte do resultado nas regionais vem da popularidade de Filipe Sousa, o irmão que não queria transformar o movimento de cidadãos num partido. M.C.

Gente



Águas No dia do debate a 8 na RTP, Sebastião Bugalho deixou a sua garrafa de água na área da maquilhagem. Quando foi à procura, já lá estava a colocar pó na cara o candidato do Chega, que lhe apontou a água e o sossegou. "Fique descansado que não lhe pus veneno." Gente confia no embaixador: afinal, o Chega dá-se com putinistas, mas não segue as práticas de Moscovo.

Aprendiz É a primeira vez de Sebastião Bugalho na estrada e Gente quer saudar a velocidade com que aprende as pequenas/grandes coisas: no primeiro dia, andou de garrafa de água no bolso do casaco, criando um volume incompatível com a imagem de candidato aprumado. Também ia com o hábito de bater palmas ao nível do rosto, escondendo-o. Em dois dias tornou-se um profissional: vai de mãos livres e está sempre a pedir mais água aos assessores, bate palmas acima da cabeça e agarra com tanta firmeza as mãos de quem encontra na rua que é impossível que alguém lhe aponte um dedo à cara.

Adeus, aparelho! O autocarro da IL, que oferece música e cerveja aos jovens em campanha, foi estacionado junto à casa do ex-ministro do Ambiente, no centro do Porto. O volume estava alto e já passava da meia-noite, mas Gente apurou que Matos Fernandes foi ter com Cotrim de Figueiredo e garantiu que não ia protestar do barulho. "Tenho dois aparelhos auditivos que tiro e não me causam problema", atirou, entre risos.

Quilómetros para burro Os bloquistas quiseram mostrar que não são um partido só das grandes cidades e juntaram à agenda uma ação de campanha em Miranda do Douro para dar a conhecer um projeto com burros. Apesar de ser a única paragem no interior, Gente reconhece que os quilómetros para lá chegar compensam a falta dos típicos ziguezagues eleitorais.

Caminho marítimo para Bruxelas Na visita à Escola Náutica de Paço de Arcos, Marta Temido foi ao leme de um petroleiro, na barra do Tejo, no poderoso simulador de pilotagem marítima com o qual a instituição treina os seus futuros comandantes da Marinha Mercante. À cabeça de lista do PS saiu-lhe então a metáfora apropriada: "Sinto-me sempre confortável ao leme." E um assessor acrescentou: "E o rumo é Bruxelas!". Pois que seja, então. E Temido ficará assim para os anais da história marítima tornando-se a primeira pessoa na história da Humanidade a conseguir chegar de barco a Bruxelas. Cá estaremos assinalando o facto histórico.

Invasão de espaço



Melga Que Marcelo gosta de afetos e de tocar nas pessoas (mesmo que depois se vá limpar com toalhetes) todos sabemos. Mas talvez Zelensky não tenha sido avisado. Ou já não se lembrasse da visita do PR a Kiev. Assim que aterrou em Lisboa levou com uma invasão de espaço pessoal por parte de Marcelo que, notoriamente, o deixou incomodado e foi motivo para muitos memes por essas redes sociais fora.

FOTO TIAGO PETINGA/LUSA

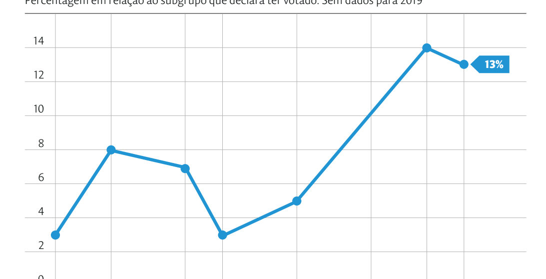
ESTUDO ICS/ISCTE

Estudo Ao fim de um mês de novo Governo, 23% dos eleitores da AD estavam insatisfeitos com o seu voto. Nas eleições, os que decidiram no último dia deram-lhe a vitória

Eleitores da AD insatisfeitos com arranque do Governo

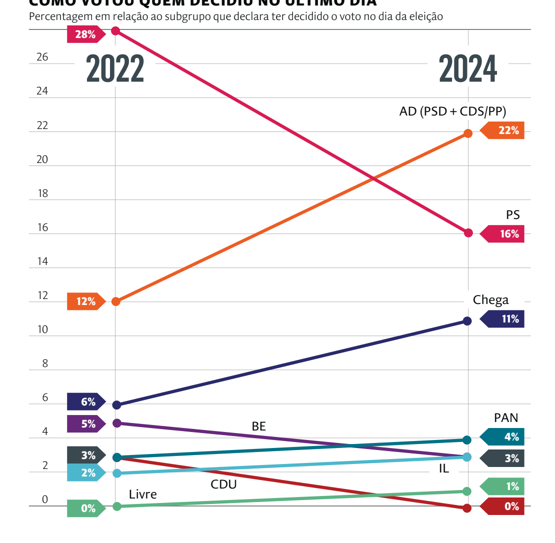
QUANTOS DECIDIRAM O VOTO NO DIA DA ELEIÇÃO

Percentagem em relação ao subgrupo que declara ter votado. Sem dados para 2019



COMO VOTOU QUEM DECIDIU NO ÚLTIMO DIA

Percentagem em relação ao subgrupo que declara ter decidido o voto no dia da eleição



Textos **DAVID DINIS**
Infografia **SOFIA MIGUEL ROSA**

A 8 de maio, quando acabaram as 1001 entrevistas porta a porta validadas para a sondagem Expresso/SIC, o Governo de Luís Montenegro tinha já mais de um mês em funções — as eleições legislativas foram a 10 de março, mas a cerimónia de tomada de posse só aconteceu a 2 de abril. Nessa semana, o novo primeiro-ministro tinha recebido muitas críticas no mundo político e mediático: a única decisão digna de relevo tinha sido a redução do IRS, mas até ela acabou envolvida numa polémica sobre o seu real valor.

O retrato desse momento, tirado no estudo pós-eleitoral realizado pelo ICS/ISCTE, não é famoso para Luís Montenegro: à data, 23% dos seus eleitores, quase um em cada quatro, diziam-se "pouco" ou "nada" satisfeitos com a sua escolha nas legislativas, enquanto a percentagem de satisfeitos era a mais baixa de todos os partidos, 68%.

De 8 de maio até hoje, já depois de acabar o trabalho de campo, o Governo anunciou várias medidas: o alargamento do Complemento Social para Idosos, a localização do novo aeroporto de Lisboa, medidas para a habitação, medidas para jovens, assinou acordo com os professores, apresentou um plano de emergência para a saúde (esta semana mesmo). É impossível saber se a torrente de anúncios teve um efeito positivo nos que elegeram este Governo quando nenhuma das resoluções anunciadas teve ainda resultados práticos. Mas é inegável que teve efeito na campanha das europeias, onde Pedro Nuno Santos entrou procurando vincar uma mensagem contrária — "Na realidade, o que nós temos não é um Governo a governar, temos um Governo em campanha permanente, sem estratégia, sem visão, sem coerência, que vai apresentando medidas, grande parte delas já tomadas ou iniciadas pelo Governo anterior, que são apresentadas como suas", acusou.

Certo é que naquela data os eleitores da Aliança Democrática eram mesmo os menos satisfeitos com a sua escolha, a 10 de março. Segundo este estudo — e logo a seguir ao PAN, que tem 100% de satisfação mas teve um resultado baixo —, eram os eleitores do PS que, a 8 de maio, se mostravam mais em linha com o voto nas legislativas: 84%, contra apenas 14% que mostravam dúvidas. No momento em que as entrevistas foram feitas já os socialistas faziam aprovar no Parlamento iniciativas — como a sua proposta diferente de descida de IRS — que levaram o Governo a disparar contra uma "maioria de bloqueio" na Assembleia da República. Aparentemente, a crítica do Governo não produziu efeitos, pois os eleitores insatisfeitos da AD eram superiores aos do PS em nove pontos e até os satisfeitos estavam 16 pontos abaixo dos socialistas.

Sem sabermos se estes dados se alteraram a tempo das eleições europeias, não deixam de ser um sinal de alerta para a candidatura da AD, até pelo contraste que promovem com os seus adversários mais diretos na disputa de votos. É que, depois do PS, os eleitores do Chega eram quem mais mostrava apreço pelo seu voto, 81% (com 17% de descontentes), e até os eleitores da Iniciativa Liberal seguiam acima da AD — 75% de satisfação (e 22% de descontentes). Já à esquerda, só os bloquistas pareciam em paz com a sua opção eleitoral: 76% de satisfeitos (24% nem por isso). Já os eleitores do Livre (com 73%) e os da CDU (70%) ficavam longe dos simpatizantes socialistas, ainda que acima dos da AD.

Outro dado relevante deste estudo pós-eleitoral feito para o Expresso e a SIC é o que resulta da pergunta sobre "quando" cada eleitor "decidiu em que partido votar" nas legislativas. Olhando para o tempo de decisão por partido, resulta claro que o eleitor do PS decidiu bastante mais cedo do que o da AD. Ou seja, 88% dos que votaram neste partido optaram ainda antes de se iniciarem os debates televisivos, face a apenas 69% dos que votaram na AD. Os eleitores mais fiéis distribuem-se pela CDU (93%), PS, IL (71%) e PAN (70%).

No período dos debates, ao contrário, quem mais ganhou votos proporcionalmente foi o Livre (16%), PAN (10%) e AD (9%). Já durante a campanha foi a IL (15% do seu total de votos), Chega e PAN (12%).

Mas foi na reta final que Montenegro conseguiu a sua vitória: 14% dos seus eleitores decidiram apenas no próprio dia da eleição, enquanto apenas 6% dos votos no PS foram determinados nesse mesmo dia. Tendo em conta que os dois partidos tiveram votações quase iguais (vantagem de 53 mil votos apenas para a coligação), é fácil concluir que a vitória de Montenegro teve base numa faixa de eleitorado mais volátil. E que o Dia D das legislativas foi mesmo o 10 de março.

De resto, 13% dos votantes terão escolhido o sentido de voto no próprio dia das eleições. Olhando apenas para estes, confirmamos que 22% votaram na AD, 16% no PS, 11% no Chega, 4% no PAN, 3% na IL e 1% no Livre.

Comparando com o que aconteceu em 2022, há várias conclusões a retirar. A primeira é que os eleitores decidem cada vez mais o sentido de voto à última hora: foram 14% em 2022 e apenas um ponto abaixo desta percentagem nestas legislativas, muito acima do que acontecia em eleições anteriores, quando estes valores oscilavam entre 3% (em 2011) e 8% (em 2005). A segunda conclusão é que esses eleitores acabaram por determinar o sentido das eleições: há dois anos, entregando uma maioria absoluta ao PS, agora, passando o Governo para as mãos de Luís Montenegro.

ddinis@expresso.impresa.pt

FICHA TÉCNICA

Sondagem cujo trabalho de campo decorreu entre os dias 27 de abril e 8 de maio de 2024. Foi coordenada por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL), tendo o trabalho de campo sido realizado pela GfK Metris. O universo da sondagem é constituído pelos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral ativa, residentes em Portugal Continental. Os respondentes foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis sexo, idade (4 grupos), e instrução (3 grupos). A partir de uma matriz inicial de região (5 regiões NUTII) e *habitat*/dimensão dos agregados populacionais (5 grupos), foram selecionados aleatoriamente 123 pontos de amostragem onde foram realizadas as entrevistas, de acordo com as quotas acima referidas. A informação foi recolhida através de entrevista direta e pessoal na residência dos inquiridos, em sistema CAPI. Foram contactados 3561 lares elegíveis (com membros do agregado pertencentes ao universo) e obtidas 1001 entrevistas válidas (taxa de resposta de 28%, taxa de cooperação de 38%). O trabalho de campo foi realizado por 46 entrevistadores, que receberam formação adequada às especificidades do estudo. Todos os resultados foram sujeitos a ponderação por pós-estratificação de acordo com a frequência de prática religiosa e a pertença a sindicatos ou associações profissionais dos cidadãos portugueses com 18 ou mais anos residentes no continente, a partir dos dados da vaga mais recente do European Social Survey (Ronda 10). A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 1001 inquiridos é de +/- 3,1%, com um nível de confiança de 95%. Todas as percentagens são arredondadas à unidade, podendo a sua soma ser diferente de 100%.

Avaliação da economia melhora

A primeira sondagem Expresso/SIC realizada depois da mudança de Governo indica uma mudança na avaliação da situação económica ao longo do último ano. É certo que a média indica ainda uma nota negativa, mas nestes quatro meses a percentagem de inquiridos que consideram que a economia "piorou" ou "piorou muito" desceu de 65% para 42%, ao passo que a percentagem dos que consideram que "melhorou" ou "melhorou muito" subiu de 8% para 23%.

A melhoria das avaliações é a mais acentuada das sondagens realizadas pelo ISCTE/ICS desde outubro de 2021, quando o país começou a recuperar dos efeitos da pandemia, podendo refletir a estabilização da inflação e a melhoria de salários em vários sectores (as razões não foram questionadas). Porém, não reflete ainda uma mudança com fundamentos políticos: a maioria das avaliações negativas está no eleitorado do PSD e Chega (52% dos respetivos eleitorados), assim como dos que se posicionam à direita no espaço político (50%). Apenas 23% dos eleitores do PS, por exemplo, consideram negativa a evolução económica. Do ponto de vista sociodemográfico não há outras diferenças significativas. Apesar disso, mantém-se um padrão em que as perceções negativas se encontram acima das positivas, com 34% dos inquiridos a dizerem que a economia ficou "na mesma" ao longo do último ano. A média negativa regista-se, precisamente, desde o início da pandemia de covid-19.

Sondagens resistem às críticas

As sondagens são relevantes para um terço dos eleitores portugueses, de acordo com o estudo pós-eleitoral realizado pelo ISCTE/ICS para o Expresso e SIC. Nestas eleições legislativas, 8% dizem ter estado "muito atentos" a elas e 25% "bastante atentos", um valor que está em linha com o que aconteceu em 2022 — o ano em que nenhuma destas sondagens conseguiu antever a maioria absoluta do PS, levantando muitas críticas nos partidos. Como explica este estudo, o facto é que nas últimas duas legislativas, 14% e 13% dos portugueses só decidiram o sentido de voto nos últimos dias, o que tornou mais imprevisível o resultado de qualquer desses atos eleitorais. O inquérito realizado agora parece confirmar a valorização destas sondagens: entre os inquiridos que afirmam ter estado "muito" ou "bastante" atentos, 57% recordam-se que estas indicavam um empate entre PS e AD — o que aconteceu. De resto, outra tendência que se mantém é a de os portugueses se informarem sobretudo pela televisão: 56% dizem que se informaram pelo menos três dias por semana através de canais privados, 49% nos canais públicos. Os jornais e a rádio ocupam um distante segundo lugar na preferência dos portugueses (seguidos regularmente por 23% e 21%, respetivamente), seguindo-se as redes sociais (por 18%). Mas há um reverso da medalha: se 61% dos portugueses dizem nunca se ter informado sobre as legislativas através de jornais ou rádio, em 2022 eram 71% os que o diziam.

GRAU DE SATISFAÇÃO COM A DECISÃO DE VOTO
Percentagem em relação ao total da amostra

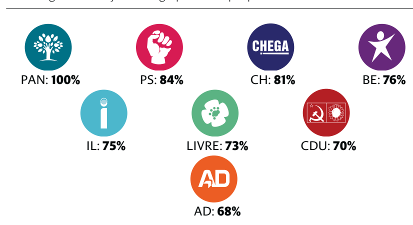
NS/NR 4%

POUCO (19%) OU NADA SATISFEITO (3%)
22%

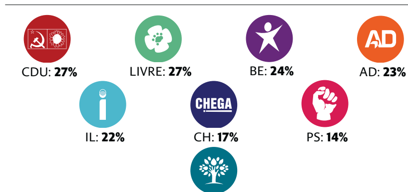
SATISFAÇÃO COM O VOTO

MUITO (20%) OU BASTANTE SATISFEITO (54%)
74%

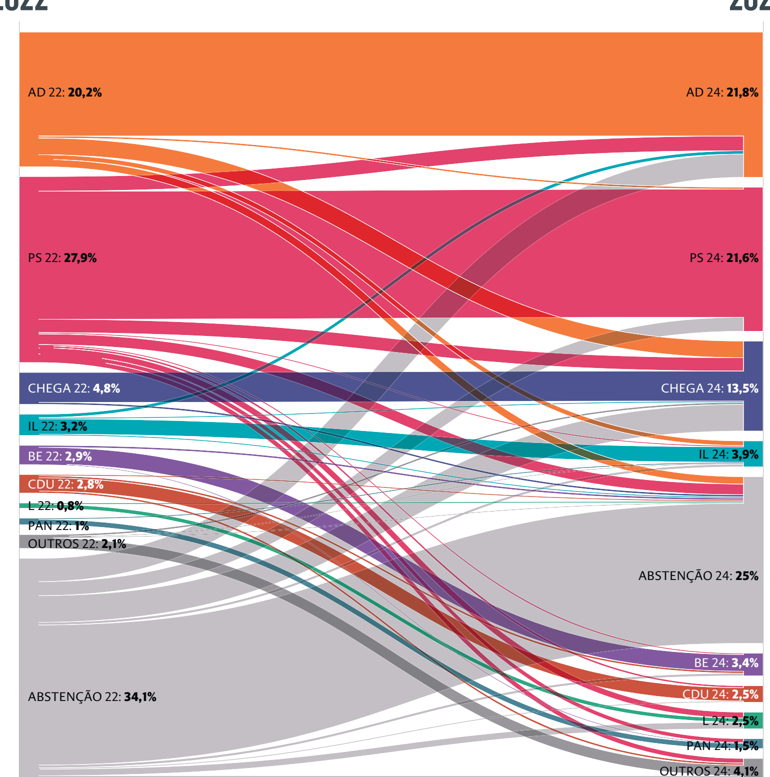
COMO VOTOU QUEM ESTÁ SATISFEITO
Percentagem em relação ao subgrupo de voto por partido



COMO VOTOU QUEM ESTÁ INSATISFEITO
Percentagem em relação ao subgrupo de voto por partido



TRANSFERÊNCIA DE VOTOS ENTRE 2022 E 2024
Percentagem em relação ao total da amostra



Jovens, apartidários: 30% mudaram de voto nas legislativas

PS perdeu mais votos para AD e Chega, Montenegro ganhou sobretudo na abstenção: como mudou o voto nas legislativas

O aumento da participação nas eleições legislativas de março beneficiou todos os partidos, mas quem mobilizou mais votos de anteriores abstencionistas foram o Chega e a AD, conclui o estudo pós-eleitoral realizado pelo ICS e ISCTE para o Expresso e SIC.

A análise do inquérito — retratada no gráfico que publicamos nesta página — permite retratar as transferências de voto entre as eleições legislativas de 2022 (que deram maioria absoluta ao PS) e as de março passado (que deram uma vitória tangencial à AD). Com margem de segurança, os investigadores concluíram, por exemplo, que os socialistas perderam votos para a coligação liderada por Luís Montenegro, mas também — em número relevante — para o Chega.

Relativamente ao partido de André Ventura, não só conseguiu manter quase integralmente o eleitorado que já lhe tinha entregue mais de 7% dos votos em 2022, como lhes acrescentou o voto de vários quadrantes políticos. Os mais relevantes foram abstencionistas, ex-votantes do PSD e do CDS, mas também (uma vez mais) anteriores eleitores do PS.

De resto, nas últimas legislativas, cerca de 30% dos cidadãos mudaram de comportamento eleitoral. Foram quase um em cada três, portanto, um valor que inclui os que te tinham abstido em 2022, assim como os que optaram por não votar agora (em menor número). A mudança de sentido de voto (já excluindo abstencionistas) foi também elevada: 21% mudaram de partido.

Olhando para as características sociodemográficas e sociopolíticas, nem todos tiveram a mesma vontade de alterar o comportamento eleitoral. Quem mais mudou, por exemplo, foram de longe os jovens, em concreto 50% dos que têm entre 20 e 24 anos. Em contraste, só o fizeram 20% dos acima de 45 anos e 12% dos que têm mais de 65 anos. Olhando por grau de instrução, é notório

Quem mais conseguiu ganhar votos à abstenção, face às legislativas de 2022, foram o Chega e a AD

também que a tendência de mudar de partido é maior entre quem tem instrução superior (31%) e baixa nos que têm menos estudos (15%). Mas a mudança volta a ser bastante significativa entre os que não têm simpatia por qualquer partido (41%) e maior entre os eleitores que se localizam ao centro do espaço político (25%) e à direita (22%) do que entre aqueles que se dizem mais à esquerda (13%). O género é o único segmento onde não se registam diferenças.

Quando se inclui na análise quem se absteve (ou abdicou agora de votar), as tendências são idênticas, acentuando-se a tendência para uma mudança de comportamento entre eleitores à direita e os que cumpriram instrução secundária.

Os dados do estudo realizado para o Expresso e SIC parecem confirmar uma tendência para a alteração — e maior volatilidade — do eleitorado português. Numa obra acabada de publicar pela Tinta da China, "O Eleitorado Português no Século XXI", um grupo de investigadores percorre as eleições legislativas dos últimos 20 anos (ainda sem incluir a de março deste ano), anotando algumas mudanças estruturais.

Essas mudanças ocorreram especialmente à direita, "em linha com outros países europeus". E não foi só o aparecimento de novos partidos de direita, explicam Marina Costa Lobo, Lea Heyne e Luca Manucci. "O eleitorado de direita tem mudado", tornando-se "mais heterogéneo", tendendo a ser agora mais jovem (sobretudo na IL) menos religioso e integrando indivíduos mais insatisfeitos com a democracia (no caso do Chega, que tem mobilizado especialmente anteriores abstencionistas, mas também outros à direita e à esquerda). O PSD, por seu lado, tornou-se menos um partido "catch-all", com menor propensão para ser atraente para eleitores ao centro — e até à direita. O fraco crescimento nas últimas legislativas parece confirmar isso.

No outro espectro partidário, os cientistas políticos Ana Espírito-Santo, Sofia Serra-Silva e Nelson Santos anotaram — até às legislativas de 2022 — a perda pelo PS de algum eleitorado que se posiciona à esquerda, mas maior resiliência do seu eleitorado tradicional, que varia sobretudo entre o voto nos socialistas e a abstenção. O que indica este novo estudo, agora realizado pelo ICS e ISCTE, é que desta vez pode ter sido diferente, com o PS a perder mais votos para a AD e Chega.

SAÚDE MENTAL

ENTREVISTA

José Miguel Caldas de Almeida Psiquiatra e antigo diretor nacional de Saúde Mental

"Estávamos cegos para a saúde mental. Caímos no extremo oposto"



Textos **HELENA BENTO** e **JOANA PEREIRA BASTOS**
Foto **ANTÓNIO PEDRO FERREIRA**

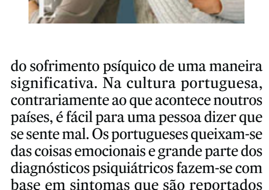
Ao longo do último ano, o Expresso dedicou um *podcast* semanal às questões da saúde mental, dando voz a quem sofre de doenças psiquiátricas para aumentar a literacia e ajudar a combater o estigma. No final desta temporada de "Que Voz É Esta?", o psiquiatra José Miguel Caldas de Almeida, antigo diretor nacional de Saúde Mental e consultor científico do programa, aponta as principais falhas que existem no tratamento e na reabilitação destes doentes em Portugal. E alerta para o excesso de psicofármacos e para os riscos de uma nova tendência de "psiquiatrização excessiva" da vida.

P Segundo o estudo epidemiológico nacional, 23% dos portugueses sofrem de alguma doença mental, que é uma das prevalências mais altas da Europa. A que se deve?

R É verdade que é alta, mas essa prevalência é muito à custa de alguns grupos de perturbações, que são as de ansiedade e, dentro destas, as fobias, que são muito frequentes. Grande parte são fobias simples, como a das alturas ou a claustrofobia. Depois há outras mais complicadas, em que há crises de pânico, e as fobias sociais. Tirando casos mais extremos, não têm grande impacto na vida do dia a dia. Ainda assim, sabe-se que as pessoas que tiveram na infância este tipo de fobias têm um risco muito maior de ter problemas mais graves ao longo da vida.

P Há traços culturais que explicam uma prevalência tão alta da ansiedade e das fobias?

R Não estou a ver outra explicação. Os portugueses tendem a ver o lado mais negro das coisas. Somos tímidos, pensamos muito no que os outros pensam de nós, temos medo de fazer má figura e gostamos de agradar, o que pode potenciar estes problemas. Além disso, há fatores socioculturais que afetam a expressão



do sofrimento psíquico de uma maneira significativa. Na cultura portuguesa, contrariamente ao que acontece noutros países, é fácil para uma pessoa dizer que se sente mal. Os portugueses queixam-se das coisas emocionais e grande parte dos diagnósticos psiquiátricos fazem-se com base em sintomas que são reportados pela pessoa.

P O consumo de psicofármacos é dos mais altos da OCDE. Prescreve-se a mais?

R Os números do consumo são consistentes com a prevalência de doença mental, mas é preciso considerar outros fatores. Em Portugal, ao contrário do que acontece noutros países, os especialistas de medicina geral e familiar são totalmente livres de prescrever psicotrópicos. Isso é positivo, mas a colaboração entre os centros de saúde e os serviços de saúde mental especializados não é boa, o que oferece menos garantias de uma prescrição racional. Em alguns casos é seguramente inadequada. Para garantir um uso adequado, os doentes têm de ter um acompanhamento continuado e os médicos de família têm de poder recorrer a psiquiatras para lidar com casos mais complexos. Se essa articulação e supervisão não existe e se também não há a possibilidade de encaminhar estas pessoas para terapias de grupo ou psicoterapia por falta de psicólogos, então os antidepressivos e ansiolíticos acabam por ser a solução mais fácil e rápida.

P As pessoas acabam por não receber um tratamento adequado?

R Sim. Só cerca de um terço das pessoas com depressão ou ansiedade em Portugal têm um tratamento minimamente adequado, segundo um estudo internacional em que participei. Os valores obtidos para Portugal são muito baixos, e isso deve-se, sobretudo, ao baixo número de consultas a que têm acesso durante o tratamento, o que significa que não há acompanhamento. Além disso, é preciso considerar que cerca de 20% dos indivíduos não chegam a ter tratamento, porque não percebem que precisam dele e nem sequer chegam aos cuidados de saúde primários.

P Estudos recentes indicam que a eficácia dos antidepressivos é mais baixa do que se julgava. Qual a sua posição sobre isso?

R É indiscutível que os antidepressivos são eficazes na diminuição da sintomatologia da depressão. Agora, o que também se sabe é que muitos casos de depressão respondem tão bem a antidepressivos como a intervenções psicológicas e outros respondem melhor a intervenções psicológicas do que a antidepressivos. Também há estudos que indicam que a psicoterapia tem um efeito mais duradouro ou mais eficaz na

> "HÁ UMA BANALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO E UMA TENDÊNCIA EXAGERADA PARA INTERPRETAR TUDO COMO PERTURBAÇÃO MENTAL"

prevenção das recaídas. O que parece evidente, e que está para além de todas as controvérsias, é que para tratar uma depressão devem ser utilizados antidepressivos e intervenções psicológicas em proporções diferentes, conforme o tipo de depressão.

P Os problemas de saúde mental entre as crianças e os jovens estão a aumentar em Portugal e lá fora. Quão preocupante é esta realidade?

R Em primeiro lugar, a apreciação que fazemos hoje é muito influenciada pela negação que existia no passado. Havia uma ideia generalizada de que as crianças e os adolescentes não tinham problemas de saúde mental. Estávamos cegos. Não se valorizava nem sequer se admitia que pudesse acontecer. Hoje sabemos que não é assim. Mas caímos no extremo oposto, sobretudo depois da covid. Quando veem qualquer alteração do comportamento, os pais acham logo que pode ser uma doença mental. Há uma psiquiatrização dos comportamentos das crianças e dos adolescentes e situações que antes não eram consideradas doenças agora são-no.

P O facto de se falar cada vez mais sobre saúde mental pode levar a um excesso de diagnósticos?

R Sim, e não só em relação às crianças e adolescentes. Há um problema de banalização do diagnóstico psiquiátrico. Julgo que muitas vezes são falsos positivos, porque há uma tendência exagerada de interpretar tudo como uma perturbação mental, esquecendo que há quadros de sofrimento psíquico que não são doença. São reações normais das pessoas a circunstâncias da vida que significam perda ou ameaça. Vai ser preciso reencontrar um certo equilíbrio, porque também há riscos aqui.

P Quais?

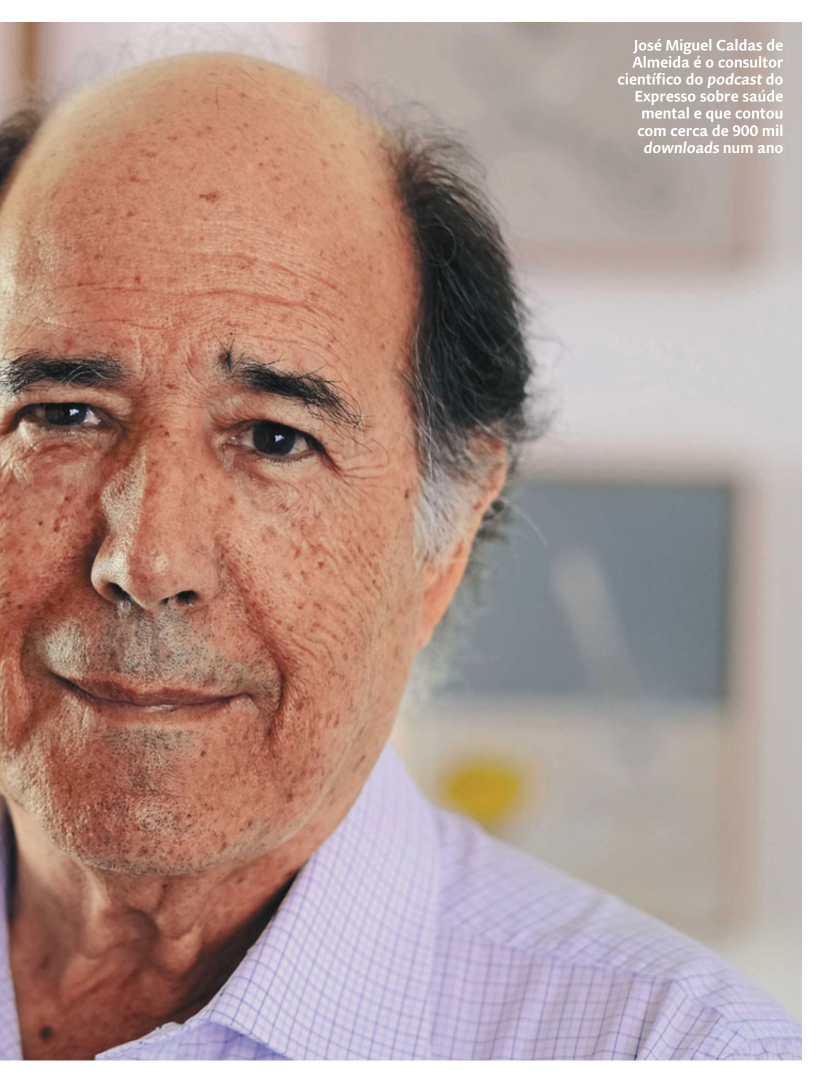
R O risco de colar etiquetas às pessoas que às vezes fazem com que passem a ser vistas de uma forma mais negativa, até aos seus próprios olhos. E pode ser uma ameaça grande à acessibilidade aos cuidados. Se não houver uma utilização racional dos serviços de saúde mental e estes gastarem boa parte das suas energias a responder a problemas de pouca gravidade, isso pode prejudicar o tratamento dos casos com mais necessidade. Em Portugal já há várias unidades de psiquiatria da infância e da adolescência que estão com problemas devido a esta psiquiatrização excessiva.

P Mas, no caso dos jovens, vários estudos apontam para um aumento efetivo dos problemas de saúde mental.

R Sim, é verdade que há mais casos de sofrimento psicológico. A infância e a adolescência são fases de grande vulnerabilidade, porque é aí que se verificam desenvolvimentos a nível neuronal que vão ter uma influência enorme nas fases da vida posteriores. Na adolescência também se dá uma reorganização do funcionamento psíquico e, sobretudo, da criação e reforço da identidade de cada um. E isso depende muito do ambiente familiar e social. Ora, nas últimas décadas houve mudanças importantíssimas na vida das famílias, por exemplo com a evolução do número de divórcios e de famílias monoparentais. Essa maior instabilidade tem repercussões.

P O tempo de ecrãs também tem sido apontado como um dos fatores. De que forma podem contribuir para o aumento dos problemas de saúde mental?

R Por exemplo, no caso das perturbações do comportamento alimentar, que parecem de facto estar a aumentar, há um fator mimético provocado pelas redes sociais em pessoas que já têm vulnerabilidades. Por outro lado, sabe-se que as relações sociais presenciais são indispensáveis para a saúde mental, mas hoje boa parte da vida convivial dos jovens não é feita cara a cara. Assusta-me a incapacidade que a humanidade está a ter em elaborar os avanços tecnológicos e a dificuldade em criar respostas eficazes para lidar com os seus efeitos mais perversos.


José Miguel Caldas de Almeida é o consultor científico do *podcast* do Expresso sobre saúde mental e que contou com cerca de 900 mil *downloads* num ano

P Ainda em relação aos jovens, o Governo anunciou que os estudantes universitários vão beneficiar de um cheque psicólogo que dá acesso a cerca de 10 consultas. O que pensa desta medida?
R Não conheço nenhuma evidência científica que possa aconselhar esse tipo de medida. Os problemas de saúde mental dificilmente podem ter uma resposta eficaz com abordagens que não são multidisciplinares e integradas. Estes problemas têm várias causas e níveis de gravidade diferentes, exigindo programas que atendam às necessidades específicas de cada caso. E isso não se faz com a oferta de cheques. Parece-me uma medida feita em cima do joelho, que pode até atrasar a adoção de critérios mais sofisticados.

P Faria mais sentido garantir acesso a psicoterapia a quem realmente precisa?
R Tem de haver um programa que defina que há uma avaliação das necessidades das pessoas com possibilidade de uma intervenção integrada e multidisciplinar e com garantia de continuidade de cuidados. Porque há casos que não se resolvem com 10 consultas. Precisam de um número muito variável de consultas, que podem ser de diferentes tipos.

P A literacia em saúde mental aumentou muito nos últimos anos, mas há estudos que mostram que o estigma não diminuiu proporcionalmente. Porquê?
R Nos últimos anos houve uma diminuição do estigma em relação às perturbações mentais comuns, como a ansiedade e a depressão, mas não em relação às graves, que continuam a ser tabu. Por um lado, ainda há a ideia de que são incuráveis, o que promove o estigma, assim como a fantasia de que estas pessoas são perigosas. Isso não é verdade, mas está no nosso imaginário. Por isso a abordagem que provou ser mais eficaz para diminuir o estigma é a que facilita o contacto com pessoas que têm experiência de doença mental, o que permite à população perceber que não são tão diferentes nem tão ameaçadoras como se imagina. Mas, mesmo assim, acho que o estigma nunca desaparecerá completamente, porque tem na sua base o medo da loucura. Todos temos medo de perder a capacidade de lidar com a realidade, e é esse medo que levou as pessoas, ao longo dos milénios, a estigmatizar as outras com doença mental, o que conduziu a coisas terríveis. Apesar de se ter evoluído bastante, há muitos abusos que ainda acontecem a nível dos seus direitos.

P Que direitos estão por cumprir?
R O país acompanhou bem as inovações mais recentes, como a chamada lei do maior acompanhado, que protege os direitos das pessoas que são maiores de idade mas que, por terem uma perturbação mental, podem necessitar de um acompanhamento. Já não se trata de uma interdição. Até há pouco tempo entendia-se que alguém com doença mental não era capaz de tomar decisões corretas e tinha de ser substituída por um familiar ou alguém designado pelo Estado e que pensasse por ela. Uma das grandes mudanças foi ter-se evoluído desta lógica de substituição da vontade e da decisão para uma lógica de suporte. A nova lei de saúde mental portuguesa dá alguns passos nesse sentido. Mas as leis, por si só, não mudam a realidade do pé para a mão. Continua a haver indivíduos com doença mental que são excluídos e discriminados. Não basta reconhecer direitos, é preciso fazer tudo para que as pessoas os possam exercer.

> “O CHEQUE-PSICÓLOGO PARECE-ME UMA MEDIDA FEITA EM CIMA DO JOELHO. NÃO HÁ NENHUMA EVIDÊNCIA CIENTÍFICA QUE A POSSA ACONSELHAR”

P Mais do que apenas reduzir sintomas, o grande objetivo hoje é a recuperação psicossocial destas pessoas. O que está a ser feito a esse nível?
R Esse é o aspeto em que tivemos mais falhanços. Um dos direitos mais importantes é o direito a poder viver com alguma independência. Ninguém, por ter uma doença mental, deve estar condenado a viver numa instituição ou num asilo. Mas não basta dizer que a pessoa tem esse direito, o Estado tem de criar condições para que ela possa viver com alguma independência.

P Mas porquê grande falhanço?
R Nunca houve tempo suficiente para a implementação continuada dos planos devido às mudanças de Governo. Nunca foi possível encontrar um consenso transpartidário e estas reformas precisam de tempo. Em cada tentativa de reforma deram-se avanços, mas na área da reabilitação psicossocial das pessoas, ou seja, na criação de residências na comunidade, programas de apoio à reabilitação profissional e ao emprego, não se atribuiu essa responsabilidade ao Estado, como em Espanha ou Itália, mas às IPSS. Ficámos dependentes da boa vontade ou da carolice das IPSS. Isso foi um erro e pagou-se um preço.

P Teme que a reforma da saúde mental possa sofrer mais um retrocesso?
R Não creio, porque há hoje um consenso quanto ao valor intrínseco da saúde mental e um reconhecimento unânime de que sem ela não há saúde possível. Não há Governo que ouse ignorar esta área.

hrbento@expresso.impresa.pt

Só uma das medidas do Governo é nova

A criação de um programa de saúde mental para as forças de segurança é uma novidade. Mas as restantes medidas, como a contratação de psicólogos, já estavam previstas

Das várias medidas anunciadas na quinta-feira pelo Governo para a área da saúde mental, no contexto do programa de emergência para a saúde, apenas uma é nova. Todas as outras encontravam-se já previstas no Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016 e prorrogado até 2020) ou no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No caso da contratação de 100 psicólogos para os centros de saúde, já havia um ‘acordo’ entre a Ordem dos Psicólogos e a anterior Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) para a integração destes profissionais até ao final deste ano.

A novidade é a criação de um programa de saúde mental para as forças de segurança. Nesse âmbito, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, quer implementar uma “via verde” para os agentes da PSP e da GNR, “disponibilizar os cuidados de saúde primários com equipas multidisciplinares dedicadas”, “recorrer aos serviços do SNS em caso de doença aguda em ambiente de urgência psiquiátrica” e “rever o protocolo de apoio e acompanhamento psicológico e prevenção do suicídio”, lê-se no plano de emergência.

Ao Expresso, o coordenador nacional para as Políticas de Saúde Mental, Miguel Xavier, explica que o referido plano nacional “não tinha nada de específico para as forças de segurança”. A coordenação nacional tem um núcleo dedicado à área do suicídio, mas a abordagem ao tema é mais geral, focando grupos vulneráveis da população, entre os quais se encontram as forças de segurança. Mas salienta, ainda assim, que se trata de um “bom princípio”, dada a importância de prevenir o suicídio.

As restantes medidas conhecidas na quinta-feira para a área da saúde mental já estavam todas equacionadas. A contratação de 100 psicólogos para os centros de saúde, por exemplo, já tinha sido acordada entre a Ordem dos Psicólogos e a anterior DE-SNS, estando prevista nos planos de desenvolvimento organizacional das Unidades Locais de Saúde (ULS). Encontrava-se, contudo, dependente da aprovação do quadro de referência da DE-SNS e desses mesmos planos. Segundo o plano de emergência do Governo, os novos profissionais irão integrar as equipas multidisciplinares dos cuidados de saúde primários.

Também a desinstitucionalização de doentes residentes em hospitais, a criação de equipas comunitárias para adultos, crianças e adolescentes, o desenvolvimento de programas de intervenção na doença mental comum (depressão e ansiedade) nos centros de saúde, a abertura de unidades de internamento para situações agudas em hospitais gerais, a criação de serviços de saúde mental regionais (no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, no Hospital Sobral Cid, em Coimbra, e no Hospital Magalhães Lemos, no Porto) para internamento para doentes de “elevada complexidade” — ou seja, que não respondem de imediato aos tratamentos e apresentam alterações muito graves do comportamento — e a generalização dos centros de responsabilidades integrados (CRI) estavam já conjeturados.

Alguns desses parâmetros encontram-se em execução e outros estão por executar. Das 40 equipas comunitárias previstas no PRR, 20 encontram-se no terreno. As 10 que estavam prometidas para o ano passado e as 10 previstas para este ano ainda não foram implementadas por não ter sido dada autorização das Finanças para a contratação de profissionais. Também a criação de unidades de internamento de agudos encontra-se em execução, diz Miguel Xavier. “Das unidades que estavam previstas, e cujas obras já terminaram, só falta abrir a de pedopsiquiatria do Hospital Pulido Valente”, em Lisboa.

Parcerias com o sector social para resolver internamentos

A desinstitucionalização de situações crónicas, por outro lado, ainda não passou do papel. A coordenação nacional de saúde mental entregou ao anterior Governo, há dois anos, um programa para a concretização desta medida, “mas ainda não arrancou”. Para a implementar, o atual Executivo vai “reforçar” as parcerias com o sector social, conforme explicou a ministra Ana Paula Martins. “Em muitos casos, trata-se de pessoas que têm dificuldades em ir para um lar ou para uma estrutura dos cuidados continuados, porque, devido à doença mental, necessitam de um acompanhamento especial. Não há muitas instituições com capacidade e condições para receber estas pessoas, por isso precisamos de reforçar as parcerias que existem.”

Também os programas de intervenção na ansiedade e na depressão nos centros de saúde não foram efetivados até ao momento, “porque nunca foi disponibilizada uma verba para a contratação de profissionais treinados”. “Se há medidas que podem agora ser aceleradas, tanto melhor. O mais importante para Portugal é que o Plano Nacional de Saúde Mental e o PRR sejam concretizados até 2026”, salienta Miguel Xavier.

José Miguel Caldas de Almeida, psiquiatra e antigo diretor nacional de Saúde Mental, diz que as medidas apresentadas esta semana pelo Governo estão em linha com a reforma que estava em curso nesta área. Considera preocupante, no entanto, que “não haja qualquer referência ao desenvolvimento de respostas do Estado na área da reabilitação psicossocial”, nomeadamente respostas residenciais e de apoio ao emprego. Para o especialista, de todas as componentes da reforma da saúde mental, a da reabilitação e integração na comunidade das pessoas com doença mental “é a que está mais atrasada” e a que deveria ser alvo de maior atenção. “Vai ser fundamental para o futuro da saúde mental na comunidade e da reforma em geral.”

SAÚDE



EXPRESSO.PT O programa de emergência do SNS em cinco pontos: tempo e horas, bebés e grávidas, urgências, médicos de família e saúde



A ministra da Saúde, Ana Paula Martins, na apresentação do Plano de Emergência FOTO FILIPE AMORIM/LUSA

Governo vai dar mais dinheiro aos médicos em troca de horas extra

Incentivos para **médicos que excedam limite suplementar** conhecidos na próxima semana

VERA LÚCIA ARREIGOSO

Os dados disponíveis são do final de abril, portanto, a três meses do verão: perto de 1300 médicos dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) já tinham feito as 150 horas extraordinárias previstas para o ano todo. O diagnóstico é da Administração Central do Sistema de Saúde e o Governo promete prescrever um tratamento já na próxima semana para que os clínicos continuem a trabalhar mais fora de horas. O pacote de incentivos não está fechado. Além de pagar mais dinheiro pelas horas suplementares — recorde-se que os médicos chegaram a ganhar €70 à hora por decisão do Governo anterior — poderá haver outro tipo de compensações.

Até agora, a única medida posta em prática foi a de renovar o aumento em 40% do valor pago por hora à tarefa, indicando aos hospitais que o remédio para o verão se mantém: recorrer a prestadores de serviços e 'fechar a porta' quando a equipa não chega. No caso da obstetrícia, os criticados fechos rotativos das urgências vão continuar, sendo que passará a haver a linha SNS Grávidas para servir de guia.

Hospitais em dificuldades

O primeiro fecho já foi anunciado, na pediatria de Viseu, e já a partir da próxima semana com encerramento durante a noite. "Há apenas 15 especialistas a efetuar trabalho de urgência, sete para turnos noturnos, sendo certo que muitos deles vão atingir no verão o limite legal de 150 horas suplementares ou 250 para os médicos em dedicação plena", respondeu o hospital ao Expresso. E recorrer a tarefeiros não chega, há poucos disponíveis na região.

Na Guarda, 81 especialistas já esgotaram as horas extra e serão, pelo menos, 48 os médicos à tarefa recrutados para diferentes valências. "O aumento de 40% é uma mais-valia, no entanto, não tendo havido nenhuma alteração em relação ao valor hora dos médicos do quadro, e atendendo a que a maioria já cumpriu as 150 horas extraordinárias obrigatórias, causa desigualdade levando a constrangimentos em relação a estes profissionais", explicam os administradores.

O plano de verão nos hospitais resume-se, até agora, a "manter as escalas, contratando prestadores de serviços", diz o hospital de Évora. Sobre o teto do trabalho suplementar, já foi atingido por médicos de cirurgia, anestesiologia, medicina interna, obstetrícia, pediatria e até patologia clínica.

> **Em abril, perto de 1300 clínicos tinham feito as 150 horas suplementares obrigatórias por ano**

Os gestores da unidade alentejana gostavam de ter outras soluções do Governo para o verão: "Permitir às unidades locais de saúde contratarem os seus internos como especialistas, algo que ainda estamos a aguardar desde o fim dos exames de saída da especialidade." Ou até, "distribuir os médicos pelo país, em vez de permitir aos hospitais do norte do país um excesso de profissionais, por exemplo de anestesistas". Uma medida que consideram indispensável para que o SNS cumpra a sua missão e que gostavam que estivesse no Plano de Emergência e Transformação na Saúde apresentado na quarta-feira. Mas não está.

Nos grandes hospitais, a falta de clínicos é proporcional. "200 médicos especialistas e 113 internos já completaram as 150 horas extraordinárias legais e outros 14 as 250 anuais previstas no regime de dedicação plena", adianta a equipa do São José, em Lisboa. Ainda assim, a administração sublinha que "tal não significa que não estejam disponíveis para continuar a efetuar mais horas de trabalho suplementar". Por isso "não está previsto o aumento significativo do número de prestadores de serviços face ao que é habitual nos outros meses do ano". Mas São José tem uma vantagem: um novo modelo de organização da Urgência que arranca este verão com equipas dedicadas e pagas por desempenho. O modelo de Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) foi definido, e aprovado, pela anterior Direção-Executiva do SNS para os cinco maiores hospitais do país (inclui Coimbra, Santo António e São João, no Porto, e Santa Maria, em Lisboa).

> **Nos hospitais da Guarda e de Évora, grande parte dos médicos especialistas esgotou as horas extra**

Coimbra não espera grandes dificuldades, aliás, o recurso a tarefeiros será mesmo residual. "Recorre-se exclusivamente para o atendimento a doentes classificados 'verdes', 'azuis' ou 'amarelos' autónomos e, neste momento, estamos a preparar a criação do CRI, limitando o recurso a prestadores de serviços." A Administração da ULS Coimbra criou um grupo para coordenar e acompanhar a resposta durante o verão, articulando-se com todos os serviços dentro e fora da unidade local de saúde, incluindo a rede de cuidados continuados. Ou seja, não ficou à espera do plano do Governo. Igualmente acautelados e confiantes de que a prestação de cuidados no verão está assegurada, estão as unidades de Braga ou do Alto Minho.

Nos hospitais de Lisboa, sobretudo onde há resposta em pediatria e obstetrícia, a situação é mais crítica. No Amadora-Sintra "já completaram as 150 horas extra, elementos de medicina intensiva, cirurgia geral, anestesia e ginecologia-obstetrícia", diz a administração. "Será mantido o funcionamento atual, de urgência referenciada no período noturno e fins de semana (só para partos). No caso da obstetrícia, poderá haver necessidade de ajustes de acordo com o plano de verão, em articulação com as maternidades de Lisboa."

Até prova em contrário, o Governo mantém o fecho rotativo dos blocos de parto. O Hospital São Francisco Xavier é outro dos mais pressionados. "O funcionamento do serviço de urgência encontra-se assegurado, estando a ser organizada a articulação da urgência obstétrica a nível metropolitano." No atendimento geral, "a ULS de Lisboa Ocidental encontra-se a ultimar o plano para o verão, tendo sido designado um grupo de trabalho interno atendendo à nova realidade de integração dos cuidados primários e hospitalares." Ou seja, a coordenar o atendimento dos casos agudos sem gravidade fora do hospital, publicitando quais os centros de saúde "com horário alargado e complementar."

varreigoso@expresso.impresa.pt

Privados chamados aos cuidados de saúde primários

Plano do Governo convoca privados para centros de saúde e para estruturas que substituem urgências

É com o robustecimento da medicina geral e familiar que o Governo de Luís Montenegro quer resolver parte dos problemas na saúde: dar médicos de família a mais pessoas, sobretudo idosos, crianças e grávidas, e assim diminuir o peso dos casos não urgentes que batem à porta dos hospitais por falta de alternativas. Mas para isso conta com os sectores privado e social e com a boa vontade dos médicos em quererem trabalhar mais horas e terem mais doentes.

Será possível dar médico a mais 350 mil pessoas nas regiões de Lisboa, Algarve a Alentejo, segundo as contas do Executivo. Como? Desde logo retirando quase 50 mil portugueses emigrados e mais de 80 mil residentes estrangeiros do sistema até ao final do ano caso não peçam para manter o médico que têm atribuído. Será dada a possibilidade de os médicos se voluntariarem para acrescentarem até mais 200 utentes nas suas listas, apesar de não se saber se ganham mais por isso. E as misericórdias, bem como os privados, serão chamados a contribuir. O Governo espera até ao final do ano ter a funcionar 20 unidades de USF-C, ou seja, centros de saúde de privados — dois agrupamentos em Lisboa, um no Algarve e outro em Leiria —, sob a expectativa de dar médico a 180 mil pessoas.

"Tampão" para as urgências

Para aliviar o excesso de pessoas com pulseiras verdes e azuis nas urgências, que compõem os casos não urgentes, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, irá criar os Centros de Atendimento Clínico (CAC), descritos como estruturas "para o atendimento de situações agudas de menor complexidade". Não fica claro, no documento analisado pelo Expresso, onde ficarão os CAC nem que profissionais lá trabalharão. Mas estas estruturas poderão ser públicas, sociais e privadas e "poderão dispor" (não será obrigatório) de alguns meios complementares de diagnóstico e terapêutica. A par destes centros, os doentes não urgentes continuarão a ser transferidos da urgência para "consultas do dia seguinte" em centros de saúde, com data e hora marcada, e para "consultas abertas" no próprio hospital, o que já acontece.

> **Plano quer mais serviços com os mesmos clínicos: "O privado não vai inventar médicos"**

Quando se sabe que 80% dos médicos que trabalham nos hospitais privados são dos quadros do SNS, a grande dúvida é como se garantem mais profissionais para mais oferta. Apesar de o Governo ter anunciado mais um concurso com 900 vagas para contratar médicos de família, a Associação dos Médicos de Medicina Geral e Familiar garante que dificilmente o recrutamento terá diferente destino que os anteriores, que nem metade das vagas preencheram, porque não estão previstas melhorias nas condições de trabalho-base.

E, havendo um número limitado de médicos de família, "ou se consegue capturá-los para o SNS ou paga-se aos privados e eles vão buscá-los ao SNS, mas vão ser os mesmos", afirma Julian Perelman, professor na Escola Nacional de Saúde Pública. Cético sobre a contratação de estes serviços ficar mais barata ao Estado, diz que os privados "podem estar desejosos de contribuir, como sempre disseram, mas no final as contas têm de estar equilibradas e têm de apresentar algum lucro". Ao investigador o plano suscitou algumas dúvidas, embora sublinhe que seja preciso dar tempo ao Executivo para o desenvolver. "Os serviços serão contratados a que preço e com que qualidade? Como é que os doentes transitam do privado para o público? Terá de haver um bom sistema integrado entre estes sectores. Ainda não vi uma ideia clara de planeamento para o longo prazo de gestão em saúde."

JOANA ASCENSÃO

jascensao@expresso.impresa.pt



Migrantes fazem fila à porta da AIMA, em Lisboa. Estão a entrar, em média, 700 pedidos novos por dia FOTO TIAGO MIRANDA

Funcionários querem sair da AIMA. Há mais de 500 mil pendências

Agência para a Integração, Migrações e Asilo recebe 20 mil pedidos de residência por mês. **Cem trabalhadores estão de saída** e há dificuldades para contratar mais

HUGO FRANCO e RAQUEL MOLEIRO

A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) sofre desde o nascimento com escassez de recursos humanos, que se agravou ao longo dos seus sete meses de vida e vai piorar em breve com a saída, já certa, de uma centena de funcionários, a pedido dos próprios. Será mais um problema a ter em conta pelo Governo quando apresentar, na próxima semana, o novo plano para as migrações.

O retrato consta do relatório da agência sobre a Recuperação das Pendências do SEF, elaborado este mês de maio e a que o Expresso teve acesso. No documento revela-se que o novo organismo iniciou funções em outubro de 2023 com apenas 714 funcionários — 41% do contingente dos organismos extintos que estaria à disposição —, a que se seguiu "uma redução líquida do total de efetivos, devido à saída de vários trabalhadores, não compensada com as entradas entretanto ocorridas".

E podia ter começado pior. "Muitos mais pediram logo transferência para outros serviços do Estado, mas a AIMA travou-os. Só que não vai poder fazê-lo uma segunda vez. A maioria voltou a submeter o pedido e agora a lei não permite nova recusa. Vão sair em breve", explica uma fonte ligada ao organismo. O relatório confirma a inevitabilidade da situação: "Existem vários pedidos de mobilidade, estimando-se que possam representar a saída de 100 trabalhadores."

Para compensar as partidas, a AIMA desenvolveu "um considerável esforço" para reter e recrutar novos recursos humanos, com vários concursos dentro da Função Pública já realizados, outros em curso e muitos planeados. Pedem-se assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos superiores e especialistas de TI. "Mas muitas vagas ficam por preencher", garante uma funcionária da agência.

PENDÊNCIAS

3000

afastamentos coercivos integram o 'lote' herdado do SEF. Estão a ser analisados um a um. O sistema não tinha dados sobre o seu estado

327

pedidos de proteção temporária de menores aguardavam resposta do SEF aquando da extinção

O "défice de recursos" ganha ainda mais gravidade perante o elevado número de pendências herdadas do SEF, isto é, pedidos de autorização de residência de imigrantes que aguardam uma resposta do organismo. Numa tabela do relatório, a AIMA aponta para a existência de, pelo menos, 459.384 processos em curso a 29 de outubro de 2023, a maioria (344.619) de legalização através de manifestações de interesse (para imigrantes que já se encontram em Portugal, sem necessidade de entrada legal no território).

À data da extinção do SEF, havia ainda em espera mais de 3200 processos de proteção humanitária — 327 dos quais a menores —, 4 mil pedidos de asilo e quase 15 mil relativos à obtenção de nacionalidade. O relatório faz ainda questão de destacar a herança de 3 mil afastamentos coercivos de imigrantes que entraram ou permaneceram ilegais em Portugal. "Foi necessário um esforço (ainda em curso) de reconstituição do estado de análise, atenta a inexistência de uma base de dados que indique o estado de cada processo. Até ao momento, foi possível inventariar os processos de 2022 e 2023, num total de 508", lê-se no documento.

Processos de 2017 à espera

Mas o quadro do relatório que elenca as pendências peca necessariamente por defeito. Lá não estão, por exemplo, os pedidos de vistos *gold*, as autorizações de residência para estudantes ou as realizadas no âmbito do reagrupamento familiar. E mesmo que estivessem, o número total continuaria a ser apenas uma aproximação. No relatório, a AIMA reconhece que "não é possível identificar de forma simples e fidedigna o número de processos pendentes" com a informação que consta das bases de dados.

O tempo de espera dos imigrantes é mais fácil de aferir. A esmagadora maioria dos processos foi iniciada a partir de 2017 e há seis de data anterior, ainda sem resposta, incluindo um de 2008 e um de 2009. As fragilidades da informação do sistema são referidas repetidamente. A AIMA fala da "absolescência da infraestrutura tecnológica" que exigiu "significativas intervenções corretivas e de manutenção para assegurar a capacidade de resposta e os padrões mínimos de cibersegurança e de segurança da informação", detalha.

700 pedidos por dia

Sete meses depois, juntam-se às pendências do SEF os processos que foram entrando. A AIMA não respondeu, até ao fecho desta edição, às questões enviadas sobre o número de processos atuais. Diferentes fontes contactadas pelo Expresso, ligadas a este organismo, garantem que as manifestações de interesse já vão "muito além do meio milhão" e que, por mês, estão a entrar cerca de 20 mil novos pedidos. Ou seja, por dia, mais de 700 imigrantes iniciam a legalização.

"Esta semana o sistema registа quase 370 mil manifestações de interesse a aguardar processamento. São as que não foram ainda analisadas. Só aqui já são mais do que as deixadas pelo SEF. Mas faltam os pedidos dos imigrantes que fizeram o pagamento prévio ao agendamento e que, na verdade, não foram iniciados, estão pendentes e serão uns 200 mil. E os submetidos mas com documentação incompleta, que são muitos, muitos milhares", detalha uma das fontes.

"Se acrescentarmos os outros pedidos, do reagrupamento, dos vistos *gold*, dos estudantes, até acho conservador falar em 600 mil pendências", acrescenta outra fonte.

O objetivo da AIMA é acabar com as pendências até junho de 2025. O plano é que daqui a um ano o acesso a todos os serviços da agência seja feito através de um Portal digital; haverá mais 252 postos de atendimento, mais lojas AIMA e 'spots' presenciais descentralizados em associações e juntas, serviços nas universidades e um centro de contacto AIMA 24 e poderá haver até autorizações de residência emitidas no mesmo dia, mas com custo mais elevado. Os processos serão tramitados no prazo de um a três meses. Hoje em dia, a média é de dois anos.

hfranco@expresso.impresa.pt

Balcão da Denúncia recebeu 50 queixas

Falta de acesso, discriminação e violência psicológica são os tipos de denúncia que mais se repetem

Desde que foi lançado, há uma semana, o Balcão da Denúncia recebeu 50 queixas de migrantes e refugiados que se encontram em Portugal. Ao Expresso, os responsáveis pela plataforma confirmam que há registo de incidentes de todo o país, sendo as queixas mais frequentes a falta de acesso a serviços, a discriminação e a violência psicológica. Há também um caso de agressão física. Entre as vítimas estão pessoas do Brasil, Cabo Verde, São Tomé, Índia, Irão, Ucrânia, Bangladesh e Bielorrússia.

A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, que substituiu o SEF) é uma das visadas pelas queixas, mas não só. Há denúncias relacionadas com instituições de ensino, em contexto laboral, ou ocorridas no espaço público. No final da semana passada, o grupo que coordena a plataforma reuniu com AIMA. No encontro ficou acordada a articulação entre o Balcão da Denúncia e a agência, para dar seguimento às queixas.

O Balcão da Denúncia é uma plataforma *online* destinada a migrantes e refugiados, tendo sido criado por um grupo de cidadãos com o objetivo de "coletar, compilar e divulgar ocorrências de abuso, maus tratos, negligência ou inconformidades gerais".

"Poderá permitir à sociedade civil ter uma visão mais precisa das dificuldades desta população", refere o grupo coordenador, composto por migrantes e refugiados em Portugal, alunas da Escola Superior de Educação do Porto e o coletivo Humans Before Borders.

Manifestação frente à AIMA

Esta sexta-feira, os protestos dos imigrantes contra a agência voltam a sair à rua, em frente às instalações da AIMA em Lisboa e Porto. No cartaz da manifestação, amplamente divulgado nas redes sociais e em grupos de WhatsApp de imigrantes, pede-se "mais agilidade nos processos de autorização de residência", mas há mais queixas a motivar a ação: os atrasos na análise e emissão das renovações dos títulos de residência, a falta de vagas no Instituto de Registo e Notariado (IRN) ou a longa espera pelo reagrupamento familiar.

A iniciativa para a ação de protesto partiu de uma imigrante brasileira mas a convocatória estendeu-se rapidamente às comunidades migrantes com mais pedidos pendentes, nomeadamente a indostânica.

Para segunda-feira há outro protesto marcado, apenas em frente à AIMA de Lisboa e centrado na dificuldade das renovações. "Há pessoas esperando mais de cinco meses, algumas têm emergência familiar para ir ao país de origem mas não podem sair de Portugal por causa do cartão caducado", explica-se no apelo à manifestação.

MARTA GONÇALVES e R.M.

mpgoncalves@expresso.impresa.pt

Jorge e Delfina são vacinados contra a gripe há vários anos
FOTO TIAGO MIRANDA

Gripe Cristina Vaz Tomé, secretária de Estado da Gestão da Saúde, anunciou no Flu Summit 2024 o alargamento das vacinas grátis de alta dose para pessoas com 85 ou mais anos. Antes dessa idade é preciso prevenir, como faz o casal Condessa

"Desde que levamos a vacina os efeitos são mais suaves"

RUI BAIONETA

E de repente, lá se aproxima o inoportuno espirro, seguido do chamado ataque de tosse. O corpo dá os primeiros sinais de fraqueza, os músculos estão doridos, a cabeça pesa e a temperatura do corpo ameaça subir. Adivinham-se dias difíceis. Resta procurar um médico, primeiro, e o conforto possível numa cama, depois. Estes são alguns dos principais sintomas de gripe, com os quais Delfina Condessa, 63 anos, reformada, estava familiarizada. "Tinha muitas gripes por ano", confessa. E explica: "Tinha para aí 57 anos, e com patologias associadas, quando a minha médica de família aconselhou-me a vacina contra a gripe. E foi uma grande diferença. Praticamente deixei de ter gripes. Na altura chegava a estar três dias de cama."

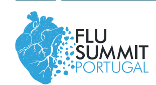
O marido, Jorge Condessa, 61 anos, ouve a conversa e acena a cabeça em sinal de concordância. Ele também é vacinado contra a gripe, mas por outras razões. "Trabalho na área do ar líquido medicinal e a minha empresa sugere, todos os anos, de forma gratuita, a vacina contra a gripe aos seus funcionários. E eu sou vacinado desde 2007", diz. E sente resultados: "Não fico engripado. Aliás, sempre fui resistente, mas sabemos que não há campeões e que a gripe pode chegar a qualquer momento. Há sempre essa hipótese. Mas, tendo a possibilidade, opto por ser vacinado."

O casal Condessa está bem informado em relação aos benefícios da vacina. "Mesmo que a pessoa fique com gripe, desde que levamos a vacina os efeitos são muito mais suaves", reforça Delfina.

Este foi, de resto, um dos assuntos no Flu Summit 2024, organizado pela Sanofi e ao qual o Expresso se associou como *media partner*, evento que reuniu no Palco Impresa vários especialistas e responsáveis na área da saúde.

Uma jornada que ficou sobretudo marcada pelo anúncio da secretária de Estado da Gestão da Saúde, Cristina Vaz Tomé. "Vamos alargar a dose elevada da vacina contra a gripe para pessoas com 85 ou mais anos. Até aqui eram dadas apenas às pessoas que estavam nos lares". Refira-se que a vacina *standard* é já ministrada gratuitamente a pessoas com 65 ou mais anos, ou a doentes crónicos, mas na próxima época gripal as pessoas com 85 ou mais anos já podem tomar a vacina de dose elevada sem pagarem nada.

Expresso



PARA ALÉM DA GRIPE

Na 5ª edição do Flu Summit, evento organizado pela Sanofi, ao qual o Expresso se associa como *media partner* — e que conta com o apoio científico da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, a Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública e da Sociedade Portuguesa de Saúde Pública — o tema foi "Proteção para além da gripe". Este projeto é apoiado por patrocinadores, sendo todo o conteúdo criado, editado e produzido pelo Expresso (ver código de conduta *online*), sem interferência externa.

Evitar internamentos

Para Cristina Vaz Tomé, "Portugal está a fazer o seu caminho" em matéria de vacinação. "Estamos muito empenhados no Governo em gerir não só tudo o que tem a ver com o sistema nacional de saúde, mas também atuar na prevenção. É esse o nosso trabalho", acrescenta. Até porque, para a secretária de Estado da Gestão da Saúde, "a vacinação é essencial não só para combater a agudização, mas também a prevenção". E reforça a importância de "evitar internamentos ou o recurso a consultas, que têm um custo muito grande não só para o cidadão, que fica mais debilitado, mas também para o Serviço Nacional de Saúde. Pretendemos ter cidadãos saudáveis."

JOANA LOURO DEFENDE QUE AS PESSOAS COM PATOLOGIAS GRAVES DEVEM LEVAR A VACINA INDEPENDENTEMENTE DA SUA IDADE



FOTO MATILDE FIESCHI

Miguel Arriaga, Ana Abrunhosa, Ana Sepúlveda, Joana Viveiro, Francisco George e Filipe Froes falaram sobre a prevenção da gripe

Quanto à possibilidade de, em breve, a vacina de alta dose poder ser ministrada de forma gratuita a pessoas com idade abaixo dos 85 anos, André Peralta-Santos, subdiretor-geral da Saúde, foi claro: "Todos os anos fazemos uma avaliação muito rigorosa, baseada em pareceres, sobre a evolução científica. Este ano foi decidido alargar para a população de 85 ou mais anos, mantendo os residentes em lares, e para o ano voltaremos a avaliar a situação. Estamos atentos e todos os anos avaliamos as novidades científicas e tentamos adequar a evolução científica ao que achamos ser a melhor estratégia vacinal."

Os alertas

Joana Louro, internista no Hospital das Caldas da Rainha, ULS Oeste, aplaudiu a medida anunciada por Cristina Vaz Tomé, mas deixou alguns alertas. "Avançar para todas as pessoas com 85 ou mais anos é um grande passo, mas estamos a excluir pessoas que têm condições crónicas e patologias que lhes conferem muito mau prognóstico. Por isso, mais do que a idade, é importante que a acessibilidade seja para pessoas que têm determinadas condições que lhes confere maior morbilidade e mortalidade", afirmou.

E foi mais concreta: "Pessoas com diabetes, com doenças respiratórias crónicas, com insuficiência cardíaca e patologia cardiovascular, doenças oncológicas, imunocomprometidos, enfim... Tem de haver barreiras, tem de se identificar quem vai beneficiar mais com a vacina de alta dose, mas não deveria ser apenas a idade, mas também as condições de cada doente."

sociedade@expresso.impresa.pt

CLIMA

Temperaturas vão passar os 35 graus

Previsão aponta para possível onda de calor. Direção-Geral da Saúde recomenda medidas de proteção

O calor já se faz sentir e vai manter-se ao longo dos próximos dias. A subida da temperatura abrange todo o país, mas os distritos de Santarém, Évora, Beja e Portalegre estão sob aviso amarelo esta sexta-feira, o "dia mais quente", diz ao Expresso a meteorologista do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), Paula Leitão.

As regiões do Alentejo e Vale do Tejo são as que podem esperar mais calor, com valores a "passar em muito os 35°C, podendo chegar quase a 40°C". Lisboa e Setúbal estarão "por volta dos 35°C", o Porto com 31°C, Braga regista 33°C e Bragança 28°C.

A temperatura desce no sábado, apenas ligeiramente. A previsão aponta para 30°C em Lisboa e 35°C em Évora e Beja. "Nos dias seguintes, não haverá alterações significativas", nota a meteorologista. A temperatura mínima também irá subir, estando previstos valores entre 20°C e 22°C na Beira Baixa, Alto Alentejo e Sotavento Algarvio.

Tanto os valores da temperatura mínima como da máxima estão "acima da média para o mês de maio. Há condições para vir a acontecer uma onda de calor, se as previsões se mantiverem e as temperaturas persistirem acima dos valores calculados para esta altura do ano nos próximos cinco dias, que é o que se está a prever", explica Paula Leitão.

Na origem do tempo quente e seco em Portugal Continental está o estabelecimento de uma crista anticiclónica sobre o golfo da Biscaia e um vale depressionário que se estende desde Marrocos em direção à Península Ibérica. "O anticiclone vai-se posicionando a norte de Portugal Continental com a depressão sobre o norte de África. Isso dá origem a um fluxo do quadrante leste, que transporta uma massa de ar muito quente e seca, que vem da Península Ibérica e já é proveniente do norte de África", esclarece Paula Leitão.

Dada a situação, a Direção-Geral da Saúde recomenda a ingestão de água ou sumos de fruta natural mesmo quando não se sente sede, evitar o consumo de bebidas alcoólicas e fazer refeições frias e leves, comendo mais vezes ao dia. A roupa deve ser larga e cobrir a maior parte do corpo e é recomendado o uso de óculos de sol, chapéu e protetor solar. Principalmente entre as 11h e as 17h, deve evitar-se a exposição direta ao sol. Doentes crónicos, crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida requerem especial atenção.

Os valores das temperaturas estão acima do que é esperado para o mês de maio. Risco de incêndio agrava-se

As condições meteorológicas associadas a valores baixos da humidade relativa do ar resultam também num aumento significativo do perigo de incêndio rural, alerta o IPMA. O risco de incêndio vai "agravar-se gradualmente" ao longo dos próximos dias e é maior, segundo Paula Leitão, nas regiões do Vale do Tejo, Beira Baixa, Trás-os-Montes e Algarve.

Quanto ao verão, que começa oficialmente a 20 de junho, a meteorologista observa que "ainda é cedo" para fazer previsões: neste momento, os dados apresentam "muito pouca segurança", logo "não vale a pena começar já a trazer expectativas".

SOFIA CORREIA BAPTISTA
scbaptista@impresa.pt

Restaurar a natureza é a forma "mais inteligente" de ter água

Falta de água e inundações são eventos extremos cada vez mais frequentes na UE. Aposta deve passar por **gestão mais eficiente e proteção dos ecossistemas**



CARLA TOMÁS
em Bruxelas

Com a Europa a aquecer duas vezes mais rápido do que o resto do mundo e com a escassez hídrica a atingir um quinto da população europeia, a Comissão Europeia aproveitou a abertura da "Green Week" (Semana Verde) para lançar a campanha #WaterWise. É uma aposta na inteligência na gestão da água, reduzindo as perdas e a procura e apostando nos serviços dos ecossistemas para alcançar maior resiliência deste recurso escasso no futuro, em contexto da crise climática.

E um dos primeiros passos a dar, é "proteger e restaurar a natureza", resumiu Veronica Manfredi, diretora para a Poluição Zero na Direção-Geral do Ambiente, no final do primeiro debate de arranque da conferência, em Bruxelas, esta quarta-feira. A frase sintetiza a mensagem lançada no visionamento do documentário "Our Blue World", que mostra as relações ancestrais da Humanidade com o ciclo da água às quais podemos regressar. Segundo os especialistas, 30% da mitigação das alterações climáticas são possíveis com boa gestão dos serviços dos ecossistemas. Da saúde destes depende a produção de água e de alimentos.

Também Alain Maron, ministro belga para a Transição Climática, defendeu que é importante os Estados-membros investirem financeiramente no combate às alterações climáticas e "alterarem mentalidades relativamente à transição ecológica". Para o governante belga, "os países devem investir maciçamente em políticas de adaptação e aplicar soluções baseadas na natureza". E dá o exemplo de Bruxelas, uma cidade que encanou sob betão o seu rio nos últimos 150 anos, e que recentemente começou a desenterrar uma pequena parte e a reintegrá-lo na paisagem urbana, com espaços verdes em redor, a pensar no conceito de "cidade esponja", para enfrentar inundações.

O desafio europeu

Antes, Florika Fink-Hoijer, diretora-geral do Ambiente da Comissão Europeia, já esclarecera que o tema da Green Week este ano tem uma razão clara: "A água é um dos maiores desafios dos próximos anos." E lembrou que "se agirmos hoje, podemos evitar as graves consequências do stresse hídrico para os cidadãos, a indústria e a paz social". Para tal "é necessária ação a nível local, nacional e europeu".



FOTO JOSÉ FERNANDES

Os fenómenos de seca severa vão aumentar se nada for feito para travar as alterações climáticas

"É crucial reconhecer que a água não é uma fonte infinita", diz Maros Sefcovic, vice-presidente executivo da Comissão Europeia, na abertura da Green Week

Apesar de 97% do planeta ser composto por água, apenas 1% é alcançável para consumo humano e a procura por água "vai aumentar 40% até 2030", alertou Maros Sefcovic, vice-presidente executivo da Comissão Europeia (CE), na abertura da conferência. O sistema alimentar global precisará de mais 40-50% de água nas próximas três décadas e a procura no sector industrial e energético aumentará significativamente, podendo variar entre mais 50% e mais 85%, segundo dados da ONU.

Perante esta realidade, Sefcovic alertou para a importância de aumentar a resiliência hídrica, pensando nos impactos do aquecimento global na Europa e consequentes secas e aumento da escassez de água que "destrói colheitas, afeta a navegação e a operação das centrais nucleares". Mas também provoca inundações, como as que recentemente devastaram algumas regiões em França, na Bélgica e na Alemanha. "É crucial reconhecer que a água não é uma fonte infinita", sublinhou.

A economia da água na UE gera €107 mil milhões em valor agregado, sustenta 1,7 milhões de empregos e há compromissos para investir mais de €1,3 mil milhões em pesquisa e inovação relacionadas com a água, segundo o dirigente da CE. "A circularidade deve ser central na gestão integrada deste recurso", frisou.

As águas residuais oriundas de esgoto tratado podem ser reutilizadas na agricultura, na limpeza urbana e em processos industriais. O objetivo é chegar a 8% dessa reutilização, mas a realidade continua muito aquém. Na Europa, menos de 2% da água tratada de esgoto é reutilizada e 50% da água perde-se na rede, quando o objetivo é de 8%. Em Portugal anda nos 1,2%.

Para o economista Pietro Francesco de Lotto, presidente da Comissão Consultiva para a Mudança no Sector Industrial, é necessário um Blue Deal, semelhante ao Green Deal (Pacto Ecológico Europeu já aprovado) que "pense a gestão da água não de forma isolada, mas integrada com outras políticas". O economista também defende que "a resiliência hídrica é fundamental, tal como a inovação tecnológica e a economia circular, que devem desempenhar um papel crucial na gestão sustentável da água". Mas, além disso, defende, é preciso "reestruturar as competências ao nível europeu, nacional e local para enfrentar os desafios. E isso, tem de acontecer já".

Num relatório recente, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) indica que do total da população europeia, 12% vivem em zonas com risco de inundações, que só entre 1980 e 2022 mataram 5584 pessoas na Europa. Os riscos climáticos ameaçam as infraestruturas e os recursos hídricos europeus, a segurança energética e alimentar, a estabilidade financeira e a saúde das pessoas, e a AEA lembra que as políticas e as ações de adaptação não estão a acompanhar o rápido aumento dos riscos.

ctomas@expresso.impresa.pt
O Expresso viajou a convite da CE

O FUTURO DO FUTURO

Embriões sem mãe nem pai

Com os blastoides abre-se a possibilidade de gerar vida sem óvulos ou espermatozoides

Entre blastocisto e blastoide cabe uma vida. O primeiro resulta de um espermatozoide e um óvulo; o segundo é gerado com células estaminais. Mas há mais uma diferença: "É correto dizer que o blastoide não tem pai nem mãe, mesmo tendo origem noutros organismos", responde Moisés Mallo, investigador do Instituto Gulbenkian de Ciência.

Em 2023 a Universidade de Cambridge e o Instituto de Tecnologias da Califórnia anunciaram os primeiros blastoides gerados a partir de células extraídas em embriões humanos. Antes, já tinha sido feito algo similar com ratinhos. E de súbito, irrompeu uma corrida científica em várias latitudes – até surgirem desilusões como a que a Technology Review narrou com o projeto de geração de bovinos a partir de blastoides na Universidade da Florida. A iniciativa recorreu a células que formam embriões ao ligarem-se em tubos de ensaio. Dias depois, os blastoides foram inoculados em úteros de vacas. E, numa semana, esses embriões sintéticos ganharam todas as componentes — mas com proporções erradas.

Os embriões naturais crescem impulsionados por "memórias" dos genes de mãe e pai, mas Moisés Mallo admite que os blastoides possam não conseguir ativar esse mecanismo por não resultarem de espermatozoides ou óvulos: "Eventualmente, os blastoides não desenvolveram a maquinaria necessária para se implantarem nos úteros das vacas. Há várias razões possíveis para este insucesso."

A ovelha "Dolly" tornou-se o mais famoso dos clones em 1996, com a inserção de células em óvulos. Nos blastoides, nem sequer o óvulo é usado. Em tese, seria possível gerar um blastoide com células de mais de dois indivíduos — e não será de descurar essa via, em paralelo com a geração de animais em extinção ou com características apreciadas pelos humanos. "Admito que é possível, mas não vejo interesse médico nisso", responde Alberto Barros, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) e membro do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA).

Tanto em gado como em humanos a inseminação artificial já produz resultados mais eficientes que os da clonagem com blastoides. Mallo admite que a geração de vida com blastoides, se acontecer, vai começar em ratinhos — mas "vai demorar". Nos humanos o processo é outro: a referência internacional prevê a eliminação ao cabo de 14 dias, e em Portugal exige autorização do CNPMA.

Alberto Barros admite "expectativa", e aconselha "prudência". Eventualmente, os blastoides serão úteis na ciência ou na geração de vida quando faltam óvulos ou espermatozoides a um casal, mas o cientista recorda que um insucesso pode manchar, por arrasto, práticas consolidadas como a fertilização *in vitro*: "Só é possível evoluir para humanos se houver dados consistentes em animais". E, mesmo assim, o amor pode não ser dispensável.

HUGO SÉNECA
sociedade@expresso.impresa.pt

Gaza Um bombardeamento israelita originou um incêndio mortífero num campo de deslocados. Apesar das condenações, a guerra não parou. Dias depois, três países europeus reconheceram o Estado palestiniano

Guerra não cede à chacina de Rafah



MARGARIDA MOTA

No início de março, quando as forças israelitas já tinham varrido o norte e o centro da Faixa de Gaza — antecipando-se uma ofensiva no sul do território palestiniano, que Telavive acreditava ser o último reduto da liderança do Hamas —, Joe Biden estabeleceu um limite no apoio dos Estados Unidos a Israel. Em entrevista à televisão MSNBC, o chefe de Estado americano defendeu que uma invasão da região de Rafah, onde se refugiavam cerca de 80% da população de Gaza, seria uma 'linha vermelha'.

Quase três meses depois, é cada vez mais visível que não só o Governo de Israel não se deixa intimidar pelos avisos de Washington como não se contém quando pela frente tem outra linha proibida. No domingo passado, era já noite escura em Gaza, um bombardeamento israelita em Rafah — que, segundo os militares israelitas, foi desencadeado com base em "informação secreta que apontava para a presença de terroristas na zona" — culminou num massacre.

O ataque originou um incêndio num acampamento de tendas para populações deslocadas, que provocou 45 mortos e mais de 100 feridos. A zona atingida fica próximo, mas fora, do perímetro da "área humanitária de Al-Mawasi", que Israel delimitou junto à costa mediterrânica de Gaza para acolher deslocados.

"O campo bombardeado, designado como zona segura pelas forças de ocupação, tornou-se um cenário de horror inimaginável. Mulheres, crianças e idosos que ali procuraram refúgio foram queimados vivos dentro das suas tendas", relata ao Expresso Abd al-Wahab Hamad, responsável em Gaza da organização não-governamental palestiniana Juhoud for Community and Rural Development. "Quem sobreviveu ao horror descreve situações de recolha de corpos retalhados de bebés e crianças, alguns decapitados." (ver relato ao lado)

Mais sete meses de guerra

Neste ataque, Israel assinalou a morte de dois comandantes militares do grupo terrorista Hamas. Perante o coro internacional de condenações à chacina, Benjamin Netanyahu admitiu ter-se tratado de "um acidente trágico", anunciou uma investigação independente ao caso. O primeiro-ministro israelita contra-atacou: "Para nós é uma tragédia, para o Hamas é uma estratégia. Não pretendo acabar com a guerra antes de todos os objetivos terem sido alcançados. Se cedermos, o massacre regressará e daremos uma enorme vitória ao terror, ao Irão."

Terça-feira, tanques israelitas entraram, pela primeira vez, no centro da cidade de Rafah. No dia seguinte, Israel anunciou o controlo do Corredor Philadelphi, zona-tampão de 14 quilómetros de comprimento entre Gaza e o Egito que o porta-voz das Forças de Defesa de Israel, Daniel Hagari, definiu como "oleoduto de oxigénio do Hamas" para contrabando de armas. No mesmo dia, autoridades israelitas faziam saber que a guerra está para continuar até ao fim do ano, pelo menos.

"Não há locais seguros em Gaza. Este horror tem de acabar", reagiu o secretário-geral da ONU, António Guterres. "Apelo ao pleno respeito pelo direito internacional e a um cessar-fogo imediato", acrescentou o Presidente francês, Emmanuel Macron. Das palavras aos atos, o Canadá anunciou a concessão de vistos a 5 mil palestinianos de Gaza com família no país.

Mas nenhum país foi tão longe como Espanha, Noruega e Irlanda, que, terça-feira, reconheceram formalmente o Estado da Palestina. "A comunidade internacional está a ficar impaciente com Israel e denota cada vez mais frustração e descontentamento", comenta ao Expresso Maria do Céu Pinto, professora de Relações Internacionais na Universidade do Minho.

Solução radical

"Estes reconhecimentos mostram que a comunidade internacional está a endurecer o tom e quer uma mudança radical no paradigma do conflito israelo-palestiniano. Está a sinalizar que este problema que se eterniza tem de ser resolvido pela raiz, através da única solução, que é a criação de um Estado palestiniano ao lado de Israel. No fundo, é opor ao radicalismo do conflito uma solução também radical que lance as bases da resolução do problema. É uma arma do último recurso, porque Israel já ultrapassou quase todos os limites. É colocar Israel perante a situação de ter de resolver definitivamente o conflito", defende a académica.

COM ESPANHA, NORUEGA E IRLANDA, ESTA SEMANA, SÃO JÁ 145 OS MEMBROS DA ONU A RECONHECER O ESTADO DA PALESTINA

Explosões, gritos e fedor a carne queimada

"As famílias viviam em tendas improvisadas, já de si vulneráveis. Quando as bombas caíram, o tecido das tendas não ofereceu proteção. Imagine uma mãe a tentar defender os filhos com o próprio corpo, sem ter como fugir. Muitas famílias ficaram encurraladas. O caos e o pandemónio tornaram a fuga impossível", relata Abd al-Wahab Hamad, falando com o Expresso a partir de Dar al-Balah, no centro de Gaza. Esteve em Rafah até há pouco: "Fomos transferidos para o centro devido à evacuação", conta. Responsável da ONG Juhoud for Community and Rural Development, diz que "as condições no campo eram catastróficas. Com poucos recursos e espaços sobrelotados, as pessoas lutavam para sobreviver. Durante o ataque, explosões estrondosas, gritos de socorro e fedor a carne queimada foram a dura realidade que as pessoas enfrentaram. Falei com um homem que perdeu toda a família. Quando o bombardeio começou, amontoaram-se na tenda e tentaram tranquilizar as crianças. Em segundos, tudo foi engolido pelas chamas. A mulher e três filhos morreram diante dos seus olhos. Ele ficou com a roupa do corpo e a lembrança assustadora desses momentos finais". M.M.

Antissemitismo ressurge no Ocidente

As **críticas a Israel não são antissemitismo**, mas o fenómeno está a crescer e preocupa comunidade judaica

Sexta-feira passada, uma escola privada para alunas judias na cidade canadiana de Toronto foi alvo de vários disparos. Ninguém ficou ferido, mas as autoridades reforçaram a segurança junto de sinagogas e instituições ligadas à comunidade judaica.

Em Melbourne, na Austrália, frases com referências à morte de judeus foram pintadas nos muros da escola Mount Scopus Memorial. Em Berlim, segundo o Departamento de Investigação e Informação sobre Antissemitismo (RIAS), desde 7 de outubro de 2023 são denunciados, em média, 10 incidentes antissemitas por dia. Nos Estados Unidos, entre 7 de outubro e 7 de janeiro de 2024, os ataques antissemitas subiram 360% em relação ao registado no mesmo período do ano anterior.

No Reino Unido, segundo o "Relatório de Incidentes Antissemitas 2023", do Community Security Trust (CST), houve um total de 4103 casos de ódio contra judeus durante todo esse ano. Mas só nos cerca de três meses entre 7 de outubro a 31 de dezembro foram registados mais de 2699 incidentes contra judeus.

Uma judia foi esfaqueada em Lyon, França, em novembro de 2023, e estrelas de David apareceram desenhadas nas paredes de casas de famílias judias. Nesse mês, o cemitério judaico de Viena foi incendiado e vandalizado. Dias antes, duas garrafas com líquido inflamável foram atiradas contra a sinagoga de Berlim. "Em todo o mundo ocidental, a experiência vivida desde o dia 7 de outubro pelas comunidades judaicas tem sido muito intensa, como não acontecia há muito tempo", começa por dizer ao Expresso George R. Wilkes, investigador no King's College London, que ajudou a ONG de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch a lançar um programa de atividades para combater o antissemitismo em 2023.

Nos Estados Unidos, entre 7 de outubro e 7 de janeiro de 2024, os ataques antissemitas subiram 360%

"Fora de controlo"

O rabino-chefe do país, Joseph Schudrich, avisa que o fenómeno "atingiu um ponto totalmente fora de controlo". A sua sinagoga, a principal da Polónia, em Varsóvia, foi atacada no dia 1 de maio com *cocktails* molotov. O que o preocupa mesmo é "o silêncio da liderança moral, de todos os democratas, das pessoas tolerantes, da sociedade europeia, do meio académico, dos formadores de opinião, dos *influencers*, de todos os que deviam ser capazes de falar muito claramente contra isto e não falam".

Wilkes concorda que é preciso lançar a rede mais longe. "Temos de procurar alianças que possam neutralizar este tipo de discurso nocivo, e, por isso, as comunidades afetadas têm de formar alianças e colaborar em público, sobretudo nas escolas. É tentador dizer que só os extremistas são antissemitas, ou anticiganos, ou antimuçulmanos, mas

"Temos de procurar alianças que possam neutralizar este tipo de discurso nocivo", alerta o perito George Wilkes



EXPRESSO.PT Leia no *site* a versão integral do trabalho sobre o crescimento do antissemitismo no Ocidente que se publica nesta página



O ataque israelita deixou em chamas uma área destinada a civis palestinianos deslocados pela guerra que dura desde outubro FOTO REUTERS

Espanha e Noruega foram protagonistas no último processo de paz entre israelitas e palestinianos. A Conferência de Madrid de 1991 sentou os dois lados à mesa, cara a cara e, dois anos depois, os Acordos de Oslo, mediados pela diplomacia norueguesa e assinados na Casa Branca, foram um primeiro passo no sentido da instituição dos dois Estados. Passados 30 anos, o processo jaz sob os escombros de Gaza, a expansão dos colonatos na Cisjordânia e a crescente judaização de Jerusalém Oriental, a parte árabe da Cidade Santa.

Num discurso ao país, o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, defendeu "um Estado viável com a Cisjordânia e a Faixa de Gaza ligadas por um corredor e Jerusalém Oriental como capital, reunificadas sob o governo legítimo da Autoridade Nacional Palestiniana (AP)" e com as fronteiras anteriores à guerra de 1967. Espanha juntou-se aos mais de 140 países que já reconheciam a Palestina a nível bilateral. Na União Europeia, era até agora o caso de oito: Bulgária, Chipre, Chéquia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia e Suécia.

"Existe um consenso internacional de que a única solução política para o conflito é a solução de dois Estados, mas afirmá-lo da boca para fora não terá qualquer efeito prático. Os países devem contribuir para a sua realização, reconhecendo o Estado da Palestina nas suas fronteiras de 1967 e ajudando a materializar a sua segurança e independência de uma forma prática", defende ao Expresso Ghassan Khatib, professor na Universidade de Birzeit, de Ramallah (Cisjordânia). "Enquanto Israel recusar esta ideia, só haverá um caminho pacífico para concretizar a solução de dois Estados. É preciso ajudar a estabelecer o Estado da Palestina, da mesma forma que o Estado de Israel foi estabelecido — com reconhecimento e apoio."

"OBJETIVAMENTE, NÃO É VIÁVEL A CRIAÇÃO DO ESTADO DA PALESTINA NO CURTO OU NO MÉDIO PRAZO", DEFENDE MARIA DO CÉU PINTO

Num telefonema com Sánchez, o presidente da AP, Mahmud Abbas, agradeceu a decisão "corajosa". Já Israel considerou-a "uma recompensa ao terrorismo". O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado hebraico chamou os embaixadores de Madrid, Oslo e Dublin e, antes de lhes transmitir a reprimenda, foi-lhes mostrado um vídeo com imagens de cinco jovens israelitas feitas reféns, na base militar de Nahal Oz, a 7 de outubro. As imagens foram captadas por câmaras corporais de atacantes do Hamas. Nas redes sociais, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Israel Katz, acusou Sánchez de ser "cúmplice do incitamento ao assassínio do povo judeu e de crimes de guerra".

No atual contexto de guerra em Gaza e ocupação da Cisjordânia, o reconhecimento da Palestina é, sobretudo, simbólico. "Objetivamente, não é viável a criação de um Estado palestiniano no curto ou médio prazo. Não só por causa do ódio radicalizado entre os dois povos, mas também porque o território palestiniano não é contíguo", prossegue Maria do Céu Pinto. "Há uma alternativa ao Hamas, que é a AP, mas está completamente desacreditada e sem força política. Neste momento, é irrealista pensar que o Estado possa ser criado."

Quem pode travar Netanyahu?

Quer o ataque a Rafah quer a determinação do Governo de Israel em continuar com a guerra criam pressão sobre os Estados Unidos. Quarta-feira, a partir da Moldávia, Antony Blinken afirmou: "Não creio que alguém que tenha visto as imagens (do ataque em Rafah) deixe der ser profundamente afetado por elas, apenas a um nível humano básico", disse o secretário de Estado americano.

A pressão para que Washington encoste Telavive à parede decorre muito do fornecimento de armas a Israel. "Fomos muito claros com Israel sobre o imperativo neste caso, como em outros, de investigar e determinar exatamente o que aconteceu e como aconteceu", acrescentou Blinken. "Não posso dizer que armas foram usadas ou como foram usadas. Tudo isso deve ser produto de uma investigação deliberada, mas também rápida. Aguardaremos os resultados."

"É impressionante como nada detém Netanyahu...", diz Maria do Céu Pinto, que vislumbra três possibilidades com potencial para travá-lo. Por um lado, "um ultimato claro dos Estados Unidos, com efeitos concretos em termos de suspensão da ajuda militar e económica". Uma segunda medida seria a aprovação de uma resolução no Conselho de Segurança da ONU que condenasse Israel e exigisse o fim das hostilidades. Uma terceira forma de pressão, que não deixaria indiferente o Governo de Israel, decorre dos 125 reféns ainda em posse do Hamas. "Se a questão pesasse tanto na opinião pública, poderia derrubar o Governo. Mas a sociedade israelita está dividida. Embora grande parte não goste de Netanyahu, reconheça a tragédia e concorde que a guerra está a levar a um fim trágico para os reféns, no geral a opinião pública acha que a guerra contra o Hamas deve ser prosseguida. O 7 de outubro traumatizou tanto a sociedade que ela acha que a guerra faz sentido."

mmota@expresso.impresa.pt

---

este não é um problema à margem da sociedade." Com o tempo, explica, "as microagressões podem estar a fazer aumentar as macroagressões, ou seja, o discurso de ódio pode levar alguém a cometer atos violentos ou pode estar a ajudar a justificá-los na cabeça das pessoas".

Teorias da conspiração

A instrumentalização da guerra e da dor genuína dos palestinianos por grupos radicais é a principal preocupação dos analistas que se têm dedicado a estudar o fenómeno, que tem raízes profundas, com pelo menos dois milénios, se considerarmos só desde a morte de Jesus Cristo, que ainda é atribuída aos judeus em muitos círculos radicais.

Mais de 100 anos após a publicação, na Rússia czarina, de uma das primeiras teorias da conspiração estudadas como tal — o livro "Protocolo dos Anciãos de Sião", que detalhava um alegado plano dos judeus para dominar o mundo — e 85 depois do início da II Guerra Mundial continuam a circular *cartoons* de senhores de nariz adunco com cordas enroladas nos dedos grossos a controlar o mundo como quem controla marionetas. "Ainda há essa bagagem. E, se pensarmos bem, se acreditarmos que os judeus foram responsáveis pela morte de Jesus, e se Jesus é filho de Deus, então quem é capaz de prejudicar Deus só pode ser o demónio, certo? É muito lógico até", diz ao Expresso Gunther Jikeli, historiador, sociólogo e investigador do Instituto para o Estudo do Antissemitismo Contemporâneo, na Universidade de Indiana "O antissemitismo esteve sempre lá, mais adormecido no passado recente, mas pode ser ativado facilmente. É o que estamos a ver."

Associação britânica recebeu 2010 queixas de ataques islamofóbicos entre 7 de outubro e 7 de fevereiro de 2024

David Feldman, diretor do Centro para o Estudo do Antissemitismo da Universidade de Birkbeck, em Londres, pede cautela a analisar os números presentes nesses "múltiplos estudos", que mostram uma subida muito acentuada de ataques. Como frisa o rabino Schudrich, "há críticas completamente legítimas a Israel, ao atual e a outros Governos de Israel". Ao telefone com o Expresso, Feldman nota que uma determinada expressão ou crítica só se torna antissemita "quando as pessoas recorrem a estereótipos, narrativas e imagens" que atacam "o povo, a etnia", não o atual Governo. "Não é invulgar fazerem-se comentários sobre nações, especialmente em Estados democráticos. Mas o antissemitismo não é isso. A maioria das críticas a Israel não é antissemita. Há uma visão antissemita do futuro dos judeus naquela parte do mundo, onde os judeus não têm direitos iguais. No entanto, diria que hoje quem não tem direitos iguais é o povo palestiniano."

Só no Reino Unido, uma única associação de proteção dos direitos dos muçulmanos, a Tell Mama, recebeu 2010 queixas de ataques islamofóbicos entre 7 de outubro e 7 de fevereiro, o número mais elevado desde 2011, quando foi criada. Na Alemanha, os ataques também cresceram a um ritmo preocupante: chegaram a ser documentados três incidentes por dia.

Apesar de a educação ser um dos caminhos defendidos por todos os analistas, Feldman defende uma abordagem mais focada no que acontece no dia a dia, não só no grande tema do Holocausto. "Claro que as pessoas são contra genocídios. O problema é reconhecer e compreender os estereótipos do antissemitismo quotidiano e o tipo de agressões que daí advêm." O aumento dos fenómenos nacionalistas e radicais, que usam como arma política ataques a minorias, e a simplificação do discurso nas redes sobre o conflito israelo-palestiniano abrem caminho a maior radicalização. Avisa Wilkes: "Isso acontece nos extremos políticos, mas também ao centro, porque é normalizado e, por isso, visto como mais aceitável."

ANA FRANÇA
afranca@expresso.impresa.pt

Guerra e Paz

Miguel Monjardino
guerraepaz.expresso@gmail.com



QUE ESTÁ A ACONTECER À ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL?

No final de julho de 2018, o "The New York Times" publicou um manifesto assinado por reputados académicos americanos a defender a importância da ordem liberal internacional. Segundo eles, esta ordem, que tinha criado as condições políticas para um longo período de paz e crescimento económico, devia continuar a ser liderada pelos Estados Unidos. Todavia, Donald Trump, na altura Presidente, ocupava-se a destruir o seu futuro.

Hoje, o conceito de ordem liberal internacional continua a ser utilizado para explicar as decisões da Casa Branca em relação à China, Rússia e Irão. Na Europa, muitos líderes políticos também o têm utilizado para justificar as suas escolhas políticas. O problema é que, entretanto, o conceito da ordem liberal internacional deixou de exprimir os factos, por ser incompatível com os interesses de Washington e de muitos países europeus e asiáticos.

Vejamos dois exemplos. O primeiro é a imposição pela Administração Biden de tarifas elevadas à importação de veículos e baterias elétricas fabricadas na China. Durante décadas, Washington pressupôs que as economias chinesa e americana eram complementares. Hoje, nem Pequim nem Washington acreditam nessa complementaridade. Independentemente de quem venha ser o próximo Presidente dos Estados Unidos, estes desenvolverão e executarão políticas industriais para os sectores mais avançados da economia. Estas políticas, que não são compatíveis com a ordem internacional liberal nem com os interesses de Wall Street, poderão determinar a bifurcação do mercado automóvel mundial e a diminuição do papel do dólar no sistema financeiro global.

O segundo facto é a posição de Washington em relação ao Tribunal Penal Internacional (TPI) após o pedido de um mandado de captura internacional para Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant. Antony Blinken foi extremamente crítico em relação ao TPI. Por um lado, a Administração Biden vê com enorme apreensão as decisões de Netanyahu na guerra contra o Hamas em Gaza. Por outro, num contexto internacional muito mais competitivo do ponto de vista ideológico e geopolítico, Washington sente que é importante continuar a defender Israel. O resultado é uma contradição evidente entre a retórica política e as decisões da Casa Branca.

O conceito da ordem internacional liberal resultou da convicção americana e europeia das vantagens geopolíticas do comércio livre, instituições internacionais e organizações como a NATO. Este conceito também alimentou a ilusão de que Washington e os seus aliados não teriam de estabelecer prioridades. Os outros convergiriam connosco por falta de alternativas ideológicas e económicas. Tem vindo a acontecer o oposto. Daí a disfuncionalidade do conceito.

Nós, por cá, não imaginamos as consequências do fim desta ordem. Todo o discurso político nacional assume a sua continuação. Uns fazem-no por hábito. Outros, por não quererem imaginar possíveis alternativas. A maioria do país, por seu lado, quer ter paz de espírito para poder continuar a ir ver o Benfica e beber umas Sagres no final do verão. Até ao dia em que seremos confrontados com as consequências de toda esta mudança.

ISLÂNDIA



Katrín Jakobsdottir renunciou à chefia do Governo para se lançar na corrida à chefia do Estado
FOTO PETRAS MALUKAS/GETTY IMAGES

'Grande festa da democracia' deve levar uma mulher à presidência

Ex-primeira-ministra e diretora-geral da Autoridade Islandesa para a Energia **são as candidatas principais**. População debate eleições com entusiasmo no espaço público

Mauro Mondello
em Reiquiavique

Os Vestfirðir, Fiordes Ocidentais, estendem-se como cauda até ao extremo noroeste da Islândia. É uma região solitária e remota, canto da Terra açoitado por vento e frio. Ao largo das enseadas sobre as quais se precipita o estreito da Dinamarca, impávido, a 30 milhas náuticas do Círculo Polar Ártico, situa-se a pequena cidade de Isafjörður, fundada no século IX e hoje habitada por pouco menos de três mil pessoas, rodeadas por montanhas sem fim, que impedem que o sol se veja durante grande parte do ano.

É no meio desta paisagem de outro mundo, em que tudo é branco e escuro ao mesmo tempo, que uma localidade elegante e arcana irá a votos este sábado, 1 de junho. Trata-se de eleger o novo Presidente da Islândia. Uma votação que a população sente de uma forma extraordinária e muito peculiar, se tivermos em conta que os habitantes da chamada Lýðveldið Ísland são pouco mais de 380 mil, dos quais 250 mil são eleitores. Na maioria dos outros países, estes números elegem o presidente da câmara de uma cidade de média dimensão, mas as proporções são diferentes no país do gelo e dos vulcões.

Todos se veem como PR

"Para nós, é como uma grande festa da democracia, um testemunho tangível de que esta pequena ilha, desde a declaração de independência da Dinamarca, em 1944, conseguiu construir um património de instituições sólidas", explica ao Expresso a paramédica Lisbeth Jonsdottir no pequeno hospital de Isafjörður. "É por isso que estamos tão apaixonados por estas eleições. O papel do Presidente, não sendo de todo político, é um papel em que todos os islandeses se podem imaginar, mesmo os que não se interessam por ideologias."

Serão as presidenciais mais disputadas dos últimos 44 anos. Após oito anos, Guðni Jóhannesson, professor universitário e chefe de Estado muito amado, decidiu, para surpresa geral, não concorrer ao terceiro mandato (há quatro anos ganhou com 93% e era o favorito desta vez). Entraram em campo 12 candidatos, recorde absoluto na história da república. Crê-se que quase nenhum teria avançado num cenário de recandidatura do Presidente tímido, culto e desajeitado que fez com que os islandeses se apaixonassem pela sua cultura e extraordinária capacidade de empatia.

> **As eleições são assunto de conversa nas piscinas municipais e nos bares de vinhos**

Foi essa renúncia inesperada que levou Katrín Jakobsdóttir a demitir-se à pressa do cargo de primeira-ministra para entrar na corrida, ato inédito que levantou questões de oportunidade. Por um lado, a instituição presidencial é vista como um simulacro apolítico. Por outro, a eleição de Katrín (todos a tratam pelo primeiro nome já que, na Islândia, ninguém usa um apelido patronímico; só se é tratado pelo primeiro nome, mesmo em contextos formais) acarretaria uma anomalia constitucional, por ir promulgar leis discutidas pelo seu Governo até há meses.

"Escolha muito egoísta"

"Katrín fez uma escolha muito egoísta. Por um lado, compreendo que pretenda aproveitar esta oportunidade, mas abandonou o cargo para o qual foi eleita, criou uma situação muito desagradável na frente legislativa e deu à eleição uma conotação muito política", diz Anna Magnusdottir, professora primária, de 45 anos, que desfruta de uma piscina na capital, com os filhos. "É uma candidata importante, tem todas as qualidades necessárias para ser uma boa Presidente, mas não vou votar nela."

Segundo as sondagens, a ex-governante é uma das duas candidatas mais fortes. Apesar de ser a favorita natural, tem o peso de ter deixado o Executivo nas mãos do aliado Bjarni Benediktsson, um dos políticos mais controversos e criticados do país, que esteve envolvido em inúmeros escândalos, como irregularidades na venda do banco estatal Íslandsbanki quando era ministro das Finanças, os Panama Papers, a violação embaraçosa das restrições durante a pandemia e declarações, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, a minimizar o ataque do exército israelita ao campo de refugiados palestiniano de Jabalia, no qual morreram 195 pessoas, metade das quais crianças. Com a taxa de aprovação mais baixa de sempre para um primeiro-ministro (13%), poderá ser um fardo pesado para Katrín, que propiciou a sua ascensão.

É também por isto que Halla Hrund Logadottir, diretora-geral da Autoridade Islandesa para a Energia, de 43 anos, está empatada com Katrín nas sondagens, ambas com cerca de 30%. Muitos gostariam de ver uma mulher tomar posse no Palácio de Bessastaðir, residência oficial do chefe de Estado. A única mulher a ocupar o cargo foi Vigdís Finnbogadóttir (1980-1996), a primeira em todo o mundo eleita democraticamente para chefe de Estado.

> **A primeira-ministra, que se demitiu para tentar ser Presidente, é criticada devido ao sucessor que deixou**

Halla é a figura mais próxima da muito amada Vigdís e considerada a candidata *hipster*. Gosta de ser fotografada a usar *lopapeysa*, a típica camisola de lã islandesa, a tocar acordeão ou a acariciar ovelhas, num passeio a cavalo ou na companhia da família. No entanto, caiu vários pontos após os debates públicos. Embora os islandeses gostem da imagem de Halla, gostam muito menos da sua tendência para não exprimir opiniões de forma assertiva. "Antes de a ouvir falar na televisão, tinha a certeza de que teria o meu voto, parecia perfeita para Presidente: fresca, simpática, inteligente e mulher", diz Jon Jonsson, de 55 anos, funcionário de uma empresa de informática. "Agora já não sei bem em quem votar. Talvez acabe por escolher o Baldur."

Há muitos indecisos em Reiquiavique. Mesmo no Vínstúkan Tíu sopar, um dos bares de vinhos mais movimentado da capital, as presidenciais são o tema mais debatido. Um grupo de rapazes na casa dos 20 anos fala do desejo de votar em Baldur Þórhallsson, professor de Ciência Política, académico, ativista dos direitos civis, que seria o primeiro Presidente abertamente *gay* do mundo eleito numa eleição democrática. A sua improvável vitória (tem 20% das intenções de voto) seria um sinal importante num país que registou grandes recrudescimentos homofóbicos nos últimos dois anos.

"Sou tão velha que votei em todas as presidenciais desde 1951", diz Edda Jónsdóttir, de 101 anos, residente do lar de idosos Eir Hjúkrunarheimili, nos arredores da capital. "Durante este tempo compreendi uma coisa: um bom Presidente pode ser uma mulher ou um homem, pode ser mais ou menos jovem, pode ser heterossexual ou homossexual, é igual. O que importa é que seja amável e, sobretudo, que seja humano, que compreenda as pessoas", conclui.

internacional@expresso.impresa.pt

REINO UNIDO

Mudança ao fim de 14 anos com os *tories*?

Trabalhistas são favoritos numa eleição antecipada por decisão de Rishi Sunak

1 Porque vai haver eleições a 4 de julho?

Porque o primeiro-ministro decidiu. Não era obrigatório antes de janeiro de 2025. Há quem creia que Rishi Sunak (20 pontos percentuais atrás dos trabalhistas nas sondagens) quis evitar cenário pior. "Ao longo do verão é provável que cheguem mais migrantes de barco, e a economia não está a recuperar tão depressa como os conservadores esperavam", afirma ao Expresso a politóloga Alia Middleton. Isso terá anulado "o plano de fazerem uma série de anúncios de gastos antes de uma eleição no outono".

2 É inevitável uma derrota do Governo?

Os estudos de opinião sugerem que sim. Embora frisando que "as campanhas podem reduzir as diferenças", Middleton acredita que os trabalhistas de Keir Starmer beneficiarão do descontentamento com 14 anos de Governos conservadores (e cinco primeiros-ministros!), da saída pelo próprio pé de 75 deputados do partido governante e da debilidade do Partido Nacional Escocês (SNP), seu concorrente a Norte, que trocou de líder duas vezes em ano e pouco e está desgastado por 17 anos no Governo regional. O eurocético Partido Reformista (antigo partido do 'Brexit') também disputa votos aos *tories*.

3 Como são eleitos os 650 deputados?

Em círculos uninominais a uma só volta, em que vence o mais votado, quer tenha maioria ou não. O sistema favorece os grandes partidos (trabalhistas e conservadores) e os de forte implantação regional, como os nacionalistas escoceses e galeses e os unionistas e republicanos da Irlanda do Norte. Prejudica forças médias de cariz nacional (liberais, eurocéticos e verdes).

4 Que fatores ajudarão a decidir o voto?

Entre os mais de 47 milhões de eleitores, há 10% a 20% de indecisos, dizem as sondagens. Middleton afirma que será "definitivamente a economia" a persuadir muitos, "sobretudo a disparidade entre uma campanha conservadora que diz que o plano está a funcionar e o que os votantes sentem na algibeira". A perita frisa que uma em cada cinco pessoas em Inglaterra está nas listas de espera do serviço de saúde. Os dois debates (um terça-feira, na ITV, outro a agendar, na BBC) podem ajudar a formar opiniões.



5 Quais são as datas importantes?

O Parlamento foi dissolvido quinta-feira. As candidaturas a deputado podem ser apresentadas até 7 de junho e os eleitos tomarão posse a 9 de julho. A abertura solene da legislatura está prevista para dia 17, na presença do rei Carlos III. Antes disso haverá Governo. Em caso de maioria absoluta, logo no dia 5, se forem necessárias negociações, como em 2010 e 2017, pode demorar um pouco mais.

Pedro Cordeiro
pcordeiro@expresso.impresa.pt

LEIA "A VELHA E POUPADINHA ALBION VAI ÀS URNAS" NO CADERNO DE ECONOMIA E30

ENTREVISTA



EXPRESSO.PT Leia na edição digital a entrevista completa a Nathalie Loiseau

Nathalie Loiseau Eurodeputada francesa do grupo político liberal Renovar a Europa

"A extrema-direita não quer uma solução para as migrações"

Texto **HÉLDER GOMES**
Foto **NUNO BOTELHO**

Nas europeias de 2019, a lista que encabeçava ficou a apenas 1% do Reagrupamento Nacional (RN, de Marine Le Pen), que venceu as eleições em França com 23%. Nathalie Loiseau é eurodeputada desde então e integra o grupo político liberal Renovar a Europa. Foi ministra dos Assuntos Europeus entre 2017 e 2019, no segundo Governo de Édouard Philippe. Em 2021 juntou-se ao Horizontes, partido de centro-direita recém-fundado por este último. É agora porta-voz da Besoin d'Europe (Necessidade de Europa), uma lista às europeias de junho que agrega o Renascimento (antigo Em Marcha, de Emmanuel Macron), o Movimento Democrático, o Horizontes, a União dos Democratas e Independentes e o Partido Radical. Numa passagem recente por Lisboa, Loiseau falou com o Expresso na Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

P O Renovar a Europa é o terceiro maior grupo no Parlamento Europeu (PE), mas as sondagens sugerem que a extrema-direita aumentará muito a sua representação. Quão preocupada está?
R É, de facto, um momento preocupante, porque a extrema-direita tem estado presente no Parlamento Europeu e a extrema-direita em França ficou em primeiro lugar nas duas eleições europeias anteriores. Desta vez o que é novo é que em alguns países onde era basicamente inexistente, como na Alemanha, nos Países Baixos e em Portugal, a extrema-direita está a crescer. E está a crescer sem qualquer interesse em construir respostas europeias para os cidadãos europeus. Estão interessados em bloquear o que está a acontecer. Perderam todas as oportunidades importantes para os cidadãos europeus. É, portanto, uma preocupação direta com a vida quotidiana dos cidadãos europeus.

P E qual terá sido a estratégia do RN ao colocar Jordan Bardella como presidente? Não é Le Pen quem comanda?
R É o tipo do *clip* publicitário. Não precisa de falar, apenas mostra a cara. E quando lhe perguntam algo sobre a Europa e o que fez no PE, ele muda de assunto. Porque não fez nada. Todos sabemos que tem 70% de taxa de absentismo... Bem, pelo menos temos um campeão olímpico em França. Sabemos que não escreveu um único relatório em cinco anos. Apresentou 21 emendas durante esse período, quando a média é de três mil para um eurodeputado comum. Portanto, sim, é apenas um jovem bem-parecido que aprende uns tópicos para poder falar e tira *selfies*. É a última etapa do fim da política, uma espécie de política TikTok.

P Sente-se confortável com o Pacto para a Migração e Asilo recentemente aprovado no PE?
R Sim, penso que temos de discutir com os países de origem da migração e com os países de trânsito da migração, independentemente de gostarmos ou não da forma como são governados. Mas não devemos deixar-nos chantagear por países terceiros. Esta é também a razão por que me oponho muito a esta noção, que foi tentada pelo Reino Unido e está a ser analisada por Itália, de enviar requerentes de asilo para países terceiros supostamente seguros. Isso torna-nos dependentes de Estados que não controlamos. Podem decidir o que quiserem e estamos a pedir-lhes algo. Por isso prefiro o que decidimos ao votar o Pacto para a Migração e Asilo, lidar com migrações irregulares nas nossas fronteiras, assumir mais responsabilidades do que pedir a outros que o façam. Aceitámos durante alguns anos não ter uma política de migração na Europa. Foi o que aconteceu depois de 2015. E se um país diz 'bem, desculpem, mas não queremos migrantes', moralmente não gosto, mas isto acontece e não se pode enviar alguém que não quer ir para um sítio onde não o querem receber. Mas terão de pagar e de mostrar solidariedade de uma maneira diferente. Portanto, penso que o pacto é um bom equilíbrio entre solidariedade, humanidade e firmeza.

> "NÃO PASSAMOS UM CHEQUE EM BRANCO A URSULA PARA UM SEGUNDO MANDATO"



Loiseau trocou o partido Renascimento, do Presidente francês Emmanuel Macron, pelo Horizontes, do antigo primeiro-ministro Édouard Philippe

P Mas a extrema-direita agarra-se a isso para ganhar mais votos...
R A extrema-direita não quer uma solução para as migrações, porque é esse o seu combustível eleitoral. Se quisessem uma solução, teriam votado a favor do Pacto para a Migração e Asilo, porque seria um avanço. Nem sequer aceitaram dar esse passo, porque no dia em que resolvermos o problema de que irão falar? De nada.

P Como avalia o *flirt* entre Ursula von der Leyen e a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, relativamente às migrações e ao Pacto Ecológico? É só porque Von der Leyen precisa de reunir apoios para um segundo mandato como presidente da Comissão Europeia?
R Ela precisa de votos, por isso está a fazer campanha...

P Certo, mas isso não contribui também para a erosão do projeto europeu aos olhos do público?
R Não sou apoiante da senhora Meloni, mas tenho de reconhecer que entre o que ela disse quando estava em campanha e o que está a fazer como primeira-ministra há uma diferença: disse que haveria uma política de migração zero e agora convidou 400 mil migrantes para Itália, o que também diz muito sobre o quão fiável a extrema-direita pode ser. Mas aceitou igualmente uma solução europeia para a migração e está a aplicá-la, por isso, pelo menos, não está a distanciar-se do que foi decidido. Estou mais cética e preocupada com as questões sociais. A forma como está a substituir diretores de rádios e televisões é inquietante. Sempre que um político quer ter uma palavra a dizer sobre os meios de comunicação social, fico muito preocupada. A forma como está a tentar restringir o direito ao aborto em Itália também é muito alarmante. Quanto a Von der Leyen, quer voltar a ser presidente da Comissão Europeia, por isso tem de fazer campanha. Mas ainda estou à espera de conhecer o seu projeto para um segundo mandato. Apoiámo-la no primeiro e tenho de elogiar o que fez em relação à covid-19 ou ao Pacto Ecológico, por exemplo. Mas qual é o seu programa para o segundo mandato? O meu grupo político não lhe passa um cheque em branco.

hgomes@expresso.impresa.pt

ESPANHA



EXPRESSO.PT Leia no *site* a versão integral deste trabalho

Amnistia passa, mas há dúvidas jurídicas

Lei que beneficia independentistas catalães é criticada à direita. Deve permitir o regresso do ex-governante e fugitivo Carles Puigdemont

O Congresso dos Deputados espanhol aprovou, quinta-feira, a lei de amnistia cuja gestação marcou a política nacional nos últimos dois anos, polarizando posições entre o Governo de coligação à esquerda e a oposição conservadora. No passado domingo, o Partido Popular (centro-direita) organizou a mais recente de cinco manifestações populares contra a nova lei, reunindo dezenas de milhares de pessoas em várias cidades. Durante a votação, deputados da direita gritaram "Traidor" dirigindo-se ao primeiro-ministro Pedro Sánchez e a outros membros do Executivo.

A lei, cuja passagem com 177 votos a favor anulou o veto do Senado (onde a direita tem maioria), visa pôr fim a dez anos de pugnas motivadas pelas aspirações independentistas de parte da sociedade catalã. A declaração unilateral de independência do então presidente autonómico, Carles Puigdemont — na sequência do referendo ilegal de 1 de outubro de 2017 — levou Madrid a suspender a autonomia catalã e a abrir um processo judicial que valeu severas penas de cadeia aos protagonistas da aventura separatista. O Governo de Sánchez — coligação entre o seu Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE, centro-esquerda) e a frente de esquerda radical Somar — indultou-os em 2021.

"Com esta lei, encerra-se uma etapa de graves tensões e conflitos, uma década perdida em que ninguém ganhou e a Catalunha ficou imobilizada", assegura ao Expresso o ministro Félix Bolaños, responsável pela Justiça, Presidência e Assuntos Parlamentares, um dos artífices das negociações. Se os indultos perdoam penas, a amnistia apaga o delito, numa espécie de "esquecimento legal". A própria palavra vem do grego antigo "amnésia".

Em troca de poder

A medida não é produto da generosidade de Sánchez, mas das exigências dos partidos catalães com assento no Parlamento espanhol para apoiarem a sua manutenção no poder quando ficou em segundo nas legislativas de julho de 2023, e depois de o líder do PP, Alberto Núñez Feijóo, não ter reunido apoios para ser investido primeiro-ministro.

Feijóo acusa o socialista de ter mentido aos espanhóis, pois em tempos assegurava que a amnistia era impossível à luz da Constituição: "Não se pode permitir que um primeiro-ministro consiga a investidura a troco da impunidade judicial de delinquentes."

O Governo, apoiado por juristas, defende que a Lei Fundamental de 1978 não proíbe expressamente a amnistia. Do outro lado, especialistas frisam que tal norma equivale a um indulto geral, banido no seu artigo 62.

A lei dá dois meses a quem tem a competência — os mesmos tribunais e juízes que abriram os procedimentos judiciais — para levá-la à prática. Abarcará infrações entre 1 de novembro de 2011 e 13 de novembro de 2023, e delitos como prevaricação, desordem pública ou ações policiais de repressão. Calcula-se que beneficie cerca de 400 figuras de primeiro plano, entre políticos, titulares de cargos públicos e funcionários do Estado, e 600 pessoas com envolvimento menor. Ficam excluídos delitos muito graves, como terrorismo, tortura e outros contra a paz e a segurança.

O antigo presidente Puigdemont, fugido à Justiça desde 2017, está sob mandado de busca e captura. Só com a amnistia poderá voltar a Espanha sem risco de prisão. Fontes do Conselho Geral do Poder Judicial afirmam ao Expresso que não deve suceder antes da terceira semana de junho.

A nova lei pode ser atrasada por pedidos de esclarecimento sobre constitucionalidade, ou sobre se colide com normas europeias fundamentais, como a definição de delitos de terrorismo. Tais questões teriam de ser dirimidas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), podendo suscitar medidas cautelares.

ÁNGEL LUIS DE LA CALLE
Correspondente em Madrid
internacional@expresso.impresa.pt

Andreia Jacinto tem 21 anos e soma 38 jogos pela seleção nacional. Alinhou por Portugal no último Mundial, e agora vai ajudando a que o país se qualifique para o terceiro Europeu seguido
FOTO BUDA MENDES/FIFA/GETTY IMAGES

Andreia Jacinto Jogadora da seleção nacional feminina

"As meninas já crescem com jogadoras como referências"



PEDRO BARATA
em San Sebastián

Em agosto de 2023 Andreia Jacinto teve "uma ou duas semanas de depressão". Quando pensava "naquele momento", ficava triste, tinha pesadelos, a mente ia para lugares escuros. A culpa era de um remate, uma bola, um poste, de um lance em que o golo mais importante da história da seleção esteve ali tão perto.

Já passaram mais de nove meses do tiro de Ana Capeta ao poste, do instante em que Portugal, estreante em Mundiais, esteve a centímetros de eliminar os EUA, então bicampeãs em título. Mas Andreia Jacinto, que após o 0-0 de Auckland esteve longos minutos sentada no chão do Eden Park, de olhar perdido e lágrimas escorrendo pela face, não esquece "a sensação de ter estado tão perto". Mas, além da mágoa, também se lembra "de ficar cheia de orgulho" pela exibição.

Andreia Jacinto fala sentada na bancada de um dos campos de Zubieta, a cidade desportiva da Real Sociedad. Está um dia basco, em que períodos de sol se misturam com a vinda de nuvens que até preveem a chegada de chuva. O clima, dado ao cinzentismo, é a parte que a média, de 21 anos e com 38 internacionalizações pela seleção nacional, menos gosta da vida em San Sebastián, onde vai na segunda temporada. A conversa dá-se tendo como banda sonora as obras de construção do que será um edifício dedicado ao futebol feminino da Real.

Emigrar para "prever e antecipar"

"É um clube muito familiar", diz Andreia sobre o emblema que já representou 62 vezes. A apreciação é confirmada pela simpatia e amabilidade de quem anda por Zubieta, onde todos se parecem conhecer. Mas o ambiente carinhoso não significa que competir em Espanha, país campeão do mundo, seja sinónimo de facilidades.

Comparando o campeonato do país vizinho com o português, Jacinto descreve uma liga "bastante mais competitiva" do que a nacional, com "velocidade de jogo maior", "ritmo mais elevado", "mais agressividade", sem "quebras físicas" durante as partidas.

Para sobreviver no meio-campo, a portuguesa teve de "crescer muito". Não por opção, mas por necessidade. "Fui forçada a puxar por mim, a adaptar-me. Estando no centro do jogo, tive de prever jogadas e antecipar antes de ter a bola, senão era desarmada", explica. A exigência convoca mente e pernas: "Se falhas uma ação técnica simples, tens de ser tu a ir correr atrás da bola e isso desgasta. Tens de estar muito concentrada."

> "TIVE DE APRENDER QUE A DERROTA É ALGO QUE ACONTECE MUITO E TEMOS DE SABER LIDAR COM ELA"

Jacinto ainda sara as feridas de um choque com a maior potência do futebol feminino. A 18 de maio, na final da Taça da Rainha, a Real Sociedad defrontou o Barcelona, recém-sagrado bicampeão da Europa. O resultado foi um atropelo em forma de 8-0.

Nas duas épocas de Sporting antes de emigrar, somou nove derrotas. Nestas duas temporadas na Real, que tem vivido a meio da tabela, a equipa já perdeu 18 vezes.

Ser mais vezes sujeita a desgostos tem sido outra fonte de crescimento. No começo em San Sebastián custava-lhe "imenso digerir as derrotas", mas, com a ajuda do psicólogo do clube, obteve "uma importante lição": "Tive de aprender que a derrota é algo que acontece muito e temos de saber lidar com ela. Agora uso os desaires para aprender, refletir e passar para o encontro seguinte", confessa.

O medo

A seis dias da final contra o Barcelona, a Real foi jogar ao terreno do Tenerife. E sentia-se "receio". Porquê? Trata-se de um relvado sintético onde recentemente cinco jogadoras sofreram lesões no ligamento cruzado anterior, um problema que, segundo estudos recentes, as mulheres têm até seis vezes mais hipóteses de sofrer.

Andreia Jacinto descreve a "tensão" no plantel naquela semana. Ao pisar o relvado, passa pela cabeça um "*uff*, este campo...", as dúvidas invadem a mente, a memória recorda as notícias das lesões de colegas. Para a internacional "não faz qualquer sentido que jogadoras profissionais, numa liga profissional no país campeão do mundo, tenham de jogar em campos assim, sem respeitar a saúde das futebolistas." Gera-se "medo", diz, com uma face de preocupação que rima com as palavras que lhe saem da boca.

> "JÁ TEMOS A OBRIGAÇÃO DE COLOCAR PORTUGAL SEMPRE NOS GRANDES PALCOS"

A própria Real tem de treinar, por vezes, em sintético, situação que acabará quando as obras estiverem concluídas. Andreia reconhece que em todo o futebol feminino as condições "têm melhorado", mas esse processo "deve ser acelerado" e, para isso, falar é importante: "Às vezes temos de ser incómodas, de levantar a voz."

"Jogar para as gerações futuras"

Antes do final da época de clubes, Andreia Jacinto viajou para se juntar à seleção nacional, que terá um duplo confronto frente à Irlanda do Norte (o primeiro já esta sexta-feira, 31 de maio, às 20h45, em Leiria) a contar para a liga B da Liga das Nações e também para a qualificação para o Euro 2025.

A média acredita que as portuguesas que emigram podem "acrescentar algo de diferente" à seleção, porque "são expostas a outra intensidade", o que "contagia". E, depois das estreias — em Europeus em 2017, em Mundiais em 2022 —, acha que é tempo de elevar a fasquia: "Já temos a obrigação de colocar Portugal sempre nos grandes palcos. Podemos jogar olhos nos olhos contra qualquer seleção."

A meio de uma frase, Andreia lembra uma espécie de mote desta equipa nacional, que "joga para as gerações futuras", continuando uma evolução que ela, com esperança no olhar, retrata: "Quando eu tinha 10 anos, não conhecia nenhuma equipa de futebol feminino, não sabia nada de futebol feminino, era como se não existisse. Agora, as meninas já crescem com jogadoras como referências."

No fim das partidas da Real há sempre filas de meninos e meninas gritando pelas futebolistas, pedindo fotografias e camisolas. Ver ali rapazes leva Jacinto a pensar que "nas próximas gerações a mentalidade será diferente". E, por falar de futuro, tem uma "certeza" quanto ao remate de Capeta que lhe provocou pesadelos: "Da próxima vez, aquela bola entrará. Tem de entrar."

pmbarata@expresso.impresa.pt

Vidas Perfeitas

Por **Carla Quevedo**



1928-2024 Compositor norte-americano, é autor, juntamente com o irmão Robert Sherman, de alguns dos maiores sucessos musicais para crianças da Disney

Richard Sherman

O Conselho Britânico de Classificação Cinematográfica considerou há poucos meses que o clássico "Mary Poppins", de 1964, deveria ser objeto da sua maior atenção por causa da linguagem, que seria desadequada ao seu público. Após uma investigação cuidada, o Conselho recomendou que o filme fosse visto com "supervisão parental", porque uma das personagens, o Almirante Boom, refere-se às crianças com fuligem na cara como "hotentotes", um termo depreciativo para designar uma tribo da África Austral. A notícia é quase incompreensível, porque o que fica de "Mary Poppins" na memória é Julie Andrews como ama inglesa excêntrica que voa com um guarda-chuva, as crianças Banks, um limpa-chaminés (daí a fuligem) e o termo 'supercalifragilisticexpialidocious'.

A palavra de 34 letras é o título de uma canção e designa o que se diz quando não se sabe o que dizer. O significado é para lá de "maravilhoso", "espetacular" e "excecional" — é uma palavra para dizer que "não há palavras", por isso é tão longa e composta de várias. Os inventores do termo e da canção, bem como de todas as canções de "Mary Poppins", são os irmãos Robert Sherman e Richard Sherman, ou "The Boys", como lhes chamava Walt Disney.

Richard Morton Sherman morreu a 25 de maio no Cedars-Sinai Medical Center, em Los Angeles, vítima de doenças relacionadas com a sua idade avançada. Tinha 95 anos, e não por acaso é a empresa Walt Disney que comunica o seu falecimento. Nascido a 12 de junho de 1928, em Nova Iorque, Richard é o irmão mais novo de Robert Sherman, que desapareceu em 2012. Os pais são filhos de imigrantes russos judeus, Al Sherman e Rosa Sherman, *née* Dancis, e o ambiente em que crescem é artístico. Cada um dos irmãos quer seguir profissões diferentes. Robert quer ser escritor e Richard quer compor sinfonias. Até que o pai lhes lança um desafio. Apostava com ambos que não conseguiriam compor e escrever em conjunto uma canção que alguém quisesse comprar.


FOTO KEVIN WINTER/GETTY IMAGES

Em 1990, os irmãos são considerados lendas da Disney e, em 2005, Richard e Robert entram para o Songwriters Hall of Fame

Pretenderia com isso chamar a atenção para a dificuldade do que fazia? É que Al Sherman era compositor na Tin Pan Alley. Ou intuiria nos filhos a parceria de enorme sucesso que formariam? Richard Sherman estudara piano, flauta e flautim *(piccolo)* em Beverly Hills, na Califórnia, para onde a família se mudara quando ele tinha 9 anos. Mais tarde estudaria música no Bard College, no estado de Nova Iorque.

Estávamos em 1951, e o resultado do desafio lançado por Al Sherman seria 'Gold Can Buy Anything (But Love)', tema gravado por Gene Autry. Mas o primeiro êxito dos irmãos Sherman chegaria em 1959. 'Tall Paul' foi um sucesso cantado por Annette Funicello no desaparecido "The Mickey Mouse Club". O tema chamaria a atenção do próprio Walt Disney, que encomendou uma canção para o filme "The Parent Trap", de 1961. Os irmãos Sherman conceberam o tema alegre 'Let's Get Together', e Walt Disney contratou-os como "compositores residentes" dos estúdios Disney. A década de 60 seria prolífica para Richard e Robert, ao ponto de ganharem dois Óscares com "Mary Poppins", em 1965, por Melhor Banda Sonora Original e por Melhor Tema Original com a canção 'Chim Chim Cher-ee'. 'Supercalifragilisticexpialidocious' entrava para o Top 100 da "Bilboard" e 'Feed the Birds' tornar-se-ia o tema preferida de Walt Disney. De vez em quando pedia aos irmãos que tocassem o tema no piano que tinha no seu escritório. Quem cantava era Richard.

A relação entre os irmãos foi explorada mais tarde na vida de ambos. Como era a parceria entre estas duas pessoas que tinham pensado em temas tão definitivos como 'It's a Small World', que o próprio Richard considerava um "earworm", ou tema que entrava no ouvido para de lá nunca mais sair, até porque era ouvido em todos os parques temáticos da Disney em todo o mundo. Richard arrumava o assunto com uma frase clássica e vaga: "Robert era mais introvertido; eu era mais extrovertido." O que se sabe a partir daqui? Muito pouco ou quase nada, mas é de facto Richard quem toma a iniciativa na apresentação das canções. É mais falador, mais comunicativo e parece mais alegre.

Os prémios sucedem-se, com um Grammy e dezenas de discos de platina e ouro. Ao todo escreveriam mais de 200 canções para 27 filmes e 24 produções televisivas, entre os quais estão "Winnie the Pooh and the Honey Tree", de 1966, "The Jungle Book", de 1967, com o tema extraordinário 'Trust in Me', "The Aristocats", de 1970, temas para parques temáticos como 'There's a Great Big Beautiful Tomorrow' e 'The Tiki, Tiki, Tiki Room', além de 'It's a Small World', que Richard descrevia como "uma oração pela paz". Na década de 70, os irmãos saíam dos estúdios da Disney, mas não deixavam de colaborar para outros sucessos, como 'Chitty Chitty Bang Bang', 'Snoopy Come Home', 'Charlotte's Web', 'The Adventures of Tom Sawyer' e 'Huckleberry Finn'.

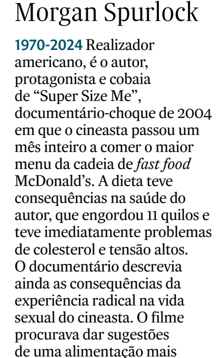
Em 1990, os irmãos são considerados lendas da Disney e, em 2005, Richard e Robert entram para o Songwriters Hall of Fame. Três anos depois são galardoados com a National Medal of the Arts pelo facto de as suas canções "darem alegria a milhões de pessoas".

Richard Sherman continuou a compor depois da morte do irmão e, em 2023, por causa de um documentário, regressou ao escritório de Walt Disney para tocar 'Feed the Birds', num momento comovente. Deu sem dúvida alegria a milhões de pessoas com as suas canções. Não se imagina melhor vida nem melhor epitáfio.

Obituário

Por **Rui Gustavo**





Morgan Spurlock

1970-2024 Realizador americano, é o autor, protagonista e cobaia de "Super Size Me", documentário-choque de 2004 em que o cineasta passou um mês inteiro a comer o maior menu da cadeia de *fast food* McDonald's. A dieta teve consequências na saúde do autor, que engordou 11 quilos e teve imediatamente problemas de colesterol e tensão altos. O documentário descrevia ainda as consequências da experiência radical na vida sexual do cineasta. O filme procurava dar sugestões de uma alimentação mais saudável, entrevistou pessoas que só comiam McDonald's há anos e levou a empresa, já depois da estreia, a publicar anúncios na imprensa em que explicava que os hambúrgueres e os McNuggets tinham de ser conjugados com uma "dieta saudável". A gigante da *fast food* considerou o filme "irrealista", mas o menu Super Size foi banido. A fita foi um sucesso planetário e seria nomeada para o Óscar de melhor documentário, mas perdeu para "Born Into Brothels", de Ross Kauffman e Zana Briski, sobre crianças criadas em prostíbulos na Índia. Demorou um ano a voltar ao peso normal e realizou mais uma dezena de filmes. Assumiu que era parte do problema quando o movimento *#metoo* rebentou nos Estados Unidos e que o seu comportamento tóxico esteve na origem do divórcio com a mulher. Dia 23, de cancro.



Bill Walton

1952-2024 Basquetebolista americano, foi o MVP (melhor jogador) da época de 1977/78 e o melhor jogador da final de 77 que ganhou pelos Portland Trailblazers. Venceu mais um título em 86 a jogar pelos Celtics e já depois de pendurar os ténis teve uma segunda vida como um dos mais bem sucedidos comentadores da modalidade, nas transmissões televisivas que popularizaram a NBA pelo mundo inteiro. Foi um prodígio desde o início da carreira — escolha nº 1 do *draft* de 1974 e só as lesões o impediram de voar ainda mais longe. Dia 27, de cancro.

➲ **Santana Castilho (1944-2024)**, professor e pedagogo, foi membro de um Governo liderado por Pinto Balsemão em que era subsecretário de Estado do ministro da Educação, Fraústo da Silva. Escrevia desde 2001 no "Público", jornal que lhe chamou o "professor que detestava o eduquês" no epitáfio. Era um crítico acérrimo das políticas do PS para a Educação e do que chamava "cegueira ideológica" dos sucessivos ministros desta pasta. Dia 29, de uma doença não especificada que o impedia de escrever desde março. ➲ **Charlie Colin (1966-2024)**, músico americano, era baixista e fundador dos Train, *one-hit band* autora de 'Drops of Jupiter', sucesso pop-rock dos anos 2000. Foi despedido do grupo em 2003 por causa do abuso de drogas e ainda tocou nos Painbirds e nos The Side Deal. Dava aulas de música em Bruxelas, cidade onde deu uma queda no duche que lhe seria fatal. Dia 23.

Cartas da semana

Os originais das cartas não devem ter mais de 150 palavras, reservando-se a Redação o direito de as condensar. Os autores devem identificar-se indicando o nº do B.I., a morada e o nº do telefone. Não devolvemos documentos que nos sejam remetidos. As cartas também podem ser publicadas na edição *online*.

Para contacto:
Cartas@expresso.impresa.pt

A gestão da água

Num texto publicado nesta coluna há algum tempo, no qual abordei a velha questão da ocupação ilegal de Olivença feita pela Espanha desde 1801, terminei pedindo ao nosso governo muita firmeza para tratar esse assunto, porque se perspetivava uma tentativa espanhola de obtenção de água de Alqueva — eles acabariam por alegar que têm direito a ela e sugeri que, para haver prováveis negociações, fosse exigida a prévia devolução de Olivença. Parece que se confirma o que eu previ, exceto na tal devolução que Espanha não está interessada em equacionar, acostumada que está a considerar-se senhora de toda a Península Ibérica e lá vão 'sacando' muita água no Poceirão a custo zero. Sendo esta um bem cada vez mais escasso no nosso Sul, é óbvio que a água de Alqueva será o recurso adequado para suprir as carências básicas do Algarve, e acho sensata a decisão de aliviar agora as restrições que vigoravam. É essencial que não seja descurada a vigilância da evolução da relação das reservas com o consumo e não posso deixar de referir a estafada afirmação de haver perdas elevadas devido a deficiências da rede algarvia quando, o mais provável, é haver sim, muitas ligações clandestinas.

Celerino Pereira Dias, Viana do Castelo

Da Ribeira da Granja

A Ribeira da Granja, que atravessa a cidade do Porto, tem 6,5 km de extensão, 80% dos quais encanados. Nasce no Padrão da Légua e recebe outro ribeiro na Arca d'Água. Unem-se em Ramalde do Meio. Além de mais alguns pequenos regatos que nela vão desaguando, acaba no rio Douro. Tem sido possível a qualquer pessoa verificar nas zonas que a Ribeira da Granja segue a céu afastado, que não poucas vezes muda de cor. Ou seja, haverá descargas, do que possa ser e por quem possa ser feito, que talvez nunca devessem poder acontecer: poluem e tornam feio um bem público. Será por certo do máximo interesse que estes troços de água, que correm pela cidade, estejam limpos e que possam ser vistos com gosto por quem é de cá e por quem visita o Porto. Há que elogiar a PSP do Ambiente do Porto, por todo o empenho que tem tido, ao estar no terreno a tentar sempre descobrir quem possa ser que polui a Ribeira da Granja, e em simultâneo também enaltecer as Águas do Porto, que têm vindo a tentar fazer este controlo.

Augusto Küttner, Porto

Militares e cabides

Desde que me conheço, fui tropa. Filho, neto e bisneto de militares, a tropa acompanhou-me desde o berço. Ainda menino, assentei praça no Colégio Militar. Seguiu-se a Academia Militar e depois a Força Aérea, incluindo serviço no Ultramar. Reformado, não despi a farda. Há anos, vi um oficial general, ao entrar para uma cerimónia religiosa, entregar o boné e luvas à sua ajudante de campo, alferes, assim promovida à categoria de cabide. A moda pegou. De tal forma, que chegou à Presidência da República. Tornou-se comum, ver na televisão, uma das ajudantes de campo do Presidente ajoujada ao peso de uma velha pasta, que presumo não ser dela. Há dias, foi a vez de outra oficial superior carregar com o sobretudo do Presidente. Um militar não é um cabide.

Luís Barbosa, Lisboa

Carta a Luís Marques

"Bem-vindos à primeira guerra comercial do século XXI, que opõe os EUA e a China." Assim começa o artigo de Luís Marques no Expresso, e acrescenta, "as medidas de Biden marcam o fim da globalização. A revista 'Economist' chama-lhe o fim da ordem internacional com regras. Essas regras foram definidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio na década de 90 do século passado. As tarifas baixaram de 10% para 3% em média. Daí resultou um *boom* do comércio internacional, a triplicação do PIB global." Luís Marques deveria ter acrescentado que nesse mesmo acordo se aboliram as quotas de mercado permitindo às multinacionais passarem toda a sua produção para a Ásia, definhando a indústria no Ocidente e tornando a China a fábrica do mundo. A partir daí, a China beneficia de um desproporcional excedente comercial e torna-se uma superpotência económica. Em pleno século XXI, a China mostra a sua verdadeira face e não hesita com este novo acordo estratégico com a Rússia assumir-se como uma superpotência militar, rivalizando com os EUA.

Fernando Ribeiro, São João da Madeira

No lugar de Assange

Se eu calçasse os sapatos de Julian Assange, que poderia dizer da minha própria situação atual? Poderia admitir que o meu estilo pessoal é inchado de arrogância, vaidade ou narcisismo. Concordar com os que me imputam métodos pouco deontológicos e até alguma criticável parcialidade nas minhas preferências entre o "mundo" a que pertenço, o Ocidente, e o dos "bárbaros" russo-chineses. Face a provas "irrefutáveis", talvez devesse anuir às acusações de que as fontes de financiamento do WikiLeaks são duvidosas, incluindo algumas próximas do Kremlin. Com tantos atos de contrição, deveria concordar também com a privação da liberdade de que sofro há já 12 anos, com a espada da justiça americana à espera de que me extraditem para os EUA, onde o melhor que me pode acontecer é apanhar prisão perpétua?

José A. Rodrigues, Vila Nova de Gaia

Retificação

Nesta edição da Revista, na rubrica 'O Que Eu Andei Para Aqui Chegar' (pág. 10), que destaca oito momentos da vida de Élvio Sousa, o Expresso escreveu, erradamente, que o líder do JPP foi, até 2021, chefe do gabinete da presidência da Câmara de Porto Santo. Embora tenha o mesmo nome, este Élvio Sousa não é o líder do JPP.

o Inimigo Público

Se não aconteceu, podia ter acontecido

Nº 126 SÉRIE II
DIRETOR: LUÍS PEDRO NUNES

APOIO DE PORTUGAL À UCRÂNIA É DE €150 MILHÕES, MAS PODE CHEGAR AOS 250 SE FOR SEM FATURA



Luís Montenegro voltou a baralhar as contas, como fez com o corte no IRS, não se sabendo bem se afinal Portugal dá à Ucrânia 150 ou 250 milhões e se estamos a falar de euros, escudos, kwanzas ou pistácios. O ministro Nuno Melo, depois de ter dito que a Ucrânia devia poder utilizar os pistácios para atacar o Kremlin, mas que esta opinião não vinculava o Governo, explicou ao IP que as contas do nosso apoio não são fáceis de fazer porque o valor dos portes de envio só é calculado no último passo da encomenda, porque fica mais barato sem fatura e também porque conhece um indivíduo que tem uma caixa de G3 enterrada no quintal desde o PREC e faz um preço simpático por ser para Zelensky. M.B.

Canais voltam a inovar com motas a seguir carro da PSP que impedia acesso à coluna de Zelensky

A capacidade de encher chouriço dos canais de notícias deu um novo salto quântico. Na terça-feira, todas as estações subiram um valente patamar do *know-how* do plano de meia-hora da traseira de um autocarro a caminho do estádio, ao acompanharem a patrulha da PSP que bloqueava, a centenas de metros, o acesso à coluna de segurança de Volodymyr Zelensky. Os críticos do Expresso aplaudiram de pé "o despojamento de formas, a erosão contemporânea do suburbano no mais longo plano-sequência da Segunda Circular e do Eixo N-S vazios da História do Cinema". M.B.

Jornalista posta na Segunda Circular, só para ver passar carro de Zelensky, ainda lá está a aguardar novas instruções

Além de nos terem dito 300 vezes que a Bélgica ia dar 30 F-16 à Ucrânia, e que Portugal mandava 14 alguidares, os jornalistas que cobriram a visita supersónica de Zelensky ao Dafundo também conseguiram ver um *sniper* num telhado e dois helicópteros da Força Aérea que vigiaram manobras suspeitas dos cacilheiros. O Pulitzer do dia vai para o editor da CNN que enviou uma desgraçada jornalista, para a berma da Segunda Circular, registar a passagem de 12 carros escuros largados na direção de Carnide. Esta nossa colega lá continuava, ontem à noite, e começava a temer que se tivessem esquecido dela. M.B.

Portugal bate 30 caças F-16 da Bélgica e oferece 70 *tuk-tuks* à Ucrânia

Terminam esta sexta-feira os três dias de luto municipal de Setúbal pela visita de Zelensky a Portugal, um gesto que se poderá repetir em 2034, data em que o presidente ucraniano prometeu voltar para poder aterrar em Alcochete. No âmbito da cooperação militar, Zelensky regressou a Kiev com a promessa de 30 F-16 belgas, com a entrega de um ainda este ano e de mais meio (ou seja, um F-8) lá para o ano. De Portugal, seguem 70 *tuk-tuks*, varinhas mágicas industriais de cozinha e cópias do DVD "Póvoa de Varzim *by* Milhazes" para entreter os militares nas trincheiras. M.B.

Ventura quer alargar apoios fiscais dos 35 anos aos jovens de espírito de 80 anos

O líder da extrema-direita pretende esticar os benefícios do IRS para jovens até aos 40 anos que apresentem boas análises de colesterol e não tenham canções de Zeca Afonso nas *playlists* do Spotify. Mais: Ventura quer conceder um IRS mais amigo aos octogenários que se declarem jovens de espírito e/ou já tenham ido numa excursão a Santa Comba Dão, com Pacheco de Amorim, para rezar e pôr flores numa campa. M.B.

MADEIRA: BLOCO DESAPARECEU E SOLUÇÃO PASSA POR PROMOVER KÁTIA AVEIRO A TERCEIRA GÉMEA MORTÁGUA

As eleições regionais foram um desastre para o Bloco de Esquerda, que perdeu o lugar no Parlamento regional e o seu reduto histórico no eleitorado dos lobos marinhos. Agora, a ideia é encontrar uma terceira gémea Mortágua madeirense e o nome de que se fala é Kátia Aveiro, depois desta fazer uma cura nas termas para deixar de apoiar Bolsonaro, Maria Vieira, o homem cor de laranja e a defunta coelha Acácia de Ventura. M.B.

António Tânger Corrêa quer dar a conhecer trabalho dos eurodeputados do Chega através das redes sociais como o Hi5

O candidato do Chega às eleições europeias manifestou a intenção de mostrar o trabalho que vai ter no Parlamento Europeu nas redes sociais, nomeadamente no Hi5 e no Orkut, onde António Tânger Corrêa tem uma participação ativa e quase uma dezena de seguidores, compensando assim o facto da sua pouca ou nenhuma presença em meios de comunicação tradicionais, como os *outdoors* do seu próprio partido. António Tânger Corrêa acredita, porém, que os judeus já foram avisados pelo MySpace de todo o trabalho que os deputados do Chega vão fazer no Parlamento Europeu. V.E.

Plano de emergência da Saúde atrasou por falta de médicos para o elaborar

O Governo apresentou finalmente o plano de emergência para a Saúde. A estratégia demorou um pouco mais do que o previsto por falta de médicos para o elaborar. O ministério da Saúde acabou por contratar duas pessoas que viram todos os episódios do Dr. House e ainda três figurantes que já foram a hospitais pelo menos uma vez na vida. O plano prevê que haja médicos de família para todos, que as cirurgias não tenham lista de espera e que as urgências funcionem 24 horas por dia, todos os dias da semana. Os camiões TIR carregados de médicos começam a chegar a Portugal no início de junho. A.P.

Marta Temido defende três dias de luto nacional pela visita de Zelensky a Portugal

Marta Temido ficou indignada por Sebastião Bugalho considerar que a visita a Portugal do chefe-de-Estado de um país em guerra seja considerada uma "festa", defendendo, pelo contrário, que a visita de Zelensky devia ter sido saudada com três dias de luto nacional, um minuto de silêncio no próximo jogo da Seleção Nacional e que todas as notícias sobre a visita do presidente ucraniano deviam ter sido apresentadas por Rodrigo Guedes de Carvalho com a cara pesarosa e grave com que abria os noticiários na altura da Covid-19. Sebastião Bugalho apenas admite, quando muito, colocar as sete quinas da bandeira nacional a meia-haste. V.E.

MONTENEGRO JUNTA PRÉMIO DE MIGUEL GOMES EM CANNES À LISTA DE FEITOS DO GOVERNO

"Em apenas mês e meio, o governo da AD construiu um aeroporto, um TGV e uma ponte, baixou o IRS, resolveu a crise da habitação, ganhou o prémio de melhor realizador no Festival de Cannes e fez o jantar de terça do Presidente Zelensky", gabou-se ontem o Primeiro-ministro em declarações à imprensa satírica (IP e Expresso). "Também elaborámos a lista de 26 convocados para o Euro 24, que o governo socialista deixou arrastar até ao final de maio, e trocámos o logótipo da toalha de praia pela bandeira nacional com franja à Nuno Melo", acrescentou o PM. M.B.

Joana Amaral Dias critica apoio de Portugal à Ucrânia porque considera que o dinheiro vai ser gasto em vacinas

Joana Amaral Dias criticou o apoio de Portugal à Ucrânia porque, segundo as revistas "Vidas" do "CM", a cabeça de lista do ADN às eleições europeias teme que os milhões de euros oferecidos a Zelensky sirvam, não para combater os russos com mísseis, mas para combater o coronavírus com vacinas que usam RNA mensageiro e são administradas por RDA mensageiros, ou seja, por carteiros da antiga República Democrática Alemã. Sebastião Bugalho discorda da sua amiga Joana Amaral Dias e considera que o apoio de Portugal à Ucrânia deve ser entregue pelo João Baião. V.E.

Marta Temido recusa definir fasquia para as eleições europeias porque depende do índice de transmissibilidade (Rt) das intenções de voto

Marta Temido recusa-se a estabelecer uma fasquia mínima para os seus resultados nas eleições europeias porque seria uma espécie de aposta típica de pessoas imaturas como o oponente Sebastião Salgado e porque, de qualquer maneira, precisaria de calcular o índice de transmissibilidade (Rt) das intenções de voto de todos os eleitores que descarregaram a aplicação StayAwayBugalho. Marta Temido garantiu, porém, esta semana que a experiência no Ministério da Saúde a preparou para tudo, incluindo para um mandato no Parlamento Europeu de 5 anos, que é a duração média das listas de espera do SNS. V.E.

AliExpress contrata Beckham e obriga gigantes do *marketing* Temu, Shein e Pedro Nuno Santos a responder

A Temu viu David Beckham a dar a cara pela AliExpress, não perdeu tempo e vai responder com Maria Leal. A Shein está a negociar o maior *product placement* jamais visto na história da televisão, na rubrica de José Miguel Júdice, e um outro gigante do *marketing*, Pedro Nuno Santos, tem planos para continuar a governar o país a partir de São Bento e do WhatsApp. Depois de se ter gabado da solução Alcochete para o aeroporto, o secretário-geral do PS anunciará esta sexta-feira que escolheu André Villas-Boas para presidir ao F.C. Porto. M.B.

Burla usa a imagem do cardeal Tolentino Mendonça para vender comprimidos que possibilitam viver até aos 120 anos de idade e resgatar mais de 10 bancos até lá

Uma burla está a usar os rostos do ex-bastonário da Ordem dos Médicos e do futuro Sumo Pontífice para vender comprimidos que supostamente possibilitam aos portugueses viverem até aos 120 anos de idade, conseguindo assim pagar todo o crédito à habitação que contraíram quando eram jovens e resgatar todos os bancos portugueses privados e também a Santa Casa de Lisboa, caso sofram uma overdose dos comprimidos, que os faça viver até aos 240 anos. O cardeal Tolentino Mendonça terá mesmo tomado os comprimidos para viver até aos 120 anos, porque é a idade normal com que os Papas costumam ser eleitos. V.E.

Troféu da final da Taça de Portugal vai ficar à guarda dos tribunais até se decidir se foi o último de Pinto da Costa ou o primeiro de Villas-Boas

O FC Porto conquistou a Taça de Portugal, mas o troféu ficará à guarda do Tribunal da Relação até ser deliberado em segunda instância se foi o último troféu de Jorge Nuno Pinto da Costa, o primeiro de André Villas-Boas ou se pertence a Fernando Madureira, que vendeu todos os bilhetes para a final e bifanas nas matas do Jamor. O Tribunal da Relação vai também decidir quem apareceu primeiro, a galinha e Pinto da Costa ou o ovo e André Villas-Boas. V.E.

Pónei que entrou num supermercado em Sintra pertence a *gang* de unicórnios de Lisboa

Viveram-se momentos de puro terror e pânico, em Terrugem, Sintra, quando um pequeno pónei todo mimoso e fofinho entrou num supermercado Lidl e comeu uns tantos legumes para aproveitar as promoções. Por se tratar de um crime com póneis, a Judiciária foi chamada à ocorrência e já conseguiu estabelecer uma ligação do gatuno ao gang de unicórnios lisboetas de Carlos Moedas e a uma fação do PAN que quer derrubar a liderança de Inês Sousa Real. M.B.



OPINIÃO

Por Volodymyr Zelensky

PORTUGAL VAI EMPRESTAR MAGISTRADOS PÚBLICOS À UCRÂNIA PARA FAZEREM BUSCAS DOMICILIÁRIAS NO KREMLIN

Portugueses, visitei o vosso país para fazer uma festa, como bem lembrou Sebastião Bugalho, mas infelizmente tive de aturar o Filipe VI em Espanha e cheguei atrasado aos concertos da Taylor Swift no Estádio da Luz, que eram a verdadeira razão da minha visita a Lisboa. Ainda assim, o vosso primeiro-ministro apanhou-me a dançar no "Domingão" da SIC e prometeu-me magistrados públicos da Lucília Gago para fazerem buscas domiciliárias no Kremlin e colocarem o Putin com pulseira eletrónica, as armas roubadas do quartel de Tancos que apareceram depois num baldio da Chamusca e os inspetores do extinto SEF para pedirem o passaporte aos soldados russos que tentem entrar na Crimeia. Mas, mais importante, ofereceu-me bilhetes para o concerto da Katy Perry no Rock In Rio e convidou-me para a megafeijoada que vai ser servida na inauguração da terceira travessia sobre o Tejo. E aproveito para anunciar que abandonei a Igreja Ortodoxa da Ucrânia para, na próxima vez que vier a Portugal, subir ao palco numa rave com o DJ padre Guilherme. Despeço-me por isso com um "até já" porque a minha visita ao vosso país foi parafraseando o Fernando Mendes, um "espectáááááááááááááááculo"! V. E.



Jorge Jesus renova contrato na Arábia Saudita e já assina como Jorge Maomé

O treinador português é uma das maiores estrelas do Médio Oriente. Renovou com o Al-Hilal e, para mostrar o seu compromisso com o clube saudita, decidiu começar a assinar Jorge Maomé. Jesus desloca-se de camelo por Riade e as pessoas fazem vénias à sua passagem. Contactado pelo INIMIGO PÚBLICO para comentar o prestígio de Jorge Jesus na Arábia Saudita, Cristiano Ronaldo preferiu nada dizer e recomendou ao jornalista que visse, "com atenção", o último golo que marcou. A.P.

Candidatos às eleições satisfeitos por dois finalistas da Champions serem europeus

Estará ultrapassado o imbróglio criado por Billie Eilish, quando criticou os concertos "psicóticos" de três horas, uma referência óbvia aos comícios de Sebastião Bugalho que caiu mal na AD. Na campanha de ontem até se criou uma rara unanimidade, com todos os candidatos a saudarem o facto de Dortmund e Real, os dois finalistas da Champions de sábado, serem equipas europeias e de a final quase ser na Europa, isto é, no Estádio de Wembley, em Londres. M.B.

Tal como se passou com D. Pedro IV, coração que Taylor Swift deixou em Portugal também vai ser emprestado ao Brasil

A cantora Taylor Swift ficou encantada com o nosso país e disse mesmo que "deixou o coração" por cá, tendo este sido imediatamente emprestado ao Brasil por Marcelo Rebelo de Sousa, para retribuir a colonização dos índios no século XVI e das telenovelas da Globo por atores portugueses como Ricardo Pereira e Paulo Rocha. Taylor Swift deixou também no nosso país múltiplas "pulseiras da amizade", que Sebastião Bugalho ofereceu a Volodymyr Zelensky, quando se cruzou o presidente ucraniano na discoteca Lux. V.E.

Mansão de "Sozinho em Casa" à venda por 4,8 milhões de euros comprada por portuguesa com apoio do IRS jovem

É uma das casas mais valiosas do mundo da ficção, a par da sede nacional do PS no Largo do Rato, em Lisboa, e estava à venda por apenas 4,8 milhões de euros. Trata-se da mansão de "Sozinho em Casa" e foi adquirida por uma jovem portuguesa graças às benesses fiscais do Governo ao nível do IRS jovem, dos incentivos para os jovens ricos comprarem casa e das exonerações de pessoal político do PS por pessoal político da AD. A casa será inaugurada pelo ministro Leitão Amaro, num discurso que se prevê demorar 4 horas só para a parte das boas-vindas. M.B.





Equipa oInimigoPúblico
"Se não aconteceu... podia ter acontecido!" O Inimigo Público é um suplemento satírico, sendo todo o seu conteúdo ficcional.
Diretor Luís Pedro Nunes
Redação Alexandre Parreira, Luís Pedro Nunes, Mário Botequilha, Vítor Elias **Cartoon** Nuno Saraiva
Projeto gráfico @oinimigo_pronto
Editor online João Martins
Fotografia Getty Images e arquivo pessoal
O INIMIGO PÚBLICO é um projeto conjunto Expresso/Produções Fictícias/ /Farol de Ideias através de O Estado do Sítio

Editorial&Opinião

Editorial Estudo pós-eleitoral das últimas legislativas ajuda a perceber melhor o comportamento dos portugueses que votam

O que pensam os eleitores

O que os portugueses pensam quando vão votar é facilmente percecionável pelo resultado eleitoral. Mas o estudo do seu comportamento é algo que a academia faz há anos e que ajuda a perceber o que vai além do sentido de voto: quando é decidido? Como? Porquê? Quais as grandes tendências de voto e as transferências? A resposta a alguma destas questões é essencial para quem se interessa pelo fenómeno político. Os especialistas do ICS há muito que se dedicam a esta tarefa e agora deram a conhecer, e o Expresso revela esta semana, as conclusões do estudo eleitoral pós-legislativas de 2024. Que contém dados tão relevantes como o ficarmos a saber que 13 por cento dos eleitores acabaram por só decidir o sentido de voto... no próprio domingo das eleições (à semelhança do que tinha sucedido em 2022, o que dificulta adicionalmente o trabalho dos estudos de opinião durante a campanha). E que foi esta vontade coletiva de última hora que ajudou Montenegro e a sua AD a conseguirem vencer as eleições.

Zelensky por cá

Ao fim de dois anos e meio de guerra, é inegável o 'cansaço' do esforço internacional de apoio à defesa ucraniana, visível na dificuldade em mobilizar meios militares para leste — e isto numa altura em que as forças russas parecem de novo avançar nas frentes de guerra. É de realçar por isso mesmo a forma como a visita relâmpago de seis horas do Presidente Zelensky a Portugal, a primeira desde que o conflito rebentou, ficou marcada por um alargado consenso político em volta da manutenção do apoio nacional à Ucrânia.

O plano de emergência

Depois de umas primeiras semanas relativamente adormecido, ou hesitante, o Governo assumiu o papel de protagonista, que se esperava, em matérias como o aeroporto, o acordo com os professores, as mudanças no IRS para jovens ou na habitação. O plano de emergência para o SNS, desta semana, é só mais um exemplo. Mas neste caso a vontade de atuar do Executivo e da ministra Ana Paula Martins parece esbarrar num problema que não há forma de resolver rapidamente: a falta de profissionais qualificados disponíveis.

Expresso



Proprietária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos. NIPC: 501984046
Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Conde e Bruno Mateus Padinha
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros, 100% propriedade da Impresa – SGPS, SA, NIPC 502437464
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

Diretor-Geral de Informação Impresa Ricardo Costa

Diretor João Vieira Pereira

Diretores-Adjuntos David Dinis, Martim Silva, Miguel Cadete, Paula Santos

Diretor de Arte Marco Grieco

Grande Repórter Micael Pereira

Editor Executivo Pedro Candeias

Editor da edição semanal João Silvestre

Editores Diogo Pombo (Desporto), Eunice Lourenço (Política), Joana Beleza (Multimédia), João Carlos Santos (Fotografia), João Pedro Barros (Online), Miguel Prado (Economia), Pedro Cordeiro (Internacional), Pedro Lima (Editor-adjunto Economia), Ricardo Marques (Revista E) e Rita Ferreira (Sociedade)

Coordenadores Gerais de Arte Jaime Figueiredo (Infografia), Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores Cristina Pombo (Internacional), Elisabete Miranda (Economia), Isabel Leiria (Sociedade), João Cândido da Silva (Online), João Miguel Salvador (Online), Lia Pereira (Revista E), Lídia Paralta Gomes (Desporto), Mafalda Ganhão (Online), Margarida Cardoso (Porto), Marta Gonçalves (Online), Pedro Miguel Coelho (Redes Sociais), Rui Tentúgal (Fecho), Tiago Pereira Santos (Desenho Multimédia) e Vítor Andrade (Economia)

Arquivo arquivo@impresa.pt

Redação, Administração e Serviços Comerciais Rua Calvet de Magalhães, 242 2770-022 Paço de Arcos Tel. 214 544 000 ipublishing@impresa.pt

Delegação Norte Rua Conselheiro Costa Braga, 502; 4450-102 Matosinhos Tel. 220 437 000

Publicidade Miguel Pacheco (diretor) João Paulo Luz (diretor de receitas digitais) Carlos Lopes (diretor coordenador) Ângela Almeida (diretora da Delegação Norte) Hugo Rodrigues (diretor publicidade) Nuno Martins (gestores de conta) Miguel Teixeira Diniz e Sérgio Alves (gestores de conta) Marta Teixeira e Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte) Tel. 214 544 073/214 698 798

Tiragem média de abril: **53.163 exemplares**
Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem
apct
Associação Portuguesa de Imprensa

VISAPRESS© Direitos de Autor Protegidos

Subscrições Digitais Expresso
3 semanas: €5,99
52 semanas: €84,99
104 semanas: €139,99
Ligue 214 698 801 ou vá a **expresso.pt**
Dias úteis: 9h às 19h | Sábados: 9h às 14h

Este jornal utiliza papel produzido por empresas certificadas segundo a norma ISO14001 (Certificação de sistemas de Gestão Ambiental)
CUIDE DO MEIO AMBIENTE
Utilize melhor esta revista depois de a ler
Colabore com a sua reciclagem

ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM **expresso.pt/sobre/estatuto-editorial**

Publicidade Online publicidadeonline@impresa.pt

Marketing e Comunicação Mónica Serrano (diretora) Ana Paula Baltazar (coord. de marcas de informação) Susana Freixo (gestora de marca) e Carla Martins (coord. de comunicação para relações externas)

Produção Ana Sengo da Costa (diretora) João Paulo Batlle y Font (coordenador) Carlos Morais e Joaquim Rodrigues (produtores)

Circulação e Assinaturas (papel) Ana Sengo da Costa (diretora) Pedro M. Fernandes (diretor de circulação e produtos Expresso) e João Braz (responsável pela circulação)

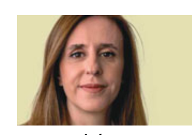
Apoio ao Assinante Rita Silva (responsável pelo serviço de apoio ao cliente) Tel. 214 698 801 (dias úteis, das 9h às 19h); *e-mail:* apoio.cliente.ip@impresa.pt

Atendimento Ponto de Venda pontodevenda.ip@impresa.pt

Impressão Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas, S.A. Estrada de São Marcos, 27 2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição VASP-MLP, Media Logistics Park Quinta do Grajal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém Tel. 214 337 000 Pontos de venda: contactcenter@vasp.pt Tel. 808 206 545

ABORTO, HABITAÇÃO E FÉ



Teresa Violante
politica@expresso.impresa.pt

A entrevista de Sebastião Bugalho a Daniel Oliveira surpreendeu pela hesitação e titubeação na resposta relativa ao aborto. O tema do aborto é complexo, convoca ponderações difíceis, mas estamos habituados a ver Sebastião Bugalho enfrentar com convicção e assertividade questões tão ou mais dilemáticas, sem vacilações de qualquer espécie. É impossível, para quem entende a autonomia reprodutiva como uma questão crucial de direitos humanos, não fazer um juízo político daquela reação.

Bugalho tem vindo a ser confrontado com a contradição da posição da AD, que defende a inserção do direito à habitação na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, mas rejeita a inclusão do direito ao aborto naquele catálogo. O argumento de Bugalho para defender a inclusão do direito à habitação é o de que assim se aprofundará a tutela europeia do mesmo, assegurando-lhe valor simbólico (uma vez que não basta a inscrição do direito para alargar as competências da União em matéria de habitação). Contudo, ao mesmo tempo, a AD, e o seu cabeça de lista, rejeitam a inclusão do direito ao aborto na Carta. Os eurodeputados do PSD que, recentemente, votaram contra uma resolução no Parlamento Europeu que propõe a inclusão do direito ao aborto legal e seguro na Carta, escudam-se no facto de esta ser uma competência nacional e de tal direito anular a coexistência entre o direito à vida e o direito à autodeterminação da mulher.

Ambos os argumentos são frágeis, o que também pode explicar a hesitação de Sebastião Bugalho. Não é fácil tentar manter a coerência: nenhum "direito é sozinho", como reclama Bugalho. Garantir a habitação implica, crescentemente, estar disponível para impor restrições ao direito de propriedade. A polarização em torno de medidas como limites das rendas ou o arrendamento coercivo demonstra opções claras relativamente a um, ou outro dos lados da balança. Mas estas são decisões que se alcançam no jogo democrático normal. Consagrar o direito à habitação na Constituição não implica qualquer imposição *prima facie* do legislador constituinte quanto às decisões políticas que devem concretizar as ponderações de direitos fundamentais que se encontram em tensão e, até, mesmo em conflito.

Uma defesa sincera da autodeterminação reprodutiva das mulheres reconhece que direito ao aborto legal e seguro é um direito humano e não vacilaria perante um qualquer argumento "jurídico" daquela ordem, pois a inclusão de um direito fundamental num catálogo de direitos não corresponde a nenhum juízo final quanto ao modo como se devem articular dois direitos fundamentais que se encontram em relação de tensão. A

> **Uma defesa sincera da autodeterminação reprodutiva das mulheres e do direito ao aborto legal e seguro não vacilaria perante um qualquer argumento "jurídico"**

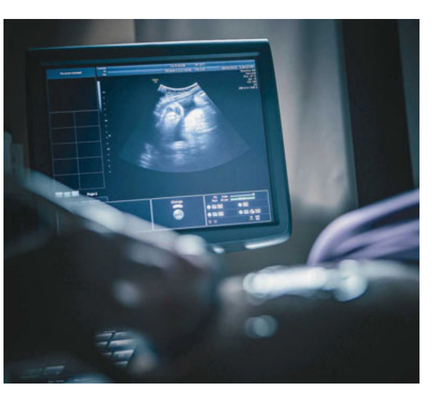


FOTO GETTY IMAGES

harmonização entre direitos seria posteriormente efetuada — como, na verdade, já o é — pelo legislador, cujo quotidiano é alcançar, por via de previsão legal, soluções de compatibilização de direitos fundamentais que se encontram em situação de tensão.

Há um aspeto importante das declarações de Bugalho que tem sido desvalorizado. O candidato da AD afirmou, simultaneamente, ser profundamente católico, e a fé ter uma importância brutal na sua vida, mas, ao mesmo tempo, não lhe passar pela cabeça impor a sua fé aos outros por via do Estado. Como afirma o académico e especialista em Direito Constitucional Comparado Michel Rosenfeld, determinadas religiões tentam impor a sua conceção do mundo não apenas aos seus fiéis, mas a toda a comunidade política, mesmo quando a sua visão não é partilhada por outras confissões ou por toda a população. Sabemos que isto se passa, frequentemente, com a religião católica, nomeadamente com a proibição do aborto. Sou católica, e defendo, tal como Biden, também católico, o direito ao aborto legal e seguro. É possível conciliar a fé católica com a defesa do direito ao aborto. O papel de membro de uma comunidade religiosa, num Estado pluralista, não se confunde com o papel de cidadão. O regresso da religião ao espaço público, e a articulação da religião com a laicidade, embora possa gerar situações de tensão, não pode olvidar que a República acolhe todos os cidadãos por igual, em democracia pluralista. Sebastião Bugalho ecoou essa convicção de um modo que não é muito comum. E sem hesitar.

LEIA TAMBÉM EM *EXPRESSO.PT*

Querem mesmo falar de racismo? ASCENSO SIMÕES

Cidadãos, em nosso nome RUTE SERRA

Substâncias psicoativas ALEXANDRE QUINTAS

A QUEM INTERESSA, COM QUE MEIOS E COM QUE EFEITOS?



Rui Tavares
politica@expresso.impresa.pt

Pode até ter raízes mais ou menos profundas, ou ter exemplos históricos comparáveis, mas o "fenómeno" da subida da extrema-direita na Europa e em alguns outros países do mundo é relativamente recente. É isso, aliás, que o qualifica como "fenómeno". No dia 23 de junho de 2016 a maior parte dos comentadores foi surpreendida com o facto de, ao contrário do que apontavam todas as previsões, os eleitores britânicos escolherem em referendo a saída da União Europeia, ou 'Brexit'. Foi há menos de oito anos. Mais surpreendente ainda, a eleição de Trump nesse mesmo ano de 2016, em novembro, foi o outro tiro no porta-aviões da política convencional. Em seis meses, as políticas da UE e dos EUA ficaram viradas do avesso. Quando veio Bolsonaro ou Milei, a opinião pública mundial já estava mais habituada à narrativa de "populista excêntrico vem supostamente de fora do sistema e acaba como homem mais poderoso do país".

Tudo isso tem, portanto, menos de uma década. Não faltam tentativas de explicações, desde as mais clássicas às mais pós-modernas, por parte de economistas, sociólogos, politólogos e analistas. Para os mais fiéis à cartilha economicista, seja ela marxista ou liberal, o problema está em que o fenómeno da emergência da extrema-direita tem de ser apenas a consequência superficial de algo mais profundo. Resolvam as desigualdades, dizem uns, e a polarização resolve-se sozinha. Tirem o estado do caminho, dizem outros, e deixa de haver razões para as pessoas votarem nestas figuras. Percebe-se que estas explicações simples são, afinal, apenas simplistas quando começamos a ver que os fenómenos de extrema-direita apareceram em países muito desiguais e em países com grande conforto e igualdade material, ou países com os estados sociais mais avançados do mundo e países onde nunca chegou bem a haver estado social. Além disso, o combate às desigualdades, ao desemprego ou à pobreza, para quem (como eu) acredita nele, deve ser feito porque é um bem em si mesmo e não na esperança (pelos vistos ilusória) de que seja um combate instrumental para a derrota da extrema-direita.

Uma das poucas exceções iniciais, em meu entender, a estas análises mais deterministas e reducionistas, centradas no facto económico, foi o livro do par de cientistas políticos Pippa Norris e Ronald Inglehart intitulado "Cultural Backlash — Trump, Brexit and Authoritarian Populism", que dava ênfase a duas características-chave para o fenómeno que estava então a surgir: por um lado, o facto de as guerras culturais estarem no centro desta viragem e, por outro, o facto de elas estarem sintonizadas internacionalmente. O que estávamos a ver — e estamos ainda a ver, ao escrever estas linhas em 2024 — era a emergência de uma "internacional nacionalista", fundada na exploração de ressentimentos sociais e potenciada pelas alterações estruturais da esfera pública a uma escala global trazidas pela internet, as redes sociais e agora a inteligência artificial.

> **O "fenómeno" da subida da extrema-direita na Europa e em alguns outros países do mundo é relativamente recente**

Ainda assim, não podemos correr o risco de substituir apenas uma explicação económica por uma explicação cultural quando o fenómeno é um fenómeno político que ocorre na política internacional. Sendo assim, uma das perguntas mais simples (e não simplista, no caso) que nos podemos fazer é: a quem interessa isto na política internacional? Depois de respondermos a essa pergunta, podemos acrescentar uma segunda: os atores a quem isto interessa têm os meios (financeiros, de espionagem, de influência) para fazer qualquer coisa por isso? Se a resposta for sim, podemos acrescentar ainda uma terceira pergunta: há indícios de que o tipo de operação que os beneficia esteja a ser levada a cabo?

Vou deixar estas três perguntas aqui a marinar durante uma semana. Caso a resposta seja "sim" a todas, regressaremos para tentar perceber a quem interessa, quais são os meios e quais são os efeitos. Às vezes, para ver o que está à frente do nariz basta ter os olhos abertos.



Miguel Poiares Maduro
politica@expresso.impresa.pt

A LIBERDADE DE INCOMPREENSÃO

O debate sobre o que podem ou não dizer os deputados, e de como reagir ao que dizem, recorda um diálogo famoso de uma peça de Shakespeare. Duas personagens não se entendem e uma conclui: "Ou eu disse mais do que queria dizer ou entendeu mais do que eu queria que entendesse." Confundiu-se o que um deputado pode dizer com a reação ao que os deputados têm a liberdade de dizer. Confundiu-se a liberdade de expressão em geral com a liberdade de expressão dos parlamentares. Confundiu-se a questão dos limites à liberdade de expressão com a questão de quem deve ter poderes para os definir e impor.

O âmbito e limites da liberdade de expressão estão longe de ser um tema simples. A liberdade de expressão tem suscitado enormes debates, começando no que a justifica, de teorias que a concebem como uma expressão fundamental da liberdade e autonomia individuais a teorias que assentam a sua proteção no contributo fundamental da liberdade de expressão para o autogoverno democrático. Estas diferentes conceções têm consequências, mas existe um consenso alargado quer sobre a necessidade de proteger a liberdade de expressão de forma ampla quer sobre a importância de interpretar de forma restritiva os seus limites. É também consensual nas democracias liberais que esses limites devem ser aplicados pelos tribunais. Esta aplicação não pode depender de agentes políticos que poderiam instrumentalizar esse poder para finalidades distintas daquelas para que reconhecemos esses limites.

Em vários países, incluindo o nosso, acrescenta-se uma proteção reforçada da liberdade de expressão no Parlamento. É o que diz a nossa Constituição: "Os deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções." É, portanto, absurdo defender, como vi algumas pessoas fazerem, que determinadas formas de discurso seriam protegidas pela liberdade de expressão, mas não no âmbito parlamentar. É o contrário: a Constituição oferece uma proteção mais alargada da liberdade de expressão no âmbito parlamentar. Com esta maior proteção jurídica deve vir, no entanto, uma maior responsabilidade cívica e política dos deputados. Eles são mais livres de exprimirem as suas opiniões. Mas, até por isso, devem estar sujeitos a um maior escrutínio e crítica sobre o que dizem, incluindo dos seus pares e do próprio presidente da AR. Este não pode (nem deve) impedir a liberdade de expressão dos deputados, mas nada o impede de alertar para a natureza mais ou menos ofensiva desse discurso. É essa a diferença que devia ter sido feita.

No debate dos últimos dias, este consenso foi posto em causa. Em vez de se escrutinar e criticar politicamente um discurso ofensivo e preconceituoso debateu-se a liberdade de expressão. Em vez de ser uma oportunidade para expor a xenofobia que esse partido nega, mas revelou, transformou-se num debate polarizador entre moderados. Tudo teve início, recordando a peça shakespeariana, numa má pergunta da líder parlamentar socialista e numa má resposta do presidente da AR. A primeira perguntou mais do que devia (e se calhar queria): se o deputado podia dizer o que disse? O PAR respondeu mais do que devia (e se calhar queria): disse não poder censurar (no sentido de não impedir), mas também nunca poder criticar. Depois, cada um pareceu mais preocupado em validar a incompreensão do que em esclarecê-la... Um provável equívoco transformado em polarização.

A liberdade de expressão inclui tanto o direito a falar como o direito a ouvir. Na democracia, espera-se que contribua mais para nos entendermos do que para nos afastarmos. Os deputados são livres de fazerem o que querem com a sua liberdade de expressão, mas podemos e devemos responsabilizá-los politicamente pelo que fizerem.



A foto da semana

Por **PEDRO CORDEIRO**
pcordeiro@expresso.impresa.pt

NGUNUNDU Os sul-africanos foram a votos e os jovens da província rural de KwaZulu-Natal que vemos na imagem celebram esse exercício democrático. Os resultados das eleições para Presidente e para os parlamentos nacional e provinciais serão anunciados no domingo. À hora de fecho desta edição, o Congresso Nacional Africano (ANC, no poder há 30 anos) e o Presidente Cyril Ramaphosa liderava a contagem de votos com 43%, bem acima da maior força da oposição, a Aliança Democrática, que somava 25%
FOTO PER-ANDERS PETTERSSON/GETTY IMAGES

Já imaginaram o festival que será quando o presidente da Assembleia da República mandar retirar alguns deputados do Chega?

A sacrossanta liberdade de expressão



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaguiar@eeg.uminho.pt

Ninguém defende a liberdade de expressão sem limites, sendo a difamação e o incitamento à violência as limitações mais óbvias, mas há uma clivagem entre quem olha para ela como um direito quase sacrossanto e os restantes. Estou do lado de quem olha para ela como um direito fundamental, que só pode ser limitado por razões muito fortes. O que se passou há 15 dias na Assembleia da República mais uma vez mostrou-me que a minha reação espontânea é de estar do lado de quem não a limita.

Todos os argumentos a favor de algum tipo de censura no discurso e no debate político têm implicações que não aceito. Por exemplo, é fácil considerar inadmissível dizer que os turcos são conhecidos por serem preguiçosos. Chamar a alguém preguiçoso é um insulto. Generalizar o insulto a uma nacionalidade, etnia ou religião, além de estúpido, é preconceituoso. Mas, se consideramos esse discurso inadmissível, também devemos considerar inadmissível que alguém de esquerda diga que os portugueses são racistas? Ou que os brancos são racistas? É que posso repetir exatamente a mesma frase, substituindo apenas o adjetivo — "Chamar a alguém racista. Generalizar o insulto a uma nacionalidade, etnia ou religião, além de estúpido, é preconceituoso" —, mas quero que um deputado se sinta à vontade para o dizer.

> **O que se passou há 15 dias na AR mais uma vez mostrou-me que a minha reação espontânea é de estar do lado de quem não a limita**

Haverá quem argumente que há estudos que mostram que os portugueses são racistas. E têm razão. Mas alguém contra-argumentará que há estudos que mostram que a produtividade dos turcos é baixa. Claro que contra-argumentarei que a relação entre produtividade e preguiça é falsa e que há fatores bem mais relevantes (estrutura fiscal, organização do trabalho, capital acumulado, etc.). Mas é igualmente legítimo alguém argumentar que os estudos sobre o racismo dos portugueses são questionáveis.

Há quem queira pôr a fronteira no discurso de ódio. Não tenho dúvidas de que é uma linha vermelha importante, mas muitas dúvidas sobre onde a colocar. O atual conflito de Israel com o Hamas ilustra a dificuldade. Muita gente que defende os palestinianos é acusada de ter um discurso antissemita — daí a repressão que os estudantes enfrentam em muitas universidades — e muitos dos que defendem o lado israelita são acusados de serem islamófobos. Qualquer regra que cale uns terá de calar os outros também.

Classifico como discurso de ódio algumas declarações de Ventura sobre ciganos. Mas, um dia que Mamadou Ba seja deputado, quero que tenha o direito de dizer o que disse em tempos: "Temos de matar o homem branco. O homem branco que se mostrou até aqui tem de ser morto. Para evitar a morte social do sujeito político negro, é preciso matar o homem branco assassino, colonial e racista." Mamadou fala em sentido figurado, num determinado contexto e, alegadamente, baseando-se na obra de Frantz Fanon. Mas, se aceitamos a contextualização, também temos de aceitar que Ventura contextualize o que diz. Mais uma vez, traçar a linha vermelha do que pode ou não ser dito é muito complicado.

Há quem distinga entre o discurso de ódio e a promoção do ódio, sendo este último mais grave. Para muita gente, o discurso da extrema-direita promove o ódio, comportamentos criminosos e ações violentas. E eu concordo, mas o da esquerda radical também, como mostra o vandalismo contra a sede do Observador, um órgão de comunicação social. Para alguns ativistas de esquerda, o culpado do mundo estar como está é do homem branco. Se também for de meia-idade, heterossexual e de direita faz bingo. Para outros, a culpa é a ganância dos empresários — lembram-se de quem certa esquerda culpava pela inflação? Não se poderá legitimamente argumentar que isto também promove o ódio contra um dado grupo de pessoas? Se um deputado do BE ou do PCP disser "From the river to the sea, Palestine will be free!" deve ser censurado? Espero que não, mesmo percebendo que o *slogan* implica a destruição de Israel.

Não domino a discussão jurídica e regimental. Sobre as formas como os vários parlamentos limitam e censuram o que lá se diz, sugiro a leitura da reportagem de Fernanda Câncio no "Diário de Notícias" de 28 de maio. A maioria dos exemplos apontados causa-me alguma repulsa. O primeiro é o de um deputado, no Canadá, que afirmou que Margaret Thatcher devia ter morrido 30 anos antes. Teve de retirar o que disse, sendo riscado da ata. Não concebo que um deputado não tenha o direito de dizer que é pena Putin ou Kim Jong-un ou outro qualquer não tenha morrido há 20 anos. (Bem sei, são ditadores... mas quem define o que é um ditador?)

O problema das regras parlamentares é que foram criadas para pessoas que se dão ao respeito e que, uma vez advertidas, se conformam e, idealmente, não obtêm ganhos políticos com isso. Na reportagem de Câncio, há exemplos mais extremos, como o de deputados que são retirados da Assembleia da República. Mas já imaginaram o festival que será quando o presidente da Assembleia da República mandar retirar alguns deputados do Chega? Teremos assunto para um mês.

Há casos em que a corda necessariamente parte. O presidente da assembleia regional da Madeira não podia ficar indiferente quando o deputado Manuel Coelho se pôs de cuecas. Mas declarações sobre turcos não serem conhecidos por trabalhar estão longe da fronteira que delimita o que é admissível, o que me leva a perguntar o porquê de todo este escândalo. E, quando soube de um comunicado da SOS Racismo dizendo que Aguiar-Branco não tem condições para continuar no cargo e apelando ao Ministério Público que atue, não consigo deixar de pensar que anda muita gente a mamar na teta do Ventura e a promoverem-se à sua custa. O problema é que o promovem também.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

MÁQUINA DO TEMPO

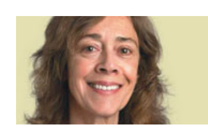
"The Man in the High Castle" é uma série baseada num romance de Philip Dick, que parte de uma premissa histórica alternativa: a Alemanha chegou primeiro à bomba atómica e por isso venceu a II Guerra e invadiu, a par do Japão, os EUA. São Francisco é a sede da colónia japonesa na costa do Pacífico; Nova Iorque é a sede do Grande Reich americano. A narrativa decorre 20 anos depois do fim da guerra, mas não sentimos os anos 60, porque a explosão pop e democratizadora dos *sixties* não existiu nesta realidade. Estamos num multiverso fascista, ou seja, só vemos avanços tecnológicos, o avião e o comboio supersónico; não vemos uma única mudança cultural, social, artística; respiramos ainda os anos 30 e 40 no vestuário, na música, na arte, nas relações entre pessoas, entre pais e filhos, entre marido e mulher. Qualquer novidade social e artística é vista como decadentista. Estamos numa máquina do tempo que congela e perpetua uma época considerada perfeita — a utopia reacionária, que, para os outros, é uma distopia.

Quando penso no Estado Novo, cujo fim celebrámos como nunca neste ano, é nisto que penso; ou melhor, é isto que sinto, esta claustrofobia temporal. Mais do que fascista, autoritário ou corporativo, o Estado Novo era uma distopia reacionária que levou até às portas do século XXI um *ethos* social do século XIX. Nós estávamos em 1960, mas vivíamos numa sociedade de 1860 nas relações pessoais, sobretudo nas relações entre classes. Quando chegava a Portugal em 1950 ou mesmo 1960, um europeu sentia que estava num romance oitocentista tal era a clivagem snobe que se sentia entre as pessoas. Até um espanhol podia considerar ridícula a pomposidade de que os portugueses colocavam no trato. E uma americana, como Mary McCarthy, só podia ficar chocada com a cena oitocentista que ilustra a Lisboa de meados do século XX: o pobre a desbarretar-se e a fazer a vénia à menina burguesa que passa. Este atraso de 100 anos no trato pessoal é a melhor descrição do Estado Novo. O resto decorre desta psicose snobe e aristocrática ou pseudoaristocrática. Ainda hoje temos marcas desta maquinaria temporal. As elites portuguesas ainda têm tiques e trejeitos e dialetos que só elas compreendem, uma camuflagem escondida à luz do dia.

> **O corpo da mulher é privado, não é público, como pretendem os reacionários**

Ora, o tal populismo radical é de novo uma tentativa de suspender o tempo. E vejo dois grandes grupos agarrados às pagaias reaças e a remar para trás. Os snobes, para quem esta sociedade democrática é impura porque tornou ilegítima a tal presunção de superioridade de uma classe sobre as outras. Os machistas, para quem esta sociedade é impura porque tornou ilegítima a presunção de superioridade dos homens sobre as mulheres. De resto, o saudosismo pela época da "dona de casa" é a argamassa que une todos os votantes populistas de todos os países. Querem mesmo fazer *rewind* à fita do tempo para assim construir a sua distopia reacionária. É por isso que querem reverter todos os símbolos dos tais anos 60 e 70, a começar no direito que garante à mulher a soberania sobre o seu corpo. O corpo da mulher é privado, não é público, como pretendem os populistas.

Opinião



Ângela Silva
avsilva@expresso.impresa.pt

UM DIA DE FESTA

A forma como encaramos a morte diz imensas coisas sobre a forma como estamos na vida e foi com espanto, alegria e inveja que há uns meses vi a notícia e os vídeos do velório de uma professora francesa que tinha sido morta por um aluno e cujo marido, sabendo que ela amava dançar, juntou os mais próximos, pôs música a tocar no adro da igreja e abriu um baile elegantíssimo, sentido, respeitoso e amável em honra e memória da mulher. Não sei se o marido acreditava na vida além da morte, mas para o caso é indiferente. E o caso é que as dores superlativas não são incompatíveis com uma dança.

No dicionário, a palavra festa tem entradas para todos os gostos. Pode ser uma solenidade religiosa (o Natal); uma comemoração pública (o dia do trabalhador); uma reunião social para convívio e diversão (uma festa); um carinho (a festa ao gato); uma demonstração pública de alegria (quando se vê alguém); uma tourada (a festa brava); uma situação desagradável (estão a discutir, vai haver festa!); ou uma manifestação de mau humor (quando não se está para festas). Vou juntar-lhes o velório a dançar.

O que está em causa a 9 de junho não são fundos europeus. São valores e escolhas pela Europa que fica. Zelensky em Lisboa foi um dia feliz

Vem isto a propósito do ataque de Marta Temido a Sebastião Bugalho por este ter visto um dia de festa no pacto reafirmado em Lisboa entre o Estado português e Volodymyr Zelensky. A cabeça de lista do PS bofeteou a juventude do adversário da AD e chamou-lhe "imaturo"; Bugalho vestiu-se de indignado e exigiu um pedido de desculpas; Pedro Nuno Santos deu corda à fraca conversa e acusou Bugalho de se armar em vítima e Zelensky lá regressou ao terror, onde cada vez menos se vislumbra uma luz ao fundo do túnel. A guerra da Ucrânia corre mal, a cimeira da Suíça (que preventivamente retirou da agenda o tema das fronteiras territoriais) cheira a fracasso antecipado e o périplo do Presidente ucraniano pela Europa mostrou desespero. Não há boas notícias. Mas o apoio e o abraço levados e deixados por Zelensky são um símbolo de convicções que resistem, num combate que determinará que Europa fica depois desta guerra.

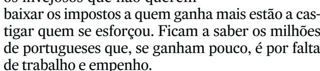
O que está em causa nas europeias de 9 de junho não são só fundos, nem saber se já podemos ir ao banco. São escolhas entre realidades políticas e democráticas opostas (com quem estão as direitas radicais?), é saber como esticar milhões entre Defesa e Estado social, e a presença do Presidente da Ucrânia no arranque da campanha eleitoral marcará mais a história destes dias do que os apertos dos candidatos nas feiras. Na guerra da Ucrânia jogam-se os valores europeus e nos riscos de tudo escalar joga-se o projeto da União como a conhecemos, com inércias, bloqueios e desequilíbrios às vezes insuportáveis, mas onde o Estado de direito é garantia e não descobrimos melhor. Talvez a imagem de Zelensky e o barulho dos helicópteros militares em Lisboa abanem abstencionistas. Talvez a guerra lembre que só os europeus podem escolher a Europa que fica. Talvez os candidatos usem os dias que sobram para dramatizar o que verdadeiramente está em causa. Se um funeral pode ser um baile, Zelensky em Lisboa foi um dia feliz.

UM PAÍS, DOIS SISTEMAS



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

Em momentos de maior cinismo, apetece-me agradecer a quem ganha mil euros e votou na AD. A sua generosidade para com os que têm o 'azar' de ganhar bem é comovente. E o argumento para a nova política fiscal não podia ser mais classista, como é toda a tralha meritocrática: os invejosos que não querem baixar os impostos a quem ganha mais estão a castigar quem se esforçou. Ficam a saber os milhões de portugueses que, se ganham pouco, é por falta de trabalho e empenho.



Como explica um estudo do Banco de Portugal sobre os efeitos redistributivos dos impostos sobre o rendimento, publicado em dezembro, o atual IRS é "um instrumento privilegiado para reduzir a desigualdade". Apesar do IRS ser mais progressivo em Portugal, não o é suficientemente, tendo em conta uma desigualdade superior à média europeia. "A taxa média efetiva de IRS em Portugal é baixa", lê-se no estudo do banco central. Um trabalhador que recebe o salário médio em Portugal paga uma taxa de IRS de 10%, abaixo dos 14% da zona euro.

Depois de uma proposta fiscal que se concentrava exclusivamente nos escalões mais altos, reduzindo a progressividade do sistema, a AD usou a suposta tentativa de conter a emigração de jovens para criar dois regimes em Portugal. Um para os mais jovens, outro para os mais velhos. A guerra de gerações ignora o sacrifício dos que, com poucos estudos e baixos salários, trabalharam para pagar as ferramentas de formação a milhares de jovens que hoje podem competir por um posto de trabalho nos Países Baixos, Bélgica ou EUA. Para "protegerem a geração mais qualificada de sempre", vão ter de pagar impostos muito mais altos do que eles. É tão iníquo um sistema que dá borlas fiscais a estrangeiros como um que permite a quem ganha mais de 6000 euros pagar a mesma taxa de IRS que 'idosos' de 36 ou 40 anos que ganhem 1200 euros, um valor abaixo do salário médio. E nada fará para impedir a emigração, que tem tudo a ver com condições laborais e salariais, ambiente nas empresas ou perspetivas de carreira, e muito pouco com impostos. Os nossos salários brutos são muito mais baixos do que os salários líquidos dos países destino da nossa emigração. Na maioria, os impostos até são mais altos.

Exige-se um esforço de mil milhões de euros ao país para ajudar, de forma desproporcional, os jovens mais ricos. Pôr um jovem de 30 anos que ganha 6000 euros a pagar a mesma taxa de IRS que um 'idoso' de 40 que ganhe 1200 não impedirá a emigração. Mas é o balão de ensaio para rebentar com a progressividade do IRS, cavando ainda mais o fosso das desigualdades



FOTO LUSA

Há, em Portugal, um défice de dados públicos. Mas pior do que não ter informação é usar dados errados. Foi o que aconteceu com a emigração de jovens qualificados, um tema que ocupou o espaço mediático nos últimos dois anos e foi aproveitado para tornar indiscutível a necessidade de descer os impostos aos jovens. Ficámos a saber, sem grande destaque, que uma alteração de metodologia da análise do INE durante a pandemia explica a suposta debandada — que foi muitíssimo mais alta durante a crise financeira. Tivemos, na realidade, mais 46 mil postos de trabalho ocupados por licenciados e não menos 69 mil, como se dissera. Há é mais licenciados do que as nossas empresas conseguem absorver. Mas foi um pretexto para o Governo com mais curto apoio parlamentar da nossa democracia fazer, quase sem debate, a mais violenta transformação do nosso IRS. É verdade que já existe um regime especial de IRS, mas ao diluir-se ao longo dos primeiros cinco anos funciona como um apoio para o início de vida ativa, não como uma nova estrutura fiscal, quase sem progressividade, que se pode aplicar a um terço de uma vida contributiva.

Se um jovem receber 1000 euros, que é o rendimento de dois terços das pessoas da sua geração, poupa apenas 420 euros anuais a partir do quinto ano. Quem recebe 2500 euros fica com mais 3700 euros por ano. Como a taxa tem um efeito de escadinha, quem ganha 6000 mil euros poupa quase 14 mil euros e quem recebe mais de 10 mil euros por mês ficará com mais 19 mil euros anuais no bolso. A 'borla' do PS durava apenas cinco anos, a da AD não só se prolonga no tempo como beneficia de forma muito mais rápida quem mais ganha. É aceitável que os jovens que ganham 1000 euros poupem 5% do seu rendimento e quem ganha 5000 poupe 20%? Vai-se exigir um esforço de mil milhões de euros ao país para ajudar, de forma desproporcional, os jovens mais ricos? Ao garantir uma taxa máxima de 15% para rendimentos que englobam até quem recebe mais de 6000 euros por mês, quatro vezes o salário médio do país, o Estado beneficia quem tem maiores rendimentos. A conta será paga, em perda de serviços, pela imensa legião que ganha pouco mais de mil euros. No IMT, a isenção até aos 35 anos em casas vai até 316 mil euros e oferece-se um desconto de mais de 14 mil euros em casas até 633 mil euros, o dobro do valor médio das casas novas à venda.

Mas podem ficar descansados os abonados mais velhos. Isto é só o balão de ensaio para rebentar com a progressividade do IRS, cavando ainda mais o fosso das desigualdades. A proposta de Montenegro é inspirada na taxa plana da IL e do Chega e está a léguas da visão redistributiva defendida, por exemplo, pela descida do IVA para a eletricidade imposta pelo PS, que fez o Governo tocar as sirenes da estabilidade das contas públicas. Quando é para todos já não há dinheiro. Porque a divergência nunca foi se se desce ou sobe os impostos. Foi e será sempre quem paga.

EUROPA: A DUPLA ARMADILHA



António Costa Silva
politica@expresso.impresa.pt

O mundo está em convulsão. Cresce a fragmentação geopolítica e geoeconómica com a guerra na Europa, o conflito no Médio Oriente, os ataques a navios no mar Vermelho, interrupções nas cadeias logísticas, abrandamento do comércio internacional, tensão geopolítica entre EUA e China, aumento do protecionismo, crescimento do nacionalismo identitário, polarização das sociedades democráticas. Gordon Brown e Mohamed El-Erian falam de uma permacrise, um período alargado de instabilidade e insegurança que resulta de uma série de eventos catastróficos. A espécie humana não aprende com os seus erros. Quando as mudanças climáticas se agravam e são a maior ameaça, em vez da cooperação internacional para a mitigar, o que temos é fragmentação e confronto.

Quando a CE foi criada, para prevenir novas guerras, Hastings May disse que a paz na Europa só se podia fazer com a "União Soviética fora, os EUA dentro e a Alemanha por baixo". Com esse modelo a Europa viveu sete décadas de paz e prosperidade. Mas o mundo mudou: temos hoje a Rússia dentro, os EUA dentro e fora e a Alemanha por cima. A Alemanha é um país democrático essencial, mas a história gerou um quadro mental que promove a sua impotência geopolítica. A Alemanha e a UE não pensam em termos geopolíticos e não são capazes de defender os seus interesses permanentes. O papel da UE é limitado num mundo em que as regras estão a ser desafiadas e a ordem minada. A UE comporta-se como o *gentleman* na sala, pejada de *cowboys*, autocratas, gente que faz batota com as regras. Os quatro fatores que asseguraram a ordem europeia no pós-guerra estão a mudar: em vez da contenção do nacionalismo na Europa, temos a sua ascensão; em vez do reforço das democracias, temos o seu enfraquecimento com a ascensão do populismo e da extrema-direita; o regime de comércio livre está em erosão; a garantia de segurança dos EUA pode ser posta em causa.

A UE não tem uma estratégia coerente para lidar com estas mudanças e assegurar uma resposta aos desafios que põem em causa o seu futuro. A UE deu passos importantes na luta contra a covid-19, no lançamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, na resposta à agressão da Rússia, na mudança da matriz energética, com a notável diminuição da dependência do gás russo, que num ano passou de 40% para 9%. Mas o grau e dimensão das ameaças exige mais. A UE deve ser um ator geopolítico num mundo em convulsão, e não uma manta de 27 retalhos. Não é aceitável que na sequência da agressão à Ucrânia, com as sanções decretadas, a Hungria continue a importar gás da Rússia e a Áustria assegure 40% dos fluxos financeiros russos através do seu segundo banco. Como é que a UE, que durante sete décadas deixou de pensar em termos geopolíticos, entregou a sua defesa aos EUA e gozou de todos os benefícios económicos do comércio livre, vai assegurar a sua segurança? Como é que se vai posicionar num mundo regido pelo neonacionalismo económico do "America First" de Trump, do "Buy America" de Biden, do "China First" de Xi Jinping? Como vai atuar num mundo em que as lógicas políticas e económicas estão a divergir e onde as grandes potências estão a usar o comércio, a tecnologia, a indústria, as cadeias de abastecimento como meios para uma guerra económica que se arrisca a ser um jogo de soma zero? Como é que a UE, que nos últimos 15 anos perdeu 20% do seu PIB em comparação com os EUA, vai responder? Os EUA têm conservado a sua posição económica global enquanto a UE tem decaído. O modelo económico europeu está a falhar. A UE está atrasada em relação aos EUA e à China na inovação. Os EUA dominam áreas de ponta como o software e as ciências da computação, onde detêm 75% do mercado mundial, contra 6% da UE. A inovação europeia está direcionada para tecnologias médias e falha na alta tecnologia, como a IA, computação, software, biotecnologias. Só 7% das patentes mundiais de IA são da UE. Entre as 20 maiores empresas tecnológicas do mundo só existe uma europeia. Para a mudança energética a UE precisa de duas vezes mais turbinas eólicas, quatro vezes mais bombas de calor e seis vezes mais motores elétricos. As matérias-primas essenciais vêm da China: 97% do manganês, 79% do lítio, 90% das terras raras. Num cenário de confrontação, o que seria trágico, a China pode usar os recursos como arma geopolítica. As eleições europeias deviam ser um momento de reflexão e de busca de respostas para que o futuro da Europa seja de paz e prosperidade, evitando a dupla armadilha geopolítica e geoeconómica.

O papel da UE é limitado num mundo em que as regras estão a ser desafiadas e a ordem minada. A UE comporta-se como o *gentleman* na sala

Ex-ministro da Economia e do Mar

Henrique Monteiro





FOTO RUI DUARTE SILVA

Nos dias das mentiras

Quando era criança o dia 1 de abril era quase solene. Podia mentir-se sem consequências de maior, porque era mesmo o Dia das Mentiras. Desde então, o dia foi perdendo importância — penso que mesmo os jornais e as TV, que nesse dia tinham sempre uma notícia falsa entre as demais, abandonaram essa tradição. A explicação mais razoável seria a de precisarmos, não de um Dia das Mentiras, mas antes de um dia das verdades. Não só para a Comunicação Social, mas para toda a comunicação pública; em especial quando vivemos uma campanha eleitoral.

Tudo mudou muito nos últimos 49 anos em que tivemos campanhas eleitorais. Desse imenso que mudou, e que a principal alteração está na existência das redes sociais propiciadas pela comunicação em rede da Internet, quase sempre a forma mudou para melhor; infelizmente, o mesmo não se poderá dizer dos conteúdos, os quais se tornaram estupidamente assépticos e incapazes de traduzirem uma — só uma que seja — ideia nova ou disruptiva, no melhor sentido que esta palavra pode ter. Pelo contrário.

Mas vejamos, ponto por ponto. Comecemos pelas sondagens. Há décadas havia uma frase que ainda se usa, mas que na altura revelava fielmente o que os políticos e a generalidade dos cidadãos pensavam das sondagens. A frase era "valem o que valem"; a ideia de que as eleições correspondiam à maior e mais verdadeira sondagem, também já existia. A diferença é que estes estudos eram olhados com distanciamento, por mais científicas que se pretendessem apresentar. Outro aspeto era o facto de a Comunicação Social não lhes dar a relevância que dá hoje; havia mais conteúdos para analisar; mais reportagens feitas — e não apenas andar atrás das agendas dos candidatos. Por outro lado, as sondagens, embora não fossem, eventualmente, tão rigorosamente elaboradas, ainda continham um aspeto de novidade; as respostas eram mais puras, quero crer, e eram olhadas como devem, ainda hoje, ser: meras aproximações à realidade. Agora, os seus resultados reais são analisados em função das expectativas criadas pelas sondagens, coisa que, a meu ver, é de bradar aos céus.

Nas ações de rua, pouco mudou. Os candidatos, uns com jeito, outros nem por isso, lá dão uns beijinhos e abraços e fazem coisas a que se escusam no dia a dia, como andar de transportes públicos ou ir às compras a mercados. Talvez outrora fosse para encontrar pessoas e convencê-las; hoje é para levar televisões e rádios atrás. Depois, escolhem um tema para falar, que vai da hortaliça ao exército comum europeu, e botam discurso.

Os programas continuam chatos, compridos e sem quem os leia. Eis algo que vem do século XIX. Sinceramente, acho bem que haja compromissos, mas nunca entendi para que fazem programas tão detalhados, quando depois nada nem ninguém lhes cobra as promessas.

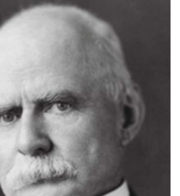
Os cartazes de rua sofreram algumas alterações. Os *outdoors* não sendo uma novidade, não existiam nos primórdios. Foi também proibido o uso de plástico (havia muitas bandeirinhas, pendões e coisas do estilo); as caras dos candidatos estão muito mais bem produzidas, mas as mensagens continuam, no essencial, as mesmas. Coisas do estilo ser a voz de Portugal na Europa, ou Portugal inteiro são frases sem substância (a voz seria de quem? alguém defenderia o país às fatias?). No meio de tudo isto encontrei uma pérola num cartaz do BE: diz que é preciso "salvar o futuro". Por mim agradeço, embora pense que o futuro não precisa que o salvem; ele impor-se-á inexoravelmente. Quem precisa de salvação é o presente em que vivemos... nós próprios e, claro, o BE.

A questão mais imbricada e difícil que a Europa enfrenta nestas eleições é a guerra que Rússia levou à Ucrânia. A esse respeito, no pouco que se fala (descontando o dia de Zelensky), há que distinguir sobretudo a AD, o PS e a IL, (e em parte o Livre e o PAN) de outros. Não basta apelar à paz, ou dizer que a Ucrânia tem o direito de se defender; há que vincar a obrigação da Europa em ajudar o país invadido. Depois há o Chega e o BE — cheios de hesitações — e, pior, O PCP que parece não querer afrontar velhos amigos.

Os debates mantêm velhas fórmulas, exceto nas análises ao desempenho de cada candidato, que agora é de índole futebolística.

Restam as redes sociais, que não existiam. Mas esse é o local da radicalização, do insulto gratuito, das mentiras sem controlo, das *deepfakes*. Infelizmente é, igualmente, onde o jornalismo vai buscar demasiado material para as suas notícias, para os dias das mentiras.

hmonteiroexpresso@gmail.com



> **A coisa mais difícil em qualquer campanha política é vencer sem provar que não se é digno de vencer**
>
> **Adlai Stevenson I (1835–1914),** eleito para vários cargos nos EUA, incluindo vice-presidente em 1893



Antes que me esqueça



SEBASTIÃO
É sempre difícil analisar quem se conheceu de perto, se conheceu quando era um bebé ou miúdo pequeno. Mas, fazendo o esforço possível, direi que Bugalho tem um erro que poderia corrigir: parece — eu sei que ele não o é — demasiado arrogante. Ou talvez exista nele uma espécie de convencimento de superioridade, porque, em boa verdade, ele é melhor e mais culto do que quase toda a gente da sua geração. No entanto, se assim for, convém que Sebastião compreenda que a ostentação intelectual é um novo-riquismo não totalmente diferente da ostentação económica, ou outra qualquer. Não me vou debruçar sobre se esta ideia é verdadeira, ou se não passa de um achismo meu. De qualquer modo, e uma vez que ele tem de dar tudo para vencer as eleições, ou pelo menos não ficar muito atrás (para não dar cabo de uma carreira sem passado, que poderá ter mais de 40 anos de futuro), a paciência é muito aconselhável; além da crítica à arrogância da sua principal competidora, também é vítima desse mal, o que — e também é um ponto de vista meramente pessoal e subjetivo — só piora a sua prestação.

TEMIDO
A primeira ideia que tenho quando vejo a ex-ministra da Saúde é que ela vai contar uma história infantil a crianças da classe do meu neto mais novo (dois anos). Abre os olhos, sorri — talvez forçadamente — e tenta convencer-nos do que diz, como se tudo fosse muito credível (também todos acreditámos que um príncipe ia beijar uma mulher morta num caixão — refiro-me a "A Bela Adormecida"). Além disso, o PS, ao escolhê-la, criou-lhe uma aura falsa: a da ministra que vencera a pandemia de covid. Mas, vamos aos números; Portugal tem 2774 mortos por milhão de habitantes; rácio melhor do que países como a Bulgária, a Grécia, o Reino Unido ou a Itália, mas pior do que a Suécia, Espanha, Ucrânia, França, Áustria ou Alemanha. A grande vitória parece um manifesto exagero. Para não falar de um almirante, ou do caos do SNS.



COTRIM
É o adulto na sala dos maiores. O candidato do Chega, apesar de ter sido embaixador, parece tudo menos cosmopolita, para não falar das ideias que propaga. Ao contrário, o candidato da IL é, tal como Sebastião e Temido, totalmente europeísta e tem ideias bem alinhadas e estruturadas sobre o que quer — concorde-se ou não com ele. Ocorre-me que, em certos momentos, também ele parece um pouco arrogante e pergunto-me se alguém pode ser líder partidário, cabeça de lista ou qualquer coisa que se veja na política, sem ter uma ponta de arrogância, vaidade, egocentrismo e, para ser mesmo bom, instinto de matador (tradução talvez canhestra de *killer instinct*). Talvez isto sejam requisitos necessários.

Os dias que me ocorrem

ZELENSKY
Quem visse a fotografia de Marcelo com Zelensky, quando o Presidente da Ucrânia chegou ao aeroporto, pensaria que o primeiro tinha detido o segundo, de tal modo lhe segurava o braço. Mas tirando este episódio, parte de uma série já vista tantas vezes (a receção no Palácio de Buckingham; o aperto de mão ao Papa, etc.) tudo correu bem. Portugal mantém — sem alterações, apesar da mudança do Governo — o seu apoio a Kiev e quase todos os partidos estão de acordo com esta política.

MARCELO E O OE
O líder do PS pode dizer que é pressão, mas parece-me que uma das funções do Presidente da República é, justamente, pugnar pela estabilidade através do entendimento entre forças políticas, nomeadamente as maiores do país. Recordo que no tempo da 'geringonça', Marcelo foi acusado de andar com o PS ao colo. É a vida!

SAÚDE
Como é óbvio, a qualidade das propostas vê-se com maior nitidez nos seus resultados. Mas isso não implica que as propostas não tenham de ser feitas. Acusá-las de serem apenas um *powerpoint*, sobretudo quando a crítica vem do PS, chega a ser irónico. Os Governos do PS devem ter sido dos que mais *powerpoints* fizeram; e o facto de a crítica socialista ser quase igual à do Chega dá a ideia de que esta é a crítica fácil. Os partidos mais à esquerda preocupam-se com o facto de os privados ganharem importância. Porém, se isso se traduzir em mais saúde para os portugueses, qual é a objeção? Não faço ideia se o plano vai resultar, se deixará tudo na mesma ou ainda pior. Mas esperava mais de um começo de debate fundamental para o país.

ALBUQUERQUE
Seria bom para a Madeira e para o país haver alternância política no poder regional. Mas não há. O PSD, mesmo repleto de acusações, dividido, ferido de asa, ganha as eleições. E Miguel Albuquerque, após todos terem dito que não poderia continuar, parece que continua mesmo.

CAFÔFO
O líder do PS Madeira, que já foi presidente da câmara do Funchal, está sempre à beira de vencer as eleições regionais, até as perder estrondosamente. A lista liderada pelo socialista ficou a 15% do vencedor e apenas 5% acima do pequeno partido Juntos Pelo Povo, único beneficiário das eleições na Madeira. Ocorre-lhe que uma coligação entre o PS e um partido que não se sabe bem o que quer e o que defende, podia governar o arquipélago, por terem, na soma, mais um deputado do que os vencedores. Avisaram solene e publicamente essa intenção, e o resultado foi uma cena triste.

ARMAS
É um paradoxo quase impossível: as armas oferecidas pela NATO podem servir para atacar a Rússia? Parece que o sim é óbvio; as iranianas servem para atacar a Ucrânia e ainda ninguém declarou guerra ao Irão. Mas o perigo de descontrolo torna-se maior.

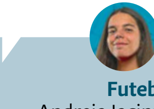
Expresso

Sexta-feira
31 de maio
de 2024

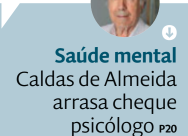
31
05

#2692
expresso.pt

e ainda...


Futebol
Andreia Jacinto, estrela no futebol feminino P30


Vinhos
Mateus Nicolau de Almeida em entrevista R36


Saúde mental
Caldas de Almeida arrasa cheque psicólogo P20


Ricardo Costa

A primeira eleição de Pedro Nuno

Esqueçam por uns minutos os candidatos às europeias. É óbvio que esses serão os primeiros rostos a adular ou sacrificar na noite de 9 de junho. Mas muito antes da poeira assentar já as candeias alumiarão a segunda camada eleitoral, que foi e será a primeira.

Entre todos — Governo à cabeça, partidos que lutam por desforras, confirmações ou sinais vitais — há um caso especial, o de Pedro Nuno Santos.

Pode parecer estranho dizer que esta é a primeira eleição de Pedro Nuno Santos. Ainda há dois meses o vimos numa campanha acidentada, a tentar fazer a ponte entre um PS de que não gostava e um PS que ninguém percebeu o que queria ser, num desconforto permanente.

Dois meses depois está livre disso tudo. Não quis nenhum dos candidatos óbvios — António Vitorino à cabeça, que teria tido uma vitória fácil —, varreu integralmente a lista de eurodeputados, arriscou no cabeça de lista, afastou conselheiros de circunstância e está finalmente só.

Em legislativas esta "estratégia" de corte com o passado e afunilamento levaria o PS a um desastre absoluto, incapaz de alargar eleitorado ou de apelar aos jovens que olham para os socialistas como uma relíquia.

> **Varreu integralmente a lista de eurodeputados, arriscou no cabeça de lista, afastou conselheiros de circunstância e está finalmente só**

Em europeias, o cenário pode ser bem diferente. A abstenção será inevitavelmente mais alta, o voto útil não existe e os desejos de mudança ou castigo dificilmente deixarão marcas. Além disso, o vencedor pode encontrar-se de novo abaixo dos 30%.

Muito mais que Luís Montenegro — que dispõe da ação governativa para traçar um rumo até ao Orçamento —, esta primeira eleição será determinante para o novo líder do PS, que assumiu as despesas da campanha na estrada.

Se falhar, será acusado de ter feito uma limpeza interna gratuita e escolhido uma candidata nada evidente, de responder ao Governo sem flexibilidade ideológica ou pragmática, de ser o português que mais vezes diz "nós e eles", de gastar a tecla de que a direita é uma entidade una, apesar da realidade lhe mostrar o contrário.

Se vencer, fica com mãos livres. Só tem de arranjar forma de o Orçamento passar para que os autarcas do PS não o defenestrem (precisa deles para vencer as autárquicas de 2025, uma eleição difícil para a AD por causa da inevitável implantação territorial do Chega). Ironicamente, é uma vitória nas europeias que lhe dá margem interna para passar o Orçamento do Estado da AD.

rcosta@expresso.impresa.pt

Força Aérea não sabe onde ficará campo de tiro

Em 2023, o Campo de Tiro de Alcochete registou 826 utilizações. Governo não responde sobre a nova localização

A Força Aérea Portuguesa (FAP) ainda não sabe para onde será deslocalizado o Campo de Tiro de Alcochete, depois de o Governo ter optado por aquela localização para o futuro aeroporto de Lisboa. "É importante que a Força Aérea mantenha a atual capacidade operacional, nomeadamente as carreiras de tiro que o Campo de Tiro oferece, mais concretamente a relacionada com tiro ar-solo", respondeu ao Expresso o gabinete do chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), general João Cartaxo Alves. "No entanto, a Força Aérea nesta, como noutras circunstâncias, será sempre parte da solução, pelo que aguarda este assunto com serenidade."

Já houve estudos, realizados em 2007, que davam como possibilidade uma zona no Alentejo com baixa densidade populacional, entre Serpa e Mértola, mas essa solução — que custaria cerca de €250 milhões — teria inconvenientes do ponto de vista ambiental. "A decisão do Governo sobre a relocalização do Aeroporto de Lisboa para a área do Campo de Tiro é recente, pelo que a relocalização desta unidade da Força Aérea está sob responsabilidade do Ministério das Infraestruturas", acrescenta o gabinete do CEMFA.

> **"É importante que a Força Aérea mantenha a atual capacidade operacional", responde o general João Cartaxo Alves**

Questionados pelo Expresso sobre que opções estariam a ser consideradas, os ministérios da Defesa Nacional e das Infraestruturas não responderam.

O Campo de Tiro, que tem 7560 hectares e conta com 120 anos de existência, tem uma utilização intensa, de acordo com dados fornecidos pela Força Aérea: "Em 2023 registaram-se 826 utilizações daquelas infraestruturas, o que perfaz uma média de quatro por dia útil. Em 2024 registaram-se até ao momento 300 eventos. Para além da Força Aérea, utilizam as infraestruturas desta unidade algumas indústrias de defesa", nomeadamente para a destruição de munições.

"Esta vasta extensão de terreno possui várias infraestruturas e equipamentos de carácter operacional, em que se salientam uma pista de aviação; torre aeronáutica; duas carreiras de tiro ar-solo; quatro carreiras de tiro terrestre; quatro caixas de tiro; uma área de largada de bombas reais; uma área de largada de bombas guiadas; e uma área de desmilitarização", descreve o gabinete do CEMFA, na expectativa de poder, pelo menos, manter as possibilidades atuais.

A FAP diz ainda ter "uma preocupação constante" com "o impacte ambiental resultante destas atividades", pelo que foi implementado um plano para a neutralidade carbónica, que deverá ser atingida em 2050.

Pela primeira vez, uma mulher vai governar o México



CIDADE DO MÉXICO **Claudia Sheinbaum (ao centro na imagem), candidata à presidência pelo movimento de esquerda Continuemos a Fazer História, encerrou na capital a sua campanha para as eleições de 2 de junho, confiante nas sondagens que a dão como favorita. Tem como principal rival Bertha Gálvez, da aliança Força e Coração pelo México, isto é, haverá, pela primeira vez, uma mulher à frente do Governo. A campanha para as eleições, que são também legislativas e provinciais, foi marcada pela violência: 32 candidatos foram assassinados** FOTO CARLOS TISCHLER/EYEPIXGROUP/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Aluno de liceu condenado por ódio

Dilan fez *Zoombombing* em reuniões virtuais da escola. PJ descobriu que fazia parte de um grupo neonazi dos EUA

Dilan alistou-se no National Partisan Movement (NPM), um grupo de extrema-direita dos EUA que, através do Telegram, recruta especificamente jovens entre os 14 e os 19 anos, recusando ter nas suas fileiras pessoas mais velhas. O jovem de 17 anos usava o *nickname* "Sigma Lusitanian" e costumava partilhar na sua conta uma imagem da cruz suástica com a designação "White Power" ou uma bandeira da confederação americana com a saudação "Good Night Nigger". Dilan começou a ser investigado pela Unidade Nacional de Contraterrorismo da Polícia Judiciária depois de ter organizado uma *Zoombombing* — designação para as invasões virtuais em reuniões via Zoom — em três conferências organizadas pela Associação de Estudantes do Liceu Camões, em Lisboa. Só mais tarde se descobriu que frequentava o 12º ano naquele estabelecimento de ensino. O primeiro ciberataque visou uma palestra sobre a escravatura, a 18 de fevereiro de 2021, em que participaram 100 pessoas. O estudante partilhou o *link* de acesso ao evento num dos canais do NPM: "Vamos f... os gajos", exortou o jovem. Em poucos minutos, uma dezena de pessoas com *nicknames* como "Nigger Killer" ou "George Floyd" e com IP protegidos publicaram fotos do Ku Klux Klan, de negros a serem espancados e de cruzes suásticas, enquanto imitavam o grunhido de macacos e proferiam palavras como "Nigger go home". A invasão foi divulgada nos canais extremistas. Uma semana depois, o mesmo grupo tentou invadir outra reunião na escola, desta vez sobre o movimento LGBTQ+ e o feminismo. Só que o Liceu Camões reforçou a segurança *online* e o grupo optou por nada fazer. Dias depois, Dilan partilhou uma vez mais a senha da reunião Zoom para "atacarem" pela terceira vez, mas o plano foi travado. Em maio de 2022, o jovem *hacker* supremacista foi detido pela PJ, acabando por ficar com a medida de coação mais ligeira e proibido de contactar com grupos nazis. Foi acusado pelo MP de discriminação racial e incitamento ao ódio e, no final do ano passado, condenado a dois anos e quatro meses de prisão pelos mesmos crimes, com pena suspensa. Segundo o acórdão a que o Expresso teve acesso, a juíza decidiu "dar mais uma oportunidade ao arguido", tendo em conta que confessou os crimes, mostrou arrependimento e não tinha antecedentes criminais.

Últimas

"Maior operação" contra software malicioso PJ participou na "maior operação alguma vez realizada" contra um software malicioso e particularmente agressivo, que envolveu diversos países, e que culminou com quatro detidos, um dos quais em Portugal.

Falsas agências de viagens escondem tráfico de pessoas Em Lisboa e no Porto há um conjunto de pequenas agências de viagens que não passam de uma fachada para esquemas de auxílio à imigração ilegal. As autoridades suspeitam que movimentem centenas de milhares de euros.

Hospitais portugueses premiados Os hospitais privados portugueses foram os grandes vencedores dos Prémios Europeus dos Hospitais Privados, arrecadando o primeiro prémio em cinco das sete categorias a concurso. O júri internacional, designado pela União Europeia de Hospitais Privados, com sede em Bruxelas, avaliou 75 candidaturas e acabou por destacar o trabalho realizado na CUF e na Luz Saúde.

ERC abre processo contra Global Media A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) identificou indícios de interferência por parte da antiga administração da Global Media na liberdade editorial da TSF, na sequência da reestruturação do grupo.

Partidos britânicos entram no TikTok O Reino Unido vai a votos dia 4 de julho e o anúncio dessas eleições antecipadas levou a que, pela primeira vez, os partidos políticos britânicos criassem contas no TikTok, uma aplicação de partilha de pequenos vídeos que até agora estava proibida nos telefones dos membros do parlamento por preocupações relacionadas com segurança e partilha de dados.

Ajuda humanitária em Gaza baixa 67% A ajuda humanitária que está a chegar a Gaza diminuiu 67% desde que Israel lançou a ofensiva sobre Rafah, no sul do território. "A quantidade de comida atualmente a entrar em Gaza é insuficiente para colmatar as necessidades gritantes que já existiam e só se intensificaram deste 7 de maio", avisou o Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA).

Prémios Marketeer 2024 O Expresso está nomeado para os Prémios Marketeer de 2024 nas categorias de Imprensa — Media. O Expresso conta com o seu voto. Pode votar em *marketeer.pt*

Podcast Euro 2024 A caminho do Euro 2024, a Tribuna Expresso apresenta as biografias de 11 jogadores portugueses e do selecionador nacional num *podcast* especial (em português e inglês). "Retratos do Euro" é o primeiro *podcast* do Grupo Impresa traduzido e narrado com clonagem da voz original através de inteligência artificial. Não perca, todos os dias, a partir de 3 de junho, em *tribuna.expresso.pt* ou qualquer aplicação de *podcasts*.

NATO: Stoltenberg quer rever regras O secretário-geral da NATO defendeu, quinta-feira, que os aliados "ponderem" permitir que a Ucrânia use as armas que lhe fornecem para atingir alvos militares na Rússia de onde partam ataques. Também lastimou "atrasos graves" na chegada de munições à Ucrânia. Em Portugal, Nuno Melo já defendeu essa posição, dizendo falar a título pessoal.



Expresso
31 de maio de 2024
2692 • • Semanário
www.expresso.pt

PUBLICIDADE

www.**zoo**.pt

O ZOO NO MUNDO.

Os parques zoológicos assumem atualmente um papel essencial na proteção de espécies cada vez mais ameaçadas. Membro da Associação Europeia de Zoos e Aquários, EAZA, o Jardim Zoológico tem como Missão a Educação ambiental, a Investigação científica e a Conservação das espécies e dos seus habitats.

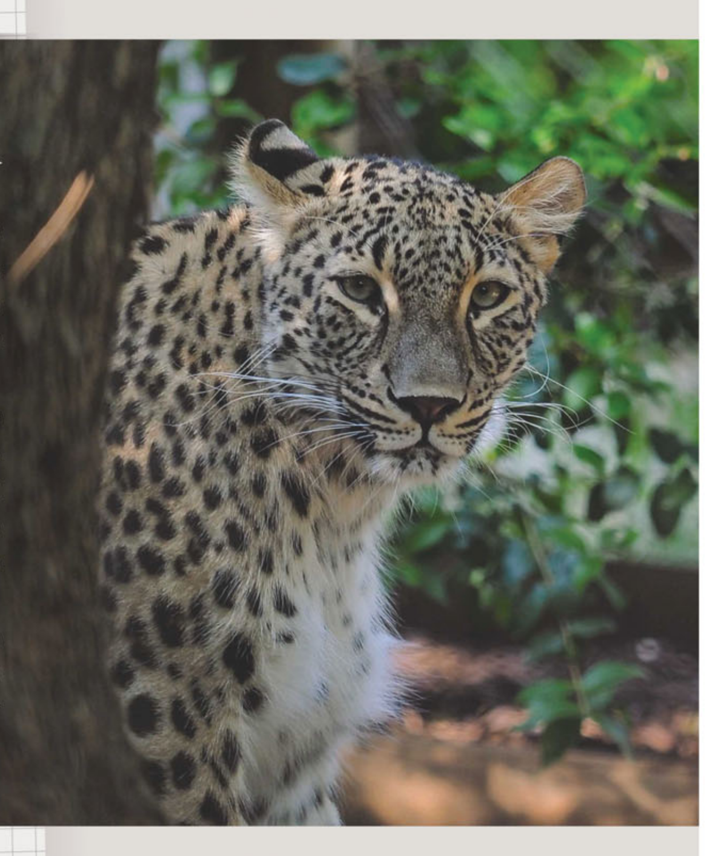
Apesar de estar localizado no perímetro de Sete Rios, o Jardim Zoológico desenvolve a sua missão por todo o Mundo, à exceção dos polos, por meio dos projetos em que participa. É através do seu Fundo de Conservação, criado em 2005, que o Zoo tem a oportunidade de participar em Programas de Conservação e colaborar com outras instituições em projetos vários com apoios de cariz financeiro e de parcerias na área da investigação ou da educação ambiental.



SAIBA MAIS SOBRE OS PROJETOS DE CONSERVAÇÃO NO WEBSITE DO ZOO.



CONSERVAR



O Jardim Zoológico coordena desde 2012 o Programa de Reintrodução do Leopardo-da-pérsia, espécie classificada como "Criticamente em Perigo", pela União Internacional para a Conservação da Natureza, IUCN.
O convite surgiu devido à vasta experiência do Jardim Zoológico na reprodução desta espécie, e a entrada no projeto ficou assinalada pela cedência do casal reprodutor residente, ao Centro de Conservação de Leopardos-da-pérsia em Sochi, Rússia.
Este casal, não só teve uma excelente adaptação ao novo habitat, como após nove meses, deu origem às primeiras crias, as primeiras a nascer na natureza nos últimos 50 anos.

JARDIM DAS ABELHAS

Cumprindo a sua missão de educar para a conservação e reconhecendo o papel fundamental dos insetos no Mundo, em particular, o das abelhas, o Jardim Zoológico desenvolveu a exposição, o Jardim das Abelhas. Neste espaço é possível compreender a complexa estrutura social deste inseto e todo o trabalho que desenvolve até à produção do mel. Tendo a polinização como fio condutor de toda a exposição, torna-se clara a relação de dependência entre o trabalho das abelhas e a reprodução de espécies vegetais que servem de alimento para nós humanos, e para outros animais.
Conheça o Jardim das Abelhas e apoie o Zoo na proteção da biodiversidade e
dos ecossistemas naturais.
Está nas mãos de cada um de nós fazer a diferença.



5% DE DESCONTO
VISITE O JARDIM ZOOLÓGICO, FAÇA A DIFERENÇA!







Há 140 anos a inspirar e sensibilizar
gerações para a conservação das
espécies e dos seus habitats



5% DE DESCONTO

VISITE O JARDIM ZOOLÓGICO,
FAÇA A DIFERENÇA!